

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano C • Nº 233

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 22 de dezembro de 2023

Atos

ATO Nº 1088/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 016056/2023, do Deputado Gilmar Júnior, **RESOLVE**: exonerar o servidor JOAO LUCAS SENA ALVES BEZERRA, do cargo em comissão de Assessor Especial Adjunto, Símbolo PL-ASCA, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 21 de dezembro de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente

ATO Nº 1089/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 016060/2023, do Deputado Gilmar Júnior, **RESOLVE**: nomear FABIANA CRISTINA OLIVEIRA DE CARVALHO, para o cargo em comissão de Assessor especial, Símbolo PL-ASC, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 21 de dezembro de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

As seis dias de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às 9h, no Plenarinho II, no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, em cumprimento ao Regimento Interno, foi realizada a Décima Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Educação e Cultura, sob a presidência do deputado Waldemar Borges (PSB), contando com a presença da deputada Rosa Amorim (PT) e do deputado Renato Antunes (PL). O presidente deu início aos trabalhos, submetendo a ata da reunião ordinária de vinte e três de novembro à votação e aprovando-a por unanimidade. Em seguida, distribuiu os projetos em pauta, indicando as respectivas relatorias. A deputada Rosa Amorim, ficou responsável por relatar os Projetos de Lei Ordinária Nº 1421/2023, Nº 1422/2023, Nº 1424/2023, Nº 1425/2023, Nº 1426/2023, Nº 1427/2023, Nº 1433/2023, Nº 1437/2023, Nº 1439/2023, Nº 1444/2023, Nº 1445/2023, Nº 1447/2023, Nº 1449/2023. Por sua vez, o deputado Renato Antunes ficou com a relatoria dos Projetos de Lei Ordinária Nº 1450/2023, Nº 1451/2023, Nº 1452/2023, Nº 1453/2023, Nº 1455/2023, Nº 1456/2023, Nº 1457/2023, Nº 1461/2023, Nº 1464/2023, Nº 1468/2023, Nº 1470/2023, Nº 1473/2023, Nº 1475/2023. Em seguida, iniciou-se a discussão das propostas em pauta. O deputado Renato Antunes foi responsável pela relatoria dos Projetos de Lei Ordinária Nº 219/2023, Nº 1014/2023 e Nº 1109/2023, o Substitutivo Nº 01 aos Projetos de Lei Ordinária Nº 464/2023, Nº 593/2023 e Nº 680/2023, que tramitaram conjuntamente, e o Substitutivo Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 825/2023. A deputada Rosa Amorim relatou os Projetos de Lei Ordinária Nº 1041/2023, Nº 1097/2023 Nº 1228/2023, Nº 1320/2023, o Projeto de Resolução Nº 1375/2023, o Substitutivo Nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 663/2023 e os Substitutos Nº 01 aos Projetos de Lei Ordinária Nº 1187/2023, Nº 1275/2023, Nº 1301/2023, Nº 1303/2023, e o Projeto de Lei Ordinária Nº 1100/2023, alterado pela Emenda Modificativa Nº 01. Todas as iniciativas foram aprovadas por unanimidade, exceto o Projeto de Resolução Nº 1375/2023 e o Substitutivo Nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 663/2023, que tiveram abstenção do deputado Renato Antunes. Em seguida, o presidente da Comissão de Educação e Cultura passou para extrapauta. O Projeto de Lei Ordinária Nº 1497/2023 e o Projeto de Lei Complementar Nº 1514/2023, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco, assim como o substitutivo Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 757/2023, foram relatados pelo deputado Renato Antunes. A proposição de Nº 1501/2023, de autoria do Poder Executivo, foi relatada pela deputada Rosa Amorim. Todos os projetos foram aprovados por unanimidade. Ao concluir a discussão das proposições, o presidente Waldemar Borges registrou o recebimento de uma documentação apresentada ao deputado João Paulo (PT) pelo Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Escada com denúncias de irregularidade da gestão do município. O deputado passou a palavra à deputada Rosa Amorim que apresentou uma proposta de pedido de informações ao Governo do Estado a respeito do não cumprimento do calendário de pagamento das bolsas de assistência e permanência estudantil da Universidade de Pernambuco. A comissão aprovou o pedido de informações e em seguida foi a vez de o deputado Renato Antunes se pronunciar. Ele parabenizou o presidente Waldemar Borges pela condução do colegiado e registrou que a comissão tem sido ativa quanto às questões relativas à educação e cultura. O parlamentar fez um apelo público ao Governo do Estado, mais especificamente à Secretaria da Fazenda, no que concerne ao pagamento das parcelas do Programa Investe Escola. Ele explicou que os recursos são importantes e solicitou que o pagamento seja feito ainda no ano letivo de 2023. O deputado Renato Antunes enfatizou que o seu compromisso é com a educação. Em seguida, foi a vez da deputada Rosa Amorim, que registrou algumas denúncias relativas ao cumprimento da Lei Paulo Gustavo, no tocante a uma possível fraude no processo das cotas raciais e das pessoas com deficiência, bem como no que se refere aos editais voltados aos povos e comunidades tradicionais. Ela propôs que o colegiado, no próximo ano, debruce-se sobre a questão. O presidente disse que os assuntos são de extrema importância e pertinência e pediu que as parlamentares e os parlamentares oficializem os assuntos abordados. Não havendo mais nada a tratar, o deputado Waldemar Borges encerrou a reunião.

ATA DO 1º SEMINÁRIO REGIONAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2023.

Às 19h do dia 03 de agosto de 2023, teve início no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o Primeiro Seminário Regional do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Seminário Regional cumprimentando todas as pessoas presentes e convidou a compor à mesa: o Sr. Fabiano Melo, representante da Prefeitura de Olinda; a Sra. Mirela de Lucena, representante da Prefeitura de Paulista; o Sr. Alexandre Coutinho, representante da Prefeitura de Moreno; o Sr. Anderson Rangel, representante da Prefeitura de Camaragibe; a Exma. Sra. Vereadora de Recife, Elaine Cristina, pelo Mandato Coletivo Pretas

Juntas; a Sra. Lílina Barros, Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. Em seguida, Dani Portela fez uma breve explicação sobre o que significa as leis orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sua importância para as políticas públicas de Pernambuco e a estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. A Deputada mencionou que é possível apresentar propostas com inscrições para intervenção oral, através do formulário entregue em momento de credenciamento e pela internet, através do formulário disponível no site da ALEPE. Reiterou também que não há política pública sem planejamento, sem destinação de recursos e sem orçamento. Na sequência, a Presidenta da Comissão registrou a presença da Sra. Jô Cavalcanti, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; da Sra. Maria da Conceição, Secretária de Planejamento da Prefeitura de Olinda; do Sr. Kleber Pirro, Diretoria da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de Paulista; da Sra. Tainan Barbosa, Diretoria de Medida Socioeducativa da Prefeitura de Paulista; e dos Srs. Walter Siviana e Daniel Barreto, representantes da Prefeitura de Camaragibe. Dando seguimento, o Sr. Fabiano Melo, representante da Prefeitura da Cidade de Olinda, foi convidado para fazer o uso da fala, e ocupou-se de tratar da importância do momento, além disso, afirmou que estavam à disposição para fazerem um bom trabalho na construção desse projeto. A Deputada Dani Portela aproveitou o momento para registrar a presença das Costureiras do Polo de Confeção do Agreste que se fizeram presentes para incidir no orçamento, e imediatamente convidou Mirela Lucena, representante da Prefeitura de Paulista, para fazer o seu discurso. A Sra. Mirela afirmou que todas as pautas minoritárias devem ser incluídas nesse projeto. Argumentou também que deve-se construir políticas coletivamente, e pensar a sociedade civil como participe e necessária para pautar o que está no orçamento. Logo em seguida, o Sr. Alexandre Correia, representante da Prefeitura da Cidade de Moreno, foi chamado para fazer o uso da fala, e defendeu a importância da ampliação desse diálogo e a necessidade de estender ao máximo a participação popular nesses espaços de poder. Na sequência, o Sr. Anderson Rangel, representante da Prefeitura de Camaragibe, deu início ao seu discurso e fez sua audiodescrição, como também reiterou a extrema importância de se debater a questão da acessibilidade na participação popular. Em nome da Exma. Sra. Prefeita de Camaragibe, a Sra. Nadeji Queiroz, ele afirmou que a Prefeitura de Camaragibe se colocou à disposição para também contribuir com esse debate no estado de Pernambuco, ouvir a população e colocar o povo no orçamento. Em seguida, a Deputada Dani Portela fez sua audiodescrição e se desculpou por não ter feito anteriormente, reforçou a importância de tratar isso de maneira naturalizada, como também convidou Elaine Cristina para fazer uso da fala. A Vereadora deu início fazendo sua audiodescrição e somou-se na defesa da necessidade de políticas públicas com a participação da população. Dando seguimento, a Sra. Lílina Barros parabenizou a iniciativa da Deputada Dani Portela, e falou da importância do Poder Executivo de Pernambuco valorizar, escutar e concretizar o que vier dessas escutas. Na sequência, a Deputada convidou a Sra. Ana Nery dos Santos, para apresentar um material realizado entre a Casa Legislativa e o Centro de Cultura Luiz Freire, do qual a mesma é Vice-Presidenta. A Sra. Ana Nery reiterou a importância da participação popular na gestão orçamentária, mas também ressaltou a necessidade de haver um processo de acompanhamento da execução orçamentária, visto que são as únicas leis que não são obrigatórias. A Vice-Presidenta do Centro acrescentou que disponibilizar informações traduzidas para que as pessoas entendam também deve ser prioridade da Administração na execução dessas políticas. Logo em seguida, Paulo Borges foi convidado a expor a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o Plano Plurianual Participativo elaborado pela Mandata, que, visando acolher o máximo de propostas possível, incidirá em diversos locais na forma de seminários regionais, quais sejam: Recife, Serra Talhada, Condado, Pesqueira, Palmares, Paudalho e Canhotinho. Ademais, também serão realizados encontros temáticos que objetivam debater temas como cultura, segurança pública, saúde, educação, e agroecologia. Ele alegou que essa forma de escuta da população é algo nunca visto antes em uma Casa Legislativa, e parabenizou toda a equipe pelo feito. Dando seguimento, a Deputada Dani Portela abriu para a plateia fazer o uso da fala, e quem deu início foi a militante do MTST, Jô Cavalcanti, que reforçou a importância do momento para quem está no dia a dia da militância ter acesso à informação do planejamento orçamentário, como também poder contar com a participação direta através da Casa Legislativa. Immediatamente, a Sra. Rita Guaráná ocupou-se de debater sobre a indispensabilidade de se pensar políticas públicas que tenham como objetivo as mulheres com deficiência, que infelizmente, ainda são invisibilizadas com políticas exclusivas e sem acessibilidade. Na sequência, o Sr. Ricardo Andrade iniciou sua fala arguindo que não se deve perder de vista a discussão da valorização da identidade, do pertencimento, das memórias coletivas, do patrimônio e de tudo que agregue valor na cadeia produtiva da cultura para afirmar nossa identidade local a nível de Pernambuco. Logo depois, a Sra. Edicléia Santos requereu políticas públicas para as mulheres costureiras do polo têxtil tendo em vista as péssimas condições de trabalho e as jornadas extremamente exaustivas. Dando seguimento, a Sra. Bernardete Alves do SEPAS, que se debruçou sobre a ausência da temática das mulheres costureiras no que tange ao desenvolvimento econômico, como também parabenizou a Deputada Dani Portela por abrir esse diálogo. "A população está precisando se apropriar dos seus poderes e entender como os mecanismos funcionam, e as representações que não nos representam em nada. Devemos dar poder a quem realmente deve ter esse poder. É extremamente necessário que essa pedagogia vá às bancas escolares para que se consiga reverter esse cenário", acrescentou. Em seguida, a Sra. Camila Nascimento, da FENET, trouxe a proposta de se refletir sobre a questão da má infraestrutura das escolas, a discussão sobre a ampliação do passe livre para os estudantes, e a necessidade de estender esse debate às periferias e aos ambientes escolares, visto que há um processo de privatização, pela ausência de políticas públicas, que impede os próprios alunos de irem e de permanecerem nas escolas. Por fim, Jéssica Natália, da UEP, fez o uso da palavra e também se ocupou de tratar da negligência dos planejamentos orçamentários no aspecto da educação, voltada para as Universidades, os próprios RU's, e a falta de preocupação com as pessoas que não possuem condições de concluir os estudos, mesmo ingressando nas faculdades. Ela também denunciou que os orçamentos públicos centram-se em saúde privada, educação privada, e como isso retarda o avanço social do estado. Dani Portela informou que todas as propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado e agradeceu a presença de todas as pessoas, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO 2º SEMINÁRIO REGIONAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 05 DE AGOSTO DE 2023.

Às 09h35 do dia 05 agosto de 2023, na quadra da Escola Municipal Antônio Pereira de Andrade, na cidade de Condado/PE, teve início o Segundo Seminário Regional do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, e o Deputado Luciano Duque, membro titular da comissão, declararam aberto o Seminário cumprimentando todas as pessoas presentes e convidaram a compor à mesa: a Sra. Tâmara Silveira, representando a Prefeitura da Cidade de Condado/PE; o Exmo. Sr. Silvano Mendonça, Vereador da cidade de Condado/PE; o Exmo. Sr. Elias, Vereador da cidade de Condado/PE; o Exmo. Sr. Fernando Ramon, Vereador da cidade de Condado/PE; o Exmo. Sr. Neto Agostinho, Vereador da cidade de Condado/PE; o Exmo. Sr. Ronaldo Fernandes, Vereador da cidade de Itambé/PE e o Exmo. Sr. Moises Freitas, Vereador da cidade de Condado/PE. A Deputada Dani Portela iniciou a apresentação do evento explicando as peças orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), e sua importância para as políticas públicas de Pernambuco, assim como a estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. Em seguida, o Deputado Luciano Duque elogiou a iniciativa da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, e reafirmou a importância da escuta da população de maneira prévia à elaboração do Plano Plurianual, para que esta peça orçamentária possa conter o enfrentamento às dificuldades concretas da vida das pessoas. Posteriormente, as autoridades presentes na mesa saudaram o evento. O Vereador Ronaldo Fernandes, da cidade de Itambé/PE, destacou que levará a necessidade de participação popular nas leis orçamentárias para debater em seu município, e apresentou algumas das dificuldades da região, como ausências de reassentamentos, estruturação de matadouros públicos, delegacia 24 horas, e amparo do IPA (Instituto Agrônomico de Pernambuco). O Vereador Moisés Freitas, da cidade de Condado/PE, destacou a importância da participação popular para que as necessidades reais da população possam ser vistas e incluídas no orçamento do governo. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou o Sr. Pedro Cardoso, assessor da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP), para apresentar o calendário de seminários regionais e encontros temáticos do PPA Participativo e Popular da CCDHPP. Pedro Cardoso realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando o PPA, a necessidade de justiça fiscal, e a correção de desigualdades através das previsões orçamentárias estaduais. Ele encerrou a sua apresentação explicando o fluxo que as sugestões colhidas nos eventos do PPA participativo e popular seguirá até a elaboração do relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. A Deputada Dani Portela agradeceu ao Assessor Pedro Cardoso por sua apresentação, e em seguida abriu inscrições para apresentações de propostas para o PPA pelas pessoas presentes no evento, explicando que as propostas poderiam ser entregues escritas através do formulário recebido no momento de credenciamento. A primeira inscrita foi a sr. Helena Pereira, moradora de Condado/PE, que relatou a existência de três (03) assentamentos, mas que nenhum deles foi incluído na reforma agrária, destacando a necessidade de investimento em políticas públicas para proteção dos direitos de crianças e adolescentes, bem como de idosos. Ela reforçou, por fim, a importância da participação popular no PPA para o Governo do Estado saber o que é prioritário para a população. Em seguida, Artur Paulino, Secretário de Juventude de Condado/PE, destacou a necessidade de políticas voltadas para acesso da juventude ao mercado de trabalho, prevenção e combate às drogas, e, também, referente à segurança pública; além da necessidade de garantir transporte público municipal e intermunicipal para os estudantes da sua cidade. A terceira inscrita foi Cristina Maria Alves, representando o Abrigo Vicentino João XXIII, que relatou a

necessidade de elaboração e fortalecimento de políticas de proteção aos idosos, como a implementação de casas de apoio municipais e estaduais para idosos. Somado a isso, políticas de apoio às instituições filantrópicas que fazem o trabalho de abrigamento de idosos, para que possam acessar recursos e manter-se em funcionamento. Sergio Andrade, Presidente da Associação de Moradores de Condado, propôs o fortalecimento de políticas de incentivo às pequenas associações rurais, inclusive para que possam concorrer com as associações de grande porte nos repasses de lotes da reforma agrária. Ele também propôs a implementação de políticas voltadas para a defesa e valorização da cultura popular e dos terreiros de umbanda e candomblé. Em seguida, Paulo Ferreira, presidente do Assentamento Luiza Ferreira, do MST, relatou que as políticas públicas não chegam para a população rural, fator que tem impulsionado o êxodo rural, por isso, ele pediu a implementação de escolas rurais, e a patrulha do campo, por conta da falta de efetivo policial. Alex Cristophe, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Timbaúba, propôs a implementação de uma comissão de participação para valorização do magistério, com destinação de recurso para tal. Ele também propôs o aumento de apoio e de recursos, financeiro e de pessoal, para o tribunal de contas fiscalizar melhor os gastos públicos dos municípios. Adailton da Silva, morador de Condado/PE, propôs que sejam estabelecidas políticas públicas de fortalecimento da cultura popular e dos espaços de terreiros de matriz africana, para que possam acessar informações e políticas de transferência de recursos, e assim, difundir e apoiar o legado dessas religiões como espaços de cultura popular. Ele também indicou a necessidade de apoio e fortalecimento dos Conselhos de Cultura Municipais, com campanhas informativas sobre as formas de acesso a orçamentos e editais públicos. Na sequência, Amazonas Silva, artista da cultura popular, sugeriu a criação de editais para fornecimento de recurso para o transporte dos grupos de cultura popular, bem como, o incentivo e fiscalização da segurança do trabalho para os artistas e trabalhadores da cultura, que trabalham com equipamentos precários e com risco de choques e acidentes. Ela também reforçou a necessidade de políticas de incentivo de programas que incluam aulas de cultura popular nas redes municipais e estaduais. Marlon Nilton, morador da zona da Mata Norte, pontuou sobre a implementação da política de financiamento do transporte universitário dentro do estado, visto que atualmente os estudantes ficam à mercê do município fornecer ou não o transporte. A conselheira Tutelar de Condado/PE, Ana Carolina, propôs que fossem investidos recursos no fortalecimento dos conselhos tutelares e instituições de que atuam na defesa de direitos de crianças e adolescentes, ante o sucateamento dos equipamentos, além da instituição do piso salarial para os conselheiros tutelares. Em seguida, Silvana Maria, moradora da Zona da Mata Norte, propôs que sejam investidos recursos na estruturação e criação de novas creches e instituições de acolhimento às crianças e adolescentes. Em seguida, Sandra Félix, moradora de condado/PE, indicou a criação de políticas voltadas às mulheres, com encontros e seminários, especialmente para o enfrentamento da violência contra as mulheres negras e fortalecimento do seu poder de fala. Finalizando as inscrições, Manoela Matos, moradora da Zona da Mata Norte, destacou a falta de assentamentos provenientes da reforma agrária e a insegurança que os permeia, visto que não são reconhecidos, nem incluídos nas políticas de segurança pública. Ela sugeriu descentralizar os polos da UPE, para que outros municípios também possam acessar a educação, e pediu que fossem destinados recursos para finalização das obras da PE-75, e requalificação das rodovias estaduais. Por fim, propôs a implementação de delegacias 24h e de delegacias das mulheres, nas cidades da região da Zona da Mata Norte. Após a apresentação das propostas pelas pessoas inscritas, a Deputada Dani Portela passou a palavra para os componentes da mesa, que realizaram seus agradecimentos. No mais, a Deputada destacou que além das propostas apresentadas pelas treze (13) pessoas inscritas, outras 43 pessoas apresentaram propostas por meio do formulário do PPA. Todas essas propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado. A Deputada Dani Portela e o Deputado Luciano Duque agradeceram a presença de todas as pessoas presentes, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO TERCEIRO SEMINÁRIO REGIONAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2023.

Às 09h do dia 11 de agosto de 2023, teve início na Câmara dos Vereadores de Serra Talhada, o Terceiro Seminário Regional do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, em conjunto com o Deputado Luciano Duque, declararam aberto o Seminário Regional cumprimentando todas as pessoas presentes e convidaram a compor à mesa: o Exmo. Sr. Vice-prefeito de Serra Talhada, Márcio Oliveira; o Exmo. Sr. Juiz Marcos Gadelha, o Exmo Sr. Manoel Cassiano, Presidente da Câmara dos Vereadores; e a Sra. Elen Viegas, secretária de Desenvolvimento Agrário. Na sequência, Márcio Oliveira, vice-prefeito, o Presidente da Câmara dos Vereadores, Manoel Cassiano, e o juiz Marcos Gadelha, agradeceram e parabenizaram a Deputada por oportunizar o momento. Dando seguimento, a secretária de Desenvolvimento Agrário, Elen Viegas, ressaltou a importância de situações em que a população é ouvida, pois o povo é quem tem local de fala. O Deputado Luciano Duque também somou-se às parabenizações à Deputada Dani Portela e à Casa da Assembleia Legislativa de Pernambuco, e socializou que nunca havia visto algo como essa ferramenta para o planejamento da peça orçamentária do estado. Em seguida, Dani Portela fez uma breve explicação sobre o que significa as leis orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sua importância para as políticas públicas de Pernambuco e da estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, chefe de gabinete da mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. Em seguida, foi franqueada a palavra para quem do público que estivesse presente quisesse fazer o uso da fala. O senhor Domar falou que é imprescindível que se tenha essas escutas, mas se deve fazer os devidos recortes sociais. Ele finalizou denunciando que Pernambuco precisa de preservação da nossa memória histórica, e que isso é cidadania, autoestima e inclusão. O Professor Ari Amorim, da Pastoral do Menor, argumentou que o povo precisa sempre ter acesso ao que está sendo realizado e ser de fato parte do projeto político. Ademais, sugeriu que as crianças e os adolescentes fossem incluídos no orçamento. O Vereador de Serra Talhada, André Maia, foi convidado para falar, e sugeriu que fosse implantado o Expresso Cidadão em Serra Talhada, pois não há nenhuma filial do órgão no município; como também, a implantação do gás natural; o sistema simplificado de água, visto a importância da água para as zonas rurais; e passarelas ligando os bairros, visto as inúmeras quantidades de acidente. O senhor José Pereira, ex vereador de Serra Talhada, trouxe a questão das passarelas da BR 232 e sua má iluminação; e exclamou que os povos indígenas e quilombolas devem ser incluídos no orçamento, pois tem direito a uma moradia digna, como também tem direito à distribuição de água. O Pastor Franceildo fez a defesa das associações, que são células minúsculas e muitas vezes, desassistidas. A senhora Maria José, representando a Associação da Pessoa com Deficiência de Salgueiro e Sertão Central, ressaltou a importância da acessibilidade das pessoas com deficiência do Estado de Pernambuco, como também profissionais da saúde voltados para as pessoas com deficiência e sua melhor qualidade de vida. O senhor Jairo afirmou que a sua reivindicação é que seja colocado no orçamento do estado a retomada do Programa Leite de Todos, que contemplava a região de Salgueiro; que seja realizada a iluminação da BR que cruza Salgueiro; como também incentivo às ONGs que prestam serviços voltados às crianças e adolescentes. O senhor Almir, do Movimento dos Sem Terra, trouxe como proposta acesso à terra, à água e à comida. Cícero Quilombola socializou a importância de políticas voltadas para a questão racial. Tiago, representante do Movimento Negro, trouxe como sugestão a implantação de intercâmbio entre área rural e a área urbana, como também uma metodologia de ensino com linguagens que não estão no âmbito comum. O senhor José Gomes pediu mais investimentos nas áreas rurais. A senhora Nicole Pontes, trouxe a proposta de "os olhos" serem voltados para a violência contra as mulheres rurais. A senhora Masé requereu a ampliação de recursos para as escolas rurais; como também mais recursos para os territórios

quilombolas; e a ampliação do número de delegacias da mulher. O senhor Eliton trouxe como pauta a questão ambiental e pediu a revitalização do Rio Pajeú; como também mais políticas públicas para o povo LGBTQIAPN+ e o povo de terreiro. A senhora Juliana Telles trouxe a importância de ouvir a criança e o adolescente para o orçamento; como também o direito de mediadores escolares para crianças com autismo, que já é garantido pela Constituição. O senhor Sidney reivindicou a acessibilidade para pessoas com deficiência, mais ciclovias na cidade e uma maior atenção às mulheres. O senhor Sérgio Hernandes requereu maior atenção às estradas, visto os acidentes que ocorrem devido à falta de manutenção. A senhora Perpétua demandou a criação de creches, como também a questão da educação no município, e mais políticas públicas voltadas para a saúde. Por fim, Mariano Barros, vereador de Salgueiro, o qual clamou por água para toda a população. Dani Portela informou que por escrito foram recebidas quarenta e oito propostas, que serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado e agradeceu a presença de todas as pessoas, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO QUARTO SEMINÁRIO REGIONAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADO NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2023.

Às 09h30 do dia 19 de agosto de 2023, no Auditório da Secretaria de Educação, no município de Pesqueira/PE, teve início o Quarto Seminário Regional do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela declarou aberto o Seminário cumprimentando todas as pessoas presentes. Em seguida, fez a sua autodescrição e explicou sobre a importância do processo do PPA Participativo e Popular. Ela ainda agradeceu ao Presidente da ALEPE, o Deputado Álvaro Porto, e ao Primeiro Secretário, Deputado Gustavo Gouveia, assim como ao Deputado Luciano Duque por toda a parceria nesse processo. Logo após, ela convidou para compor à mesa: o Exmo. Sr. Deputado Luciano Duque; o Exmo. Sr. Lenivaldo Soares (Leni), Presidente da Câmara de Vereadores de Pesqueira; o Exmo. Sr. Pastinha Xukuru, Vereador de Pesqueira; o Exmo Sr. Vavá, Vereador de Pesqueira; a Sra. Eliane Pereira, representante da Secretaria de Educação de Pesqueira; a Sra. Anicélia Ferreira, Diretora de Extensão do IFPE Pesqueira; e a Sra. Beatriz Arruda, Coordenadora de Direitos Humanos no Município de Santa Cruz do Capibaribe. A posteriori, a Deputada Dani Portela fez uma breve explanação sobre o que significa o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e suas respectivas importâncias para as políticas públicas do Estado de Pernambuco, ela, ainda, destacou que a população dessa região vem sofrendo com o abastecimento e tratamento de água. Em seguida, passou a palavra para o Deputado Luciano Duque que elogiou a iniciativa da CCDHPP, e reafirmou a importância da escuta da população de maneira prévia à elaboração do Plano Plurianual, para que esta peça orçamentária possa conter o enfrentamento às dificuldades concretas da vida das pessoas. Além disso, agradeceu a presença das pessoas presentes do município e da Região, e ressaltou a necessidade da cidade de Pesqueira voltar ao desenvolvimento de uma economia pujante. Logo após, a Deputada saudou as autoridades e movimentos sociais presentes no Seminário: Ticiano Rafael, representante da Secretaria de Administração de Pesqueira; Márcia Cristina, representante da Secretaria de Agricultura de Pesqueira; Sócrates Bezerra, representante da Secretaria de Saúde de Ibirajuba; William Wallace, do Traquinagem Cultural; Jane Lima, da Associação de Moradores do Loteamento Portal; José Felipe, do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor (CEDAPP); Cláudia, do Projeto Seja Voluntário; Maria Alcione, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Una (SISPUM); Jeanne, do Conselho Municipal de Pessoa Idosa; Edna, do Instituto PODE; Nilo Moraes, do Lions Club; Jobson Macedo, do Lar Esperança e Vida; James, do Instituto Cármitas; Regina, do CDNA; Clébia Cristina, do Instituto Esportivo Fábrica de Sonhos; e Washington Agra, presidente da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias. Logo em seguida, a Deputada franqueou a palavra para as autoridades presentes na mesa fazerem uma breve saudação. Logo após, Mônica Oliveira, Chefe de Gabinete da Mandata da Deputada Dani Portela e Coordenadora do PPA Participativo e Popular, apresentou o calendário de seminários regionais e encontros temáticos do PPA da CCDHPP. Além disso, explicou sobre orçamento público, com destaque para o PPA, e para a necessidade de justiça fiscal e correção de diversas desigualdades através das previsões orçamentárias estaduais. Ela relatou que ao final todas as propostas serão sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. Na sequência, a Deputada Dani Portela saudou o Prefeito de Pesqueira, Bal de Mimoso, que fez uma saudação aos presentes e destacou a conversa que havia tido com a Governadora do Estado, a fim de fortalecer, especialmente, os hospitais do município. A posteriori, foi franqueada a palavra para o público presente fazer o uso da fala. A primeira pessoa inscrita foi Clébia, do Instituto Esportivo Fábrica de Sonhos, que sugeriu a construção de uma Casa de Acolhida para atletas e futuras gerações. Ela informou que o instituto já possui um terreno, e agora estão em busca de recursos para essa construção. Logo a após, João Paulo, liderança comunitária do Distrito de Papagaio, que fez três (3) propostas, uma delas é a PE que liga a cidade de Pesqueira ao município de Capoeiras, esse projeto já existe na ALEPE, mas ainda não foi concretizado; outra é a implantação do Canal da Adutora de Pesqueira até o Distrito de Salobro; e outra é a estadualização do Hospital Dr. Lídio Paraiba, que hoje é um hospital do município. Em seguida, José Aluizio, do bairro do Eucalipto, pediu mais matérias-primas e máquinas que possam atender a população de Pesqueira, assim como mais médicos no Hospital Dr. Lídio Paraiba, e um Polo de confecções em Pesqueira que abraça a região. Na sequência, Claudenir, Controlador do município de Ibirajuba, falou sobre a necessidade de priorizar a construção, a manutenção e a requalificação das PE's, também sugeriu criar um programa de assistência às mulheres vítimas de violência no interior do estado, e mencionou a importância de fazer uma Audiência Pública no estado, com todos os prefeitos da Região, para tratar sobre a questão do abastecimento de água. Posteriormente, Ana Isabel, da CUT de São Bento do Una, propôs a criação de hospitais que atendam a população daquela Região, para que não haja a obrigatoriedade de ir até Caruaru ou Recife, também falou sobre a necessidade de requalificação da PE-180, e da construção de um aterro na cidade. Ana Isabel falou também da necessidade do estado enxergar e criar políticas para as juventudes negras e LGBTQIAPN+. Jeane Lima, do Conselho Municipal de Pessoa Idosa, pediu a criação de uma delegacia especial para as pessoas idosas, exclamou por um transporte público digno e seguro para as pessoas idosas e com deficiências, e pela implementação de um centro de especialidade médica para as pessoas idosas. Socorro Nascimento, do Grupo Vida Ativa da Terceira Idade, sugeriu um transporte público que possa transportar as pessoas idosas que frequentam a associação, frisou sobre a necessidade de desenvolvimento de trabalho e renda no município de Pesqueira. Alejandro, da Associação Militância Cores da Resistência, de Garanhuns, pediu que fosse feito um mapeamento sociodemográfico da população LGBTQIAPN+ que possa atestar o acesso aos dispositivos de saúde e a qualidade desses serviços, a fim de saber o que a população LGBTQIAPN+ está acessando, para que sejam construídas políticas públicas mais efetivas. Além disso, ele falou sobre a importância da interiorização dos ambulatórios LGBT's, que incluem o tratamento de saúde física e mental, e sobre a ampliação e fortalecimento do CECH. Além disso, Alejandro sugeriu a criação de casas de acolhimento para a população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, com foco no interior, mais incentivo cultural aos(as) artistas LGBT's e independentes, e uma atenção e escuta de profissionais do sexo, a fim de garantir qualidade de vida, segurança e autonomia social para essas pessoas, que muitas vezes estão em vulnerabilidade. A posteriori, José Filipe, da Associação PODE do CEDAPP, falou que falta co-financiamento do Governo do Estado para a área da pessoa com deficiência da 8ª microrregião de saúde de Pesqueira, sugeriu também a ampliação e regionalização do Programa Pernambuco Conduz. Ademais, falou sobre a importância da formação continuada para professores sobre acessibilidade didática, e a criação de uma Lei que efetive a compra de produtos da agricultura familiar, com foco na produção de mulheres. Alana, do Traquinagem Cultural, questionou e sugeriu a democratização do acesso à cultura dos povos tradicionais e originários, a exemplo do povo Xukuru de Ororubá. Em seguida, Bruno Rafael, falou a respeito da necessidade de criação de ambulatórios para a população LGBTQIAPN+ no interior de Pernambuco, diante de tantas violências sofridas por essa população. Na sequência, Magda, da Cármitas, sugeriu a criação e retomada de programas de convivência com o semi-árido, trazendo os programas de cisternas para consumo humano e para produção de alimentos, somado a isso, ela sugeriu programas e projetos de geração de renda com foco nas mulheres, e propôs a melhoria, o atendimento humanizado e especializado nas delegacias das mulheres. Por último, Washington, além de falar sobre

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

2º Vice-Presidente, Deputado Francismar Pontes

1º Secretário, Deputado Gustavo Gouveia

2º Secretário, Deputado Pastor Cleiton Collins

3ª Secretária, Deputada Socorro Pimentel

4º Secretário, Deputado Joel da Harpa

1º Suplente, Deputado Rodrigo Farias

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Gilmar Júnior

4º Suplente, Deputado Coronel Alberto Feitosa

5º Suplente, Deputado William Brigido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7º Suplente, Deputado France Hacker

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Isaltino Jose do Nascimento Filho

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Maurício Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Adalto Santos

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Jose Luiz de Oliveira Junior

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Superintendente Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Danielle Crhistina de Aguiar

Superintendente de Comunicação Social - Helena Castro de Alencar

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

a necessidade de o estado aportar financeiramente o principal Hospital da cidade, falou sobre a indispensabilidade do aumento de efetivo policial nessa macrorregião e no Estado de Pernambuco. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela saudou a chegada de Ricardo de Mané, Vereador de Venturosa, e de Juscelino, pessoa com deficiência visual. Após a apresentação das propostas pelas pessoas inscritas, a Deputada Dani Portela passou a palavra para os componentes da mesa, que realizaram seus agradecimentos. No mais, a Deputada destacou que além das propostas apresentadas pelas treze (13) pessoas inscritas, outras trinta e três (33) pessoas apresentaram propostas por meio do formulário do PPA. Todas essas propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado. O Deputado Luciano Duque e a Deputada Dani Portela agradeceram a presença de todas as pessoas presentes, e encerraram o Seminário Regional. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO QUINTO SEMINÁRIO REGIONAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2023.

Às 09h00 do dia 26 agosto de 2023, no Cine Teatro Apolo, na cidade de Palmares/PE, teve início o Quinto Seminário Regional do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Seminário cumprimentando todas as pessoas presentes e convidaram a compor à mesa: o Sr. Cícero Nonato, Secretário de Cultura de Palmares; a sra. Iracema Veloso, Secretária da Mulher de Palmares; e a sra. Raquel Bianor, Diretora do Campus Universidade de Pernambuco (UPE) em Palmares. A Deputada Dani Portela iniciou sua fala fazendo uma auto descrição, descrevendo o ambiente e a mesa, em seguida falou um pouco de suas relações familiares com a cidade de Palmares, mencionando que seu avô de criação foi Prefeito de Palmares. A deputada elogiou a reforma do Cine Teatro, referenciando a importância de sua revitalização para a memória histórica da cidade. Posteriormente, as autoridades presentes na mesa fizeram falas de saudação. Raquel Bianor fez um resgate histórico da formação da cidade de Palmares e das relações socioeconômicas da Mata Sul intrinsecamente ligadas às usinas e antigos engenhos de cana-de-açúcar, destacando a luta das populações negras e trabalhadoras pela emancipação da exploração de sua força de trabalho. Ela destacou a importância de investimentos na Universidade para o fortalecimento e desenvolvimento da Região da Mata Sul, bem como, em políticas de assistência e permanência estudantil. Cícero Nonato destacou a importância do evento para a Cidade de Palmares, falou sobre a revitalização do Cine Teatro e destacou a importância dos investimentos em cultura. Iracema Veloso agradeceu a oportunidade e parabenizou a mandata pela iniciativa. Ela pontuou a importância de políticas afirmativas para que as mulheres ocupem espaços de poder, com paridade e plenas condições de igualdade. E reforçou a necessidade investimentos para o enfrentamento à violência contra a mulher, para políticas das Casas Abrigo, bem como, funcionamento 24hs das Delegacias da Mulher, especialmente no interior e em Palmares. Em seguida, a Deputada Dani Portela chamou o Poeta Basílio, morador da cidade de Palmares, para declamar poema de sua autoria. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, chefe de gabinete da mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. A Deputada Dani Portela agradeceu a Domicílio pela exposição e em seguida abriu inscrições para apresentações orais de propostas para o PPA, pelas pessoas presentes no evento, explicando que as propostas também poderiam ser entregues escritas através do formulário recebido no momento de credenciamento. A primeira inscrita foi Mãe Bel, líder do Terreiro de Palmares, que propôs que fossem criadas Políticas públicas e orçamento direcionado para a valorização e proteção dos terreiros de matriz africana, bem como, contra o racismo religioso. Em seguida, Cacau, do Grupo Mulheres Vitória de Serro Azul, sugeriu a reconstrução da pista de Serro Azul até Bonito, justificando que após a construção da barragem a comunidade de Serro Azul foi isolada, prejudicando a economia local. Além disso, ela mencionou a necessidade de pagar indenização das pessoas que moram abaixo da barragem, a menos de 100m do paredão. Gil Maciely, da AMAS LGBT, defendeu que fosse destinado recurso para investimentos na saúde da população LGBTQIAPN+, como facilitação dos atendimentos médicos à população lgbt, sobretudo as pessoas transexuais e travestis. Além da interiorização e ampliação dos ambulatórios LGBT para atender às demandas de saúde física e mental para reduzir a fila de espera. Ela também propôs a criação de casas de acolhimento para os LGBTQIAPN+. Dando prosseguimento, Antônio do Rego relatou que Palmares é cortada ao meio pela BR-101, mas não existe passarela, retorno ou lombada eletrônica que contemple a população. Ele sugeriu a construção de um Hospital regional para atender a Mata Sul e investimentos na contratação de mais profissionais da saúde e compra de ambulâncias. Thiago Lima, do Lions Club Internacional, propôs a requalificação das rodovias PE 126 e PE 96, evitando acidentes. Ele também sugeriu a reformulação do Programa Casa das Juventudes, investimentos para profissionalização e empregabilidade da juventude de Palmares e a retomada do Plano Estadual das Políticas de Juventude. E finalizou pedindo o retorno do PROCON, destacando que o mesmo foi fechado no município. Maria José, da comunidade do Terreiro de Palmares, propôs o mapeamento para as Comunidades de Terreiros e a criação de políticas públicas específicas para povos de terreiros. Pai Israel, da Comunidade do Terreiro de Palmares, pediu investimento orçamentário para políticas destinadas às comunidades de terreiro do interior. Nonato, diretor do Cine Teatro Apolo, propôs que os investimentos em cinemas e produções audiovisuais sejam descentralizadas e regionalizadas, para que os recursos cheguem aos cinemas, entidades e fundações das cidades do interior e que esses recursos também possam vir através de emendas. Nádia Gomes, professora de história em Rio Formoso, propôs a construção de um centro de abastecimento às margens da PE-60, para atender ao escoamento da produção da área rural. Ela também reforçou a necessidade de recuperação das rodovias PE-76 e da PE-66 e melhoria das estradas vicinais. E sugeriu que fossem realizados investimentos no distrito industrial da região e realizada a construção do Hospital de Rio Formoso. Na sequência, Amaro Lúcio, do Assentamento Governador Miguel Arraes, sugeriu incluir a participação da agricultura familiar no orçamento do PPA, inclusive com apoio para produção orgânica e agroecológica. Marluce, socióloga e assistente Social, defendeu que fosse garantida condições para os pequenos proprietários de terra poderem trabalhar, inclusive com investimento na diversificação de culturas que não apenas a cana de açúcar. Ela sugeriu o cofinanciamento estadual na agricultura familiar na diversificação da cultura, garantindo a comercialização da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para hospitais. Na área da assistência social, Marluce propôs o cofinanciar na proteção especial de alta complexidade, com criação de instituições de longa permanência que contemplem mulheres, idosos e crianças. Iracema Veloso, secretária da Mulher de Palmares, reforçou a importância do fortalecimento das mulheres para que possam ocupar os lugares de poder e recurso para as políticas de prevenção a violência contra às mulheres, como o funcionamento da Delegacia da Mulher de Palmares todos os dias da semana. Ela propôs a destinação de orçamento para a geração de emprego e renda para a mulher e investimentos no Fundo de Mulheres. Finalizou sugerindo a construção de um Centro Oncológico para a região da Mata Sul. Na sequência, Carlos Calheiros, ex-vereador pelo PT, atualmente filiado ao Partido Rede, pediu mais recursos para os artesãos, especialmente para aqueles que estão no interior. Logo após, Liana Barradas, Coordenadora do curso de Serviço Social da UPE Palmares, falou sobre a necessidade de conseguir recursos para Assistência Estudantil, que envolve: Casa Estudantil, Restaurante Universitário, bolsas diversas, transporte para os estudantes e vale estudantil para se deslocarem entre os municípios da Zona da Mata Sul. Além disso, a professora pediu mais investimentos para a valorização dos profissionais e estudantes da UPE Mata Sul e para a estrutura da Universidade. Já Marivaldo, ex-prefeito de Jaqueira, apontou para a importância da conclusão das Barragens, e pediu atenção na criação de políticas para o fortalecimento do campo e para a manutenção das pessoas no campo, a fim de incentivar a produção e a comercialização. Logo após, o poeta Basílio focou no apoio e no investimento aos Institutos Históricos e à Academia de Letras de Palmares e da Mata Sul, além de pedir a criação e o fortalecimento de Políticas públicas afirmativas e investimentos para os povos indígenas, para os povos de terreiros e para a população LGBTQIAPN+. Por último, Helenildo, do Assentamento Miguel Arraes, sugeriu o melhoramento das estradas para o escoamento da produção dos assentamentos (especialmente do assentamento Miguel Arraes), o melhoramento do PNAE e do PA do estado, além da reabertura de usinas dentro do sistema da agricultura familiar, e do fortalecimento de Políticas Públicas para a garantia do jovem em sua terra, no intuito de evitar a evasão. Após a apresentação das propostas pelas pessoas inscritas, a Deputada Dani Portela passou a palavra para os componentes da mesa, que realizaram seus agradecimentos. No mais, a Deputada destacou que além das propostas apresentadas pelas dezessete (17) pessoas inscritas, outras vinte e três (23) pessoas apresentaram propostas por meio do formulário do PPA. Todas essas propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado. A Deputada Dani Portela agradeceu a presença de todas as pessoas presentes, e encerrou o Seminário Regional. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO SEXTO SEMINÁRIO REGIONAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADO NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2023.

Às 09h45 do dia 02 de setembro de 2023, no Clube Estrela do Paudalho, no município de Paudalho/PE, teve início o Sexto Seminário Regional do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela declarou aberto o Seminário cumprimentando todas as pessoas presentes. Em seguida, fez a sua autodescrição e explicou sobre a importância do processo de PPA Participativo. Ainda agradeceu ao Presidente da ALEPE, o Deputado Álvaro Porto, e ao Primeiro Secretário, Deputado Gustavo Gouveia. Logo após, ela convidou para compor à mesa: o Exmo. Sr. Gilcélcio Pontes, Presidente da Câmara Municipal de Ferreiros; a Sra. Adriana Mola, Secretária de Planejamento Estratégico do Município de Goiana; a Exma. Sra. Izaura Pimentel, representante da Câmara Municipal de Goiana; a Exma. Sra. Adriana Paes, Prefeita de Glória do Goitá; o Exmo. Sr. Alceu Gusmão, Vereador de Paudalho. Logo em seguida, a Deputada franqueou a palavra para as autoridades presentes na mesa fazerem uma breve saudação. Finalizadas as falas, a Deputada saudou os movimentos sociais e representações presentes: Associação das Mulheres de Nazaré da Mata (AMUNAM), Associação dos Povos de Terreiros, assessores do Vereador de Paudalho, Alceu Gusmão, e a Associação Misto do Culto Afro-brasileiro. A posteriori, a Deputada Dani Portela fez uma breve explanação sobre o que significa o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e suas respectivas importâncias para as políticas públicas do Estado de Pernambuco. Logo após, Mônica Oliveira, Chefe de Gabinete da Mandata da Deputada Dani Portela e coordenadora do PPA Participativo e Popular, apresentou o calendário de seminários regionais e encontros temáticos do PPA da CCDHPP. Além disso, explicou sobre orçamento público, com destaque para o PPA, e para a necessidade de justiça fiscal e correção de diversas desigualdades através das previsões orçamentárias estaduais. Ela relatou que ao final todas as propostas serão sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. Mônica Oliveira também destacou que a Zona da Mata Norte do Estado foi a única que recebeu dois seminários regionais para discutir o PPA, um

encontro foi em Condado e o outro em Paudalho. Ademais, a Deputada relembrou que a Governadora, Raquel Lyra, pode ou não acatar as mudanças sugeridas, mas explicou às pessoas presentes as inúmeras possibilidades de fazer acontecer. Logo após, Dani Portela citou que o Maracatu Fonte do Itaíba, de Paudalho, a Libélula Produção Cultural, a Associação de Mulheres de Tracunhaém, e a REDHUMA não conseguiram chegar, mas enviaram propostas por escrito. Em seguida, foi franqueada a palavra para o público presente fazer o uso da fala. A primeira pessoa inscrita foi Ana Cláudia, assessora do vereador Alceu Gusmão, que pediu a criação de uma política Intersetorial de saúde mental nas escolas, com a formação de profissionais qualificados. Além disso, frisou a necessidade de uma intervenção voltada à política ambiental, coleta de resíduos e sustentabilidade nas zonas urbanas e rurais, a fim de estimular as práticas sustentáveis. Na sequência, foi a vez de Yonaldo que pediu atenção às comunidades urbanas no interior de PE, e falou das dificuldades com relação a baixa frota/demora do transporte público que interliga alguns municípios. Ademais, pediu o fortalecimento da fiscalização no que diz respeito ao abuso das empresas no aumento das passagens no interior. Logo em seguida, Pai Vel, assistente social, pessoa com deficiência e representante da Associação Misto do Culto Afro-brasileiro falou da necessidade de ampliação dos transportes para pessoas com deficiência até os hospitais, assim como da construção de um Compez em Paudalho, e da adaptação de espaços públicos da cidade para o trânsito e acesso das pessoas com deficiência. Logo após, Renata, a única mulher mestra do Maracatu Fonte de Itaíba, frisou sobre a valorização desses “brinquedos” da cultura popular, com investimento de mais verbas, especialmente na Zona da Mata Norte. Depois, Alceu Gusmão, Vereador da cidade de Paudalho/PE, compartilhou sobre a importância de ter políticas voltadas à cultura, como formações, por conta da falta de acesso aos editais, falta de CNPJ, entre outros, que afastam cada vez mais as pessoas em vulnerabilidades que fazem cultura. Gilcélcio Pontes, Vereador de Ferreiros, pontuou sobre a possibilidade de reconstrução da PE-82 e da PE-75, e acerca do melhoramento da distribuição de água. Já Adriana Paes, Prefeita de Glória do Goitá/PE, pediu que haja uma alteração para igualar a verba da cultura para os municípios do interior. Por último, Denis Oliveira, Produtor Cultural, clamou por celeridade no repasse do dinheiro da FUNDARPE para a cultura, e criticou a dificuldade nos editais para o acesso dos “brinquedos” que não tem tanta formação. Após a apresentação das propostas pelas pessoas inscritas, a Deputada Dani Portela passou a palavra para os componentes da mesa, que realizaram seus agradecimentos. No mais, a Deputada destacou que além das propostas apresentadas pelas oito (8) pessoas inscritas, outras 18 pessoas apresentaram propostas por meio do formulário do PPA. Todas essas propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado. A Deputada agradeceu a presença de todas as pessoas presentes, e encerrou o Seminário Regional. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO SEGUNDO ENCONTRO TEMÁTICO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), COM O TEMA SAÚDE, PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2023.

Às 19h30 do dia 24 agosto de 2023, teve início no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o Segundo Encontro Temático de Saúde do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Encontro Temático cumprimentando todas as pessoas presentes e convidaram a compor à mesa: o Exmo. Sr. Deputado Estadual Gilmar Junior, a Sra. Angela Paula Arcoverde, representando a Secretaria de Saúde de Ipojuca/PE e a Sra. Sônia Pinto, Presidenta do Conselho Estadual de Saúde. A deputada registrou a presença das representações do Conselho Regional de Odontologia, do Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo (GTP+), do Movimento Nacional das Cidades Positivas, do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Segurança Social, do Sindicato dos Agentes de Saúde e Combate às Endemias, do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e do Espaço Mulher de Passarinho. Em seguida, Dani Portela fez sua audiodescrição e uma breve explicação sobre o que significa as leis orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sua importância para as políticas públicas de Pernambuco e a estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. A deputada menciona que é possível apresentar propostas com inscrições para intervenção oral, através do formulário entregue em momento de credenciamento e pela internet, através do formulário disponível no site da ALEPE. Em seguida, foi franqueada a palavra ao Deputado Gilmar Junior, que realizou saudação à mesa em nome da Deputada Dani Portela. O Deputado relatou a dificuldade enfrentada pelos profissionais da enfermagem para receber o pagamento de parte do piso salarial, mesmo depois de uma grande luta para ter esta conquista. Ele relembrou o número de profissionais da saúde que perderam suas vidas enquanto trabalhavam na pandemia. Gilmar Junior destacou a importância do processo do PPA, relatando que o piso salarial dos profissionais de enfermagem não foi garantido e pago até o momento em virtude não estar inserido no orçamento do executivo. O Deputado finalizou sua fala propondo que seja garantido na proposta do PPA o pagamento integral do piso da categoria, através de previsão orçamentária. Passada a palavra à Sra. Ângela Arcoverde, ela saudou a mesa em nome da Deputada Dani Portela, a parabenizando pela iniciativa e reforçando a importância desse momento de participação popular no PPA. Em seguida, a Deputada Dani Portela franqueou a fala à Sra. Sônia Pinto, que saudou a mesa em nome da Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Ela destacou que o Conselho Estadual de Saúde está de portas abertas para participação popular em suas plenárias, para que a sociedade civil possa contribuir com o controle social das políticas de saúde. Sônia Pinto finalizou sua fala reforçando a importância da escuta popular para o PPA e a necessidade de fiscalização dos planos de governo, denunciando o sucateamento dos hospitais e equipamentos públicos. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, chefe de gabinete da mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. A Deputada Dani Portela agradeceu a sra. Mônica Oliveira por sua apresentação, em seguida convidou o Sr. Domicílio Aurélio de Sá, pesquisador e sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), que iniciou sua fala fazendo agradecimento pelo convite e parabenizando à presidência da CCDHPP e à equipe. Ele fez sua audiodescrição, expondo que é indígena da etnia Pankará, oriundo de Floresta e Carnaubeira da Penha, veterinário de formação, mas atua como pesquisador sanitarista defensor do SUS. Domicílio destacou que quando era mais jovem, na época da residência, percebia necessidade semelhantes às de hoje em dia e que, mesmo frente aos avanços, alguns problemas continuam se repetindo. Ele declamou um soneto de sua autoria, intitulado de “Soneto ao Ser Mais”. Em sua apresentação Domicílio reforçou a importância do SUS à população e como o SUS é uma das principais políticas sociais efetivadas pela Constituição. Ele destacou o caráter tripartite do SUS, inclusive no orçamento, reforçando a responsabilidade da União, Estados e Municípios. Ele falou sobre a necessidade da atenção primária no SUS ser a organizadora de todo o sistema, pontuando que não dá para fazer tratamento na atenção primária e, quando precisar repassar os usuários para a atenção média, esses usuários precisarem ser transferidos para a capital porque o sistema de média e alta complexidade não é regionalizado e interiorizado. Sendo este um dos fatores para o excesso de gasto dos municípios com Tratamento Fora do Distrito (TFD). Domicílio reforçou a importância das escutas do PPA Participativo e Popular nos municípios do interior exatamente por estas especificidades regionais, expondo que descentralizar é uma pauta fundamental, de modo a fortalecer as regiões para que tenham mais autonomia. Ele finalizou sua fala com um verso a respeito da importância do SUS intitulado “O SUS entrelaçado em nós”. A Deputada Dani Portela agradeceu a Domicílio pela exposição e em seguida abriu inscrições para apresentações orais de propostas para o PPA, pelas pessoas presentes no evento, explicando que as propostas também poderiam ser entregues escritas através do formulário recebido no momento de credenciamento. A primeira inscrita foi a sra. Juliana Dias, do Movimento Nacional Cidades Positivas, que reivindicou o passe livre para pessoas que vivem com HIV e AIDS no Estado, relatando o alto número de pessoas que abandonam o tratamento por falta de recursos para custeio de deslocamentos para consultas, exames e buscar medicações. Em seguida, Germana Soares, presidenta da União de Mães de Anjos de Pernambuco, que destacou a dificuldade e luta das mães de filhos com microcefalia, que perpassa a dificuldade de obtenção de diagnóstico em função da escassez de profissionais neuropediatras, tendo apenas doze (12) para o Estado todo. Diante disso, ela propôs que houvesse um incentivo financeiro para permanência desses profissionais no Estado. Ela sugeriu investimento em equipamentos para realização de exames de imagens, relatando que atualmente leva-se cerca de dois (2) a três (3) anos na fila para realizá-los. Germana registrou a falta de equipes multiprofissionais para desenvolvimento das terapias pelo SUS, sendo a situação ainda mais difícil para as famílias que são do interior do Estado, por conta da falta de profissionais nas UPAs Especialidade. Por isso, propôs melhoria salarial e incentivo aos profissionais terapeutas multidisciplinares. Germana denunciou que as cirurgias ortopédicas estão suspensas há quase 5 anos no Estado, sendo feitas apenas cerca de quatro (4) cirurgias por ano, sugerindo que seja investido na retomada e regularização das cirurgias e na ampliação de UTIs pediátricas. Ela finalizou sua fala propondo que seja criada uma política de saúde para as cuidadoras, registrando que em maioria absoluta são mulheres que vivem em dedicação exclusiva para o cuidado integral dos filhos PCDS. Logo depois, Fabiana Menezes e Igor Moraes, membros do Conselho Regional de Odontologia e que atuam na ponta, denunciaram os baixos salários pagos aos profissionais da odontologia no SUS, propondo o reconhecimento e pagamento do piso salarial da categoria, conforme lei já em vigor. Reforçando que a responsabilidade do Estado no financiamento tripartite para cumprimento da lei do piso da odontologia. Além disso, propuseram que o Estado seja co-partícipe financeiro para garantir o funcionamento da saúde primária, bem como garanta a fluoretação das águas em Pernambuco, conforme lei 6050/1974, para evitar cáries. Igor finalizou sua fala propondo a reabertura das urgências odontológicas nas UPAs, existindo pouquíssimas no Estado, que só funcionam durante o horário comercial. Na sequência João Batista, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Segurança Social do Estado e do Conselho Municipal de Saúde de Jaboatão dos Guararapes/PE, propôs a reabertura da da maternidade do hospital de Prazeres, relatando que ela fazia cerca de 100 partos por mês, tendo sido fechada durante a pandemia. Em seguida, Edeleia Santos, do Espaço Mulher do Passarinho, relatou que sua comunidade possui cerca de 30 mil habitantes, contudo, várias áreas estão descobertas pela saúde, por ser território limítrofe entre Recife, Olinda e Paulista, propondo que seja implantado posto de Saúde 24h na comunidade. A sétima intervenção foi feita por Priscila Viégas, representando do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que denunciou a falta da transparência do governo do Estado em relação às ações na área da saúde, a falta de participação popular e de acesso ao detalhamento de planos, metas e orçamento para a saúde durante a nova gestão estadual. Ela destacou a ultra precarização dos contratos de trabalho, ao invés de realizar contratação por meio de concurso. Em seguida, Edson Lima, representando o Conselho Regional de Psicologia, propôs que fosse priorizado o investimento de recursos em saúde mental, saúde indígena, população em situação de rua, com criação de diretrizes e plano de atendimento, bem como, o aumento de recursos para os municípios e para a saúde primária. Ele finalizou sua fala sugerindo que fossem incluídas as propostas produzidas na conferência estadual de saúde no PPA e no orçamento público. Dando prosseguimento, Kenedy Alves, do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, sugeriu a requalificação dos hospitais, a participação efetiva do Estado no orçamento tripartite e a regionalização dos equipamentos e serviços de alta complexidade, levando-os às média e microrregiões do Estado. Bem como, a ampliação e fortalecimento do Programa PE Conduz em todo Estado, do SAMU e do Programa Melhor em Casa. Ele também propôs a criação de consultórios de ruas, com apoio das Gerências Regionais de Saúde e do Programa Pernambuco Excepcional, casa pernambucana para apoio das pessoas que precisam vir fazer tratamento de saúde na capital. Kenedy finalizou sua intervenção destacando a necessidade de criação de concurso públicos para profissionais da saúde e melhorias nas remunerações dos profissionais de saúde. Em seguida, Anny Souza, representante do Movimento de Luta Antimanicomial, propôs o fortalecimento da rede psicossocial, numa perspectiva antimanicomial e antiprobicionista, com investimento na política de redução de danos. Ela destacou a necessidade

de efetivação do orçamento tripartite, para fortalecer CAPs, equipamentos de saúde mental e física e do Programa Atitude, que é reconhecido internacionalmente mas está sendo sucateado pelo Estado. Anny propôs a reabertura de leitos integrais para saúde mental, requalificando os espaços existentes e formação continuada dos profissionais da saúde, sobretudo em atenção à crise. Bem como, a regularização do fornecimento de medicações e descentralização da farmácia do Estado. E finalizou sua fala sugerindo a elaboração do plano estadual de atenção às pessoas com demandas de saúde mental e a destinação de recursos para o conselho de saúde do Estado. Passada a fala à Vanessa Pontes, da Frente Nacional Contra Privatização da Saúde, ela denunciou o altíssimo investimento do Estado em instituições privadas, deixando os grandes hospitais nas mãos da iniciativa privada, minando investimentos nos hospitais da administração pública, propiciando seu sucateamento. E propôs o combate a privatização da saúde, com a destinação de recursos para fortalecimento e reestruturação dos hospitais e equipamentos de saúde da administração pública. Rinaldo Ramos de Souza, presidente do Sindicato dos Biomédicos, sugeriu que fosse incluído no PPA previsão orçamentária para requalificação e manutenção da infraestrutura dos equipamentos de saúde do Estado, para valorização salarial dos profissionais da saúde e aumento do quadro através da chamada de concurso público. Ele sugeriu que seja investido na melhoria da estrutura tecnológica nos equipamentos de saúde, para atenção especializada de saúde, como os laboratórios de biomedicina e para consolidação da estrutura administrativa regionalizada. Finalizando o momento de participação, Luciano e Gomes, membros do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, reforçaram a importância da participação das categorias de classe da saúde no PPA, denunciando que o Estado de Pernambuco é um dos que pagam os salários mais baixos para os profissionais da saúde no Brasil. Gomes finalizou a intervenção destacando que é fundamental garantir a agenda de consultas com os profissionais multidisciplinares e acesso a exames, para pessoas com autismo e outros transtornos. Após a apresentação das propostas pelas pessoas inscritas, a Deputada Dani Portela lembrou e saudou as profissionais de saúde da Assembleia Legislativa de Pernambuco, presentes durante todo seminário e, em nome delas, saudou e agradeceu a Mônica Oliveira, a toda equipe de seu gabinete, da CCDHPP e a todos os servidores da ALEPE, envolvidos na realização do seminário. Antes de finalizar o seminário, a Deputada Dani Portela dialogou sobre as propostas recebidas através da intervenção do público, destacando a importância de atendimento e diagnóstico rápido para crianças com autismos e outros transtornos, a quantidade de propostas pedindo a realização concurso público na área de saúde e melhoria salarial para esses profissionais, a imprescindibilidade de se destinar recursos públicos para os hospitais e equipamentos de saúde da administração pública, em detrimento às instituições privadas. Bem como, a necessidade de descentralização e regionalização da média e alta complexidade da saúde, evitando que as pessoas precisem se deslocar para capital para realizar exames. Dani Portela informou que todas as propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado e agradeceu a presença de todas as pessoas, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO TERCEIRO ENCONTRO TEMÁTICO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2023.

Às 18h30 do dia 29 de agosto de 2023, teve início no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o Terceiro Encontro Temático de Educação do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Encontro Temático cumprimentando todas as pessoas presentes e convidou para compor à mesa: o Sr. Jerônimo Galvão, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE); o Sr. João Vitor Mamede, representando a Diretoria da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Sr. Michel Modesto, representante da Fetapep; o Sr. Ivo Costa, do Sindicato dos Servidores da Universidade de Pernambuco; a Sra. Liz Ramos, do Centro de Cultura Luiz Freire; a Sra. Márcia Vieira, do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda; e Ronildo Oliveira, representante do SINTEPE e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes (SINPROJA). Logo após a composição da mesa, os presentes fizeram saudação e parabenizaram a Deputada por oportunizar o momento, assim como, ressaltaram a relevância do tema. Em seguida, Dani Portela fez uma breve explicação sobre o que significa as leis orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sua importância para as políticas públicas de Pernambuco e a estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, Chefe de Gabinete da Mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório, que será entregue ao Governo de Pernambuco. Em seguida, foi franqueada a palavra para as pessoas do público que quisessem fazer o uso da fala. Inaldo Lucas, vice-presidente da UBES em Pernambuco, militante da UJS, reivindicou uma garantia da assistência estudantil nas escolas de ensino médio e ensino básico, em ensino integral, como também a garantia de uma merenda de qualidade, além da primeira merenda, além da construção de um sistema estadual de educação para debater a estrutura das escolas públicas para ter uma dimensão, e a formação contínua sobre leis orçamentárias nas escolas. João Marcelo, diretor de mobilização da UBES-PE, clamou pela necessidade de escuta dos estudantes, além de um projeto escola aberta, e passe livre como política fundamental para manutenção dos estudantes nas escolas, ampliando para maior utilidade, possibilitando cultura e lazer, como também a formação contínua de línguas para os estudantes e profissionais da educação, sem deixar de falar da importância dos psicopedagogos. João Vitor Mamede requereu assistência estudantil aos estudantes da UPE, visto que falta rubrica orçamentária, e pediu que a UPE possa remanejar orçamento para manter as bolsas e programas de assistência em funcionamento, além do PPA determinar rubrica oficial, como também a garantia do transporte, inclusão digital e moradia para os estudantes da UPE, comentando sobre a necessidade de novo edital do PROUPE. Paulo Monte pleiteou a inclusão de professores e intérpretes de línguas, como também professores brailleiros nas escolas desde a educação infantil, além da formação contínua dos professores sobre autismo e deficiências para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes que possuem, sem deixar de mencionar a acessibilidade para pessoas com deficiência na UPE. Na sequência, Michel Modesto, da Fetampe, e Presidente do sindicato dos profissionais da educação em Buíque, demandou a valorização salarial dos profissionais da educação. Logo após, Ivo Luan, da Juventude Fogo no Pavio clamou por mais investimento na infraestrutura das escolas de ensino médio em tempo integral, a implementação de novos campus dentro do Estado, como também a garantia do acesso à cultura aos estudantes, além da gratuidade do transporte público, e a ampliação e garantia do restaurante universitário com alimentação de qualidade em todos os campus da UPE como política de assistência estudantil. Paula Ferreira, Ativista do Fundo Malala no Brasil, afirmou que o PPA deve considerar o agravamento da pandemia sobre os recortes de raça, classe e gênero como projeto de educação antirracista. Célia Santos, do Fórum Estadual da Educação de Pernambuco, trouxe a necessidade de avanço na participação social, como questionou a invisibilidade dos planos orçamentários, sem deixar de mencionar a possibilidade de ciclos como esse, pelos Poderes, a fim de possibilitar a participação social. Em seguida, Jerônimo Galvão, do SINTEPE, requereu valorização profissional dos profissionais da educação do Estado, que se assentaram sobre o piso salarial nacional, um plano de cargos, carreiras e vencimentos e a formação continuada de professores e profissionais da educação. Também trouxe que o PCCV não é cumprido no Estado, como também a formação sob uma perspectiva antissexista e antirracista, sobre o uso do nome social, garantir a oferta de profissionais da educação inclusiva; presença do estatuto da igualdade racial nas escolas. Ivo Costa, do SINDUPE, trouxe a valorização do servidor de carreira da UPE a fim de manter o ensino de excelência da universidade. Por fim, Natália Pires, da Associação de Moradores da Várzea, requereu a participação de alunos nos conselhos de educação e alimentação escolar, como também a necessidade de integração da UFPE com a Várzea (FEDERAL). Ao final, a Deputada Dani Portela agradeceu a presença de todas as pessoas, e encerrou o encontro. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO QUARTO ENCONTRO TEMÁTICO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2023.

Às 18h do dia 31 de agosto de 2023, teve início no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o Quarto Encontro Temático de Segurança Pública do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Encontro Temático cumprimentando todas as pessoas presentes e convidou a compor à mesa: o Sr. Rinaldo Alves, Secretário de Segurança Pública de São Lourenço da Mata; a Sra. Edna Jatobá, Coordenadora Executiva do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP); o Sr. Professor Sandro Sayão, Coordenador do Programa Virtus da UFPE; e o Sr. Coronel Rivaldo, Secretário Executivo de Segurança Pública de São Lourenço da Mata. Em seguida, Dani Portela fez uma breve explicação sobre o que significa as leis orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sua importância para as políticas públicas de Pernambuco e a estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. Na sequência, o Secretário Rinaldo Alves foi convidado a realizar um breve discurso e parabenizou a Deputada por oportunizar o presente momento. O Professor Sandro Sayão ressaltou a importância do tema, pois “pensar em direitos humanos é pensar nos sistemas de força constituintes, e não se pode pensar em polícia sem estar encharcada com as grandes demandas propostas pelos direitos humanos.” Ao ser convidado para fazer uso da fala, o Coronel Rivaldo trouxe sua preocupação com a situação atual da Segurança Pública no estado. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, chefe de gabinete da mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. Na sequência, Edna Jatobá foi convidada a fazer uma apresentação acerca da imprescindibilidade de se destinar mais recursos para a prevenção, e não para as repressões. A coordenadora do GAJOP também trouxe outras questões alarmantes no que diz respeito à segurança pública em Pernambuco, como a falta de políticas públicas voltadas à ressocialização após o encarceramento, e as subnotificações de crimes enquadrados na qualificação do feminicídio. Em seguida, foi franqueada a palavra para quem do público que estivesse presente quisesse fazer o uso da fala. A primeira pessoa a se colocar foi Ícaro Santos, que reivindicou mais recursos voltados para geração de emprego e renda, que reduziria a mortalidade da população negra. Sandro Sayão, do Programa Virtus, reforçou a necessidade de se enxergar a problemática da polícia dentro do eixo da segurança pública, e, a partir disso, se pensar em estratégias definidas pelo Estado, para resolvê-las. Natália Vilar, das Brigadas Populares, trouxe a questão da Lei nº 17.912 de 2022, que pauta as alternativas penais no âmbito federal. Por fim, Dani Portela informou que já estiveram presentes nas atividades relacionadas ao PPA mais de

setecentas pessoas. A Deputada socializou que, até então, por escrito foram recebidas duzentas e oitenta propostas, mais mil e duzentas propostas feitas de forma online, e todas essas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado e agradeceu a presença de todas as pessoas, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO QUINTO ENCONTRO TEMÁTICO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2023.

Às 18h do dia 05 de setembro de 2023, teve início no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o Quinto Encontro Temático de Cultura do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Encontro Temático cumprimentando todas as pessoas presentes e convidou a compor à mesa: Janaina Santos, representando a Comissão Setorial de Dança do Conselho Estadual de Política Cultural; e Carol Vergolino, representando o Mandato de Ivan Moraes. Em seguida, Dani Portela fez uma breve explicação sobre o que significa as leis orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sua importância para as políticas públicas de Pernambuco e a estratégia do momento escolhido para as escutas que oportuniza uma incidência concreta no PPA. Na sequência, Carol Vergolino parabenizou a Deputada por oportunizar o presente momento, como também ressaltou a relevância do tema. Sem mais delongas, Janaina Santos iniciou a fala destacando a importância que se tem as estruturas que grupos de maracatus, quadrilhas e outros grupos culturais têm nas comunidades que realizam atividades, chegando onde o governo não chega. Pontuou que a cultura não pode ser só um momento um dia de festejo, mas uma política permanente, como a saúde e a educação. Janaina também denunciou que foi realizada a eleição do conselho de política cultural, porém não foi dada posse para os conselheiros eleitos, demonstrando falta de atenção e de diálogo do governo do estado. Ela ainda apresentou um documento confeccionado pelo Dança de Pernambuco com propostas para a cultura de Pernambuco. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, chefe de gabinete da mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. Em seguida, foi franqueada a palavra para quem do público que estivesse presente quisesse fazer o uso da fala. Guilherme Moura cobrou processo de informatização e melhor estrutura nos equipamentos e instituições de cultura do Estado, como também uma maior transparência do governo do estado com os investimentos em cultura, e a necessidade de concurso público para que os servidores sejam de carreira e não de governo. Tainá Brasileiro, do Diretório Acadêmico de Cinema, propôs que a lei Paulo Gustavo tenha uma cota para iniciantes e estudantes, ou a criação de outros editais que se tenham essas cotas, como a facilitação do acesso desse grupo aos recursos. Emerson Coelho, do Boi Maracá, sugeriu a construção de uma escola de arte na região da metropolitana norte, assim como a criação de uma Orquestra Sinfônica Estadual para contemplar os formados em música pelo conservatório pernambucano e UFPE. Hilson Legário, do Coletivo Artístico Ecopedagógico Boi da Mata, propôs a construção de um edital mais acessível, com menos exigência de documentação e facilitado para a periferia ser contemplada, como também que o orçamento programe incentivos em comunidades fora dos ciclos festivos. Mestre Genival Basílio, representando o Boi Mandiqueiro de Paulista, aconselhou uma busca para que o orçamento garanta que os grupos de cultura popular possam receber investimentos fora dos ciclos festivos de maneira permanente. Andreia Guerreira, do Boi Mandiqueiro de Paulista, recomendou a agilização da chegada dos recursos do FUNCULTURA para os fazedores de cultura. Renata Barão, da Organização Maracatu Fonte do Itaíba, reivindicou a diminuição das burocracias dos editais para que realmente seja acessível para todas as pessoas. Giordano Castro, do Grupo de Teatro Magiluth, requereu uma política pública continuada no estado, onde não seja só incentivado os ciclos festivos, e que essa política seja para além de editais, pois editais não são políticas públicas, como também se pensar em uma programação e um espaço em que seja incentivado a política cultural o ano inteiro. Ozeias Borba, do Grupo de Teatro João Teimoso, propôs que se use o Cinema São Luiz como teatro através de um telão retrátil, como também requereu a reestruturação de outros teatros para que se tenha mais pontos de cultura pelo estado. Marlita Ramer, da Organização Cia de Dança Recife, Dança de Pernambuco, sugeriu definir e publicizar o montante do orçamento para cultura e a divisão entre os segmentos, e não utilizar apenas o edital como o último meio de transferência de recursos. Encerrando as intervenções, Mônica Lira, do Grupo Experimental Dança Recife e Dança de Pernambuco, propôs incentivar o mercado de trabalho, principalmente para iniciantes, fazendo investimentos na base. Em seguida, a Deputada Dani Portela informou que já estiveram presentes nas atividades relacionadas ao PPA setecentas e setenta e duas pessoas, sendo realizados seis seminários regionais, e quatro encontros temáticos. A Deputada socializou que, até então, por escrito foram recebidas trezentas e quatro propostas, mais mil e duzentas e cinquenta e quatro propostas feitas de forma online, e todas essas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado e agradeceu a presença de todas as pessoas, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DO SEXTO ENCONTRO TEMÁTICO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARTICIPATIVO (CICLO 2024-2027), COM O TEMA AGROECOLOGIA, PROPOSTO PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHPP) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA, REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2023.

Às 19h30 do dia 12 de setembro de 2023, teve início no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o Sexto Encontro Temático de Agroecologia do Plano Plurianual (PPA) Participativo (ciclo 2024-2027). A Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, Deputada Dani Portela, declarou aberto o Encontro Temático cumprimentando todas as pessoas presentes e convidaram a compor à mesa: Alexandre Ramos representando a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana, Graciete Santos, Representando a Casa da Mulher do Nordeste, Rafael Raoni, representando a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e José Nunes da Silva, Representando a Núcleo de Agroecologia e Campesinato - NAC e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Em seguida, a Deputada Dani Portela franqueou a fala aos integrantes da mesa para que fizessem suas saudações. A deputada registrou a presença às representações da Universidade Federal de Pernambuco, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), COPEA, Auto Sustentável, Instituto Abdalaziz de Moura, Associação Capiwara, Coletivo Chié do Entra, Associação do Sítio Agatha, Vila Santa Luzia, Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, Revolução dos Baldinhos, Casa da Mulher do Nordeste, MLB, Boi Mandiqueiro, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Comissão Pastoral da Terra. Agradeceu ao Espaço Mulher de Passarinho, intérpretes de línguas, garçons, Nilson Ferreira. Orun Tupi, Amecilio, Articulação de Agricultura Urbana e o coletivo fioncizalzar. Agradeceu, ainda, as funcionárias de saúde da Alepe. Em seu discurso, a Deputada Dani Portela afirmou que se sentiu desafiada, após a iniciativa do Presidente Lula, em garantir a escuta e participação da população nas peças orçamentárias do Estado. Destacando que o Plano Plurianual vai dizer quais serão os orçamentos destinados a todas as áreas para nosso Estado, vigente de janeiro de 2024 até dezembro de 2027, norteador a política do primeiro ano do próximo governo. A deputada contou que tem priorizado vários segmentos como mulheres, negros e negras, LGBTQIAP, e que rodou o Estado, do Litoral ao Sertão, fazendo escutas da população de cada região. Dani Portela finalizou explicando a importância da Agroecologia para a justiça social, sustentabilidade e combate às mudanças climáticas, para garantir um Estado que seja economicamente sustentável e igualitário. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela chamou a Sra. Mônica Oliveira, chefe de gabinete da mandata da Deputada e coordenadora das atividades do PPA Participativo da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP). Mônica Oliveira realizou uma apresentação explicativa sobre orçamento público, destacando as peças orçamentárias do governo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela encerrou a sua apresentação explicando que as propostas para o PPA precisam ser de demandas do âmbito estadual, relatando que ao final serão todas sistematizadas em um relatório final, que será entregue ao Governo de Pernambuco. A Deputada Dani Portela agradeceu a Sra. Mônica Oliveira por sua apresentação e em seguida, convidou a Sra. Graciete Santos, representando a Casa da Mulher do Nordeste, a Articulação do Semiárido (ASA), a Articulação Nacional de Agroecologia, que compõem a Marcha das Margaridas e o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Graciete refletiu sobre o ciclo de políticas públicas do governo anterior do Presidente Lula, destacando que em 2011 a marcha das margaridas, movimento de mulheres do campo já trazia a agroecologia como fundamental. E que em 2012, foi criado o plano nacional de agroecologia, com participação do movimento de mulheres garantindo que as chamadas tivessem 50% para mulheres, 30% para assistência técnica e extensão rural de mulheres. Contudo, a partir do golpe de 2016 e o governo do Presidente Bolsonaro houve um desmonte das políticas de agroecologia, programa de sistemas e captação de águas de chuvas, extinção dos espaços de participação social e popular. Como consequência a volta do Brasil ao mapa da fome, com milhões de pessoas com insegurança alimentar e em sua maioria mulheres negras chefiando. Entre as propostas para a agroecologia, Graciete destacou a necessidade de implementação da política de agroecologia, através da criação de um plano para efetivação da política e com a participação popular. A necessidade de criar um Programa Estadual de Alimentação Escolar, a Política Estadual de Assistência Técnica Rural, retomar o Programa de Sementes Crioulas e a política de convivência estadual com o semiárido. A Deputada Dani Portela agradeceu a Graciete pela exposição e abriu inscrições para apresentações orais de propostas para o PPA, pelas pessoas presentes no evento, explicando que as propostas também poderiam ser entregues escritas através do formulário recebido no momento de credenciamento. A primeira inscrita foi a Sra. Natália Mesquita, presidente da Cooperativa de Agricultura Familiar em Contexto Urbano, propôs transformar programas em políticas públicas permanentes, fazer conferência de agroecologia para debater e escutar a população sobre a forma de uso dos recursos que serão investidos. Além de investimento no tratamento dos resíduos sólidos, saneamento básico e no ciclo da água, garantindo a produção de alimentos da agricultura familiar em grande escala. Em seguida, José Nunes, representando a INCUBACOOOP da UFRPE, propôs o reconhecimento da multidimensionalidade da agroecologia; investimento em políticas de processos formativos, apoiando com cursos, oficinas e intercâmbios para o conhecimento circular entre associações, bairros e comunidades; o impulsionamento da produção de alimentos pela agroecologia com acesso a água de qualidade; e criação de políticas de subsídio para a agricultura familiar. Em seguida, Alexandre Ramos, representante da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife, denunciou a situação da política ecológica e agrícola de Pernambuco, que foi descontinuada durante o novo governo do Estado. Ele relatou que o projeto Pernambuco Agroecológico contará com investimento de 62 mil dólares, mas foi construído sem mobilização e discussão social, como também não indica como vai ser operado esse recurso. E propôs o fortalecimento do sistema de participação de garantias, incluindo os agricultores familiares urbanos no Cadastro da Agricultura Familiar e a instituição de programa de transição agroecológica, com assessoria técnica e extensão rural. Na sequência, Germano, representante do Instituto Abdalaziz de Moura, sugeriu incluir na rede de educação estadual a disciplina de agroecologia, permitindo que os alunos compreendam a transversalidade desse saber. Jean Miranda, militante da União da juventude comunista, destacou a importância da agricultura familiar como fonte da alimentação das pessoas e pediu que seja dada atenção a diminuição do uso de agrotóxicos e pulverizadores, diante dos malefícios para saúde e vida das pessoas. Em seguida, Mestre Genival propôs que a discussão sobre a participação popular chegue até as comunidades, para que as pessoas se apropriem e se aproximem da temática. Ele destacou a necessidade da agroecologia em espaço urbano ser subsidiada, garantindo a manutenção das famílias produtoras. Além da destinação de investimentos em políticas de cultura, esporte e lazer para as mulheres e famílias envolvidas na agroecologia familiar. Flávia, do Fórum de

Mulheres de Pernambuco, destacou a insegurança alimentar vivenciada em todo Estado, mas principalmente na região metropolitana, sugerindo a implementação de centros de abastecimento popular de alimentos, com produção desses grupos de agricultura familiar dos territórios e garantindo às pessoas acesso à alimentação de qualidade. Além disso, propôs o fomento de arte, cultura e comunicação, para dar visibilidade à agroecologia, acessando e conectando os quilombos, movimentos de retomada e comunidades. Marleide, agricultora urbana, destacou a necessidade de investimento em assessoria técnicas e extensão rural para os quintais urbanos e propôs a criação de renda básica para famílias produtoras, como meio de garantir a continuidade do trabalho da agricultura familiar. Finalizando as intervenções, Honório suplicou que seja garantido que a polícia não derrube e destrua as plantações de alimentos nos espaços de assentamento, enfatizando que esses alimentos poderiam ser destinados para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Após a apresentação das propostas pelas pessoas inscritas, a Deputada Dani Portela agradeceu a Mônica Oliveira e a toda equipe da CCDHPP, do seu gabinete e a todos os servidores da ALEPE, envolvidos na realização dos seminários do PPA Participativo e Popular. Dani Portela informou que todas as propostas serão sistematizadas para a elaboração do documento final que seguirá ao Governo do Estado e agradeceu a presença de todas as pessoas, dando por encerrado o seminário. Assim, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Discurso

DISCURSO DO DEPUTADO JOÃO PAULO NA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Neste momento de reflexão e balanço, permitam-me iniciar este pronunciamento trazendo à luz uma frase imortalizada por Simone de Beauvoir, uma pensadora cujas palavras ressoam até os dias de hoje: "Ao meu passado devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço meu passado deixa para minha liberdade hoje? Não sou escrava dele".

Assim como Beauvoir fez sobre sua própria vida, faço hoje aqui, nesta casa, um breve balanço do nosso mandato. Anualmente, trago esta prestação de contas, como um ato de responsabilidade e compromisso com todos aqueles que confiaram em nossas propostas e nos conferiram a permissão de representá-los, pois acredito que não existe liberdade sem responsabilidade.

Hoje, como parlamentar experiente, posso lembrar de minha primeira legislatura como vereador do Recife e perceber o quanto o sentimento inicial – de amor e cuidado com as pessoas – está ainda mais latente. Ao realizar esta prestação de contas anual, percebo também, a coerência entre a prática daquela primeira experiência com a que desempenho hoje, com mais maturidade e experiência: se hoje posso destacar, acima de tudo, nosso diálogo com os diversos setores da sociedade, é porque continuei acreditando que esse é o procedimento essencial para uma política mais plena e genuína.

Fico feliz em perceber que, mesmo após muitos anos na vida pública, nossas propostas e ideias continuam concretizando aquela viva e bela intenção inicial, que me motivou a ingressar na vida pública: o compromisso com a vida digna de todos os seres, e as palavras e ideias que defendo aqui são construídas pelo trabalho essencial de ouvir a população e os setores que represento. Esse trabalho é concretizado a partir de uma conduta que norteia o nosso mandato: escutar as pessoas. Esse posicionamento, compartilhado por muitos nesta Assembleia Legislativa, confere um significado genuíno ao que chamamos de democracia representativa.

Também destaco meu orgulho de trabalhar com uma equipe que tem amor ao povo no DNA e, assim como eu, trabalha incansavelmente para melhorar a vida do povo e garantir a sustentabilidade de toda a vida. Nosso aprendizado contínuo, proveniente das pessoas que encontramos, das lutas e comunidades que representamos, nos coloca em uma condição ainda melhor para trabalhar pela melhoria da vida das pessoas, em 2024. Durante o período legislativo de 2023, apresentamos um total de 14 Projetos de Lei Ordinária, abordando temáticas variadas que refletem o nosso compromisso com as demandas da sociedade. Dentre esses projetos, destaco a aprovação do projeto que altera a Lei nº 16.241, instituindo o Dia Estadual da Umbanda, e a concessão do passe livre para portadores do vírus HIV no transporte coletivo, medidas que fortalecem a inclusão e o respeito aos direitos humanos. Além disso, propusemos a implantação de um sistema de alerta preventivo em áreas de risco geológico, a obrigatoriedade da presença de intérpretes de libras em propagandas e programas institucionais, bem como a inclusão de fisioterapeutas nas Unidades de Terapia Intensiva do estado, reforçando nosso compromisso com a segurança e bem-estar da população. No âmbito das Frentes Parlamentares, criamos e instalamos a Frente em Defesa da Ferrovia Transnordestina, evidenciando nosso comprometimento com o desenvolvimento econômico e a infraestrutura regional. As atividades dessa frente contaram com a participação ativa de parlamentares, autoridades e representantes da população, reforçando a importância desse projeto para o futuro de Pernambuco.

Realizamos, ao todo, nove audiências públicas, algumas em conjunto com colegas desta Casa, abordando temas cruciais para o nosso estado.

Dentre elas, destaco a discussão sobre o Piso Salarial do Magistério, o Desmonte do Sassepe, o Sistema Metropolitano de Transporte Público e a Privatização da Compesa. Tais eventos proporcionaram um espaço democrático para ouvir a sociedade, fortalecendo o diálogo entre os representantes e representados. Por meio de Projetos de Resolução, concedemos títulos honoríficos e reconhecimento a personalidades e instituições que contribuem para o desenvolvimento cultural, social e ambiental do nosso estado, ressaltando a importância de seu trabalho na construção de um Pernambuco mais justo e igualitário. Além disso, fizemos 15 indicações que abrangem diversas áreas, desde a saúde até a infraestrutura, reforçando nossa atuação em defesa dos interesses e necessidades da população pernambucana. Em parceria com organizações da sociedade civil, realizamos a exposição "FACES DO HIV", em conjunto com a Gestos e a Assembleia Legislativa. Essa iniciativa visa conscientizar a população sobre a importância da prevenção e combate ao HIV, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada e solidária.

Neste ano, aprofundamos o nosso olhar nas questões ambientais e elegemos a sustentabilidade como eixo estratégico do mandato, sem perder de vista as outras lutas, como a defesa da classe trabalhadora, os direitos humanos e a saúde.

Trabalhamos com afinco para tornar realidade a lei de cultivo e processamento da Cannabis em Pernambuco, oriundo de nosso projeto de Lei. Nesse sentido, ampliamos os contatos com associações de pacientes, OAB, profissionais da saúde, estudiosos, e órgãos do governo, como o Lafepe. Também ampliamos nossos contatos com povos indígenas, religiões de matriz africana, trabalhadores de aplicativos, sindicatos, associações de moradores, a comunidade científica, entre outros setores e organizações sociais. Usei diariamente a tribuna desta casa para trazer os mais variados temas e pronunciamentos com reflexões, posicionamentos e debates que esta casa precisa fazer. Também destacamos as ações do governo do presidente Lula e o enorme trabalho que está sendo feito para a reconstrução do Brasil. E sobre Pernambuco e o governo Raquel, considero que eu e nossa bancada do PT, mantivemos os compromissos com o povo, estabelecendo o diálogo com o governo; e fizemos a oposição responsável, nos posicionando sempre em favor do povo. Finalizo voltando à reflexão de Simone de Beauvoir: sim, os feitos e realizações desta sessão legislativa são parte de um aprendizado contínuo que trago de minha experiência de vida na política. Cada projeto aprovado, cada interação com a sociedade, cada ação realizada foram degraus rumo a um futuro mais inclusivo, justo e igualitário para todos os pernambucanos.

Penso ser importante reconhecermos nossas origens, aprendizados e trajetórias, sem, contudo, permitir que esses elementos limitem nossa capacidade de transformação e de construção do presente comprometido com um futuro melhor. O passado nos oferece aprendizados valiosos, mas não pode ser um grilhão que impeça a nossa liberdade de agir, de mudar e de evoluir. É com essa convicção que termino 2023. Vou trabalhar incansavelmente para que 2024 seja um ano de avanços significativos para a melhoria da vida do povo de Pernambuco. Vamos seguir com ainda mais entusiasmo, alegria e esperança. Em defesa do povo. Sempre!

Portarias

PORTARIA Nº 332/23

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 016058/2023 do Deputado Gilmar Júnior,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 85,22% (oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento) para 54% (cinquenta e quatro por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, da servidora **GILVANETE MARIA DA SILVA**, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 21 de dezembro de 2023.

DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 243/2023

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 016004/2023,

RESOLVE: designar a servidora **WANDERLICE MARIA PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 645, Gerente de Apoio Técnico Legislativo, para responder cumulativamente pela Função Gratificada de Gerente de Estatística, durante o gozo das férias do titular, **MARCELO ALBUQUERQUE DA SILVA**, matrícula nº 530, no período de 02 a 31 de janeiro de 2024, referente ao exercício 2024.

Sala Austro Costa, 21 de dezembro de 2023.

ISALTINO NASCIMENTO
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 244/2023

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 015973/2023, e no Ofício nº 431/2023, da Superintendência de Comunicação Social,

RESOLVE: designar o servidor **LUIZ FELLIPE MARQUES DOS SANTOS JUNIOR**, matrícula nº 562, Chefe de Expediente, da Estrutura da Superintendência de Comunicação Social, para responder cumulativamente pelo Cargo em Comissão de Superintendente de Comunicação Social, durante o gozo das férias da titular, **HELENA CASTRO ALENCAR**, matrícula nº 644, no período de 02 a 11 de janeiro de 2024, referente ao exercício 2022.

Sala Austro Costa, 21 de dezembro de 2023.

ISALTINO NASCIMENTO
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 245/2023

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 016034/2023, do Deputado Eriberto Filho,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, a servidora **MARIA LINALDA SIMPLICIO DA SILVA**, matrícula nº 63705, ora a disposição deste Poder, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de dezembro de 2023.

Sala Austro Costa,21 de dezembro de 2023.

ISALTINO NASCIMENTO
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 246/2023

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 013919/2023, Parecer da Procuradoria Geral nº 1798/2023 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE,

RESOLVE: conceder ao servidor **ALEXANDRE RICARDO CAVALCANTI FERREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 438, Policial Legislativo, NIII10, prorrogação da licença para tratamento de saúde, por mais 30 (trinta) dias, com efeitos retroativos ao dia 12 de novembro de 2023, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 21 de dezembro de 2023.

ISALTINO NASCIMENTO
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 247/2023

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido nos Alepe Trâmite nº 016028/2023 e Ofício nº 171/2023, da Escola do Legislativo,

RESOLVE: lotar na Escola do Legislativo, o servidor **ANTONIO EUCLIDES BARBOSA JUNIOR**, matrícula nº 63707, ora à disposição deste Poder Legislativo, a partir do dia 21 de dezembro de 2023.

Sala Austro Costa,21 de dezembro de 2023.

ISALTINO NASCIMENTO
Superintendente Geral

Licitações e Contratos

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11440/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR NOTEBOOK 2 EM 1, COM GARANTIA DO TIPO ON-SITE PELO PERÍODO MÍNIMO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ALEPE. Nos termos do Parecer nº 1789/2023 da Procuradoria Geral, ratificamos a decisão que opinou pela improcedência do recurso interposto pela licitante **PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, mantendo a decisão que declarou vencedora da licitação a empresa **GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA, CNPJ Nº 89.237.911/0289-09**. Recife – PE, 21 de dezembro de 2023. Deputado Álvaro Porto de Barros – Presidente da ALEPE. Deputado Gustavo Fuchs Campos Gouveia - Primeiro Secretário.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE ENTULHOS DA ANTIGA ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SITUADA NA RUA DA UNIÃO, 583, NO BAIRRO DE SANTO AMARO EM - RECIFE/PE. Nos termos do Parecer nº 1792/2023 da Procuradoria Geral, ratificamos a decisão que opinou pela improcedência do recurso interposto pela licitante **MJM ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA**, mantendo a decisão que declarou vencedora da licitação a empresa **MAGALHÃES DEMOLIÇÃO LTDA, CNPJ Nº 12.310.280/0001-13**. Recife – PE, 21 de dezembro de 2023. Deputado Álvaro Porto, de Barros – Presidente da ALEPE. Deputado Gustavo Fuchs Campos Gouveia - Primeiro Secretário.

EDITAL RETIFICADO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12231/2023.CPL-ALEPE – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA COMPOSTA DE SISTEMA DE VIDEO WALL EM LED, COMPUTADORES PARA OPERAÇÃO E CONTROLE DA SOLUÇÃO E DEMAIS ITENS E SERVIÇOS ACESSÓRIOS, COM SUPORTE E GARANTIA POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, PARA A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO E DO AUDITÓRIO SÉRGIO GUERRA DA ALEPE. Valor Máximo Global Estimado: R\$ 2.250.200,16. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 08/01/2024 às 10h00min. O Edital na íntegra pode ser consultado no site www.gov.br/compras e site/portal da ALEPE: www.alepe.pe.gov.br. Maiores informações através dos telefones: (81) 3183-2447/2106/2363/2501. Suzana Aguiar – Pregoeira. Recife, 21 de dezembro de 2023.

Contrato nº 051/2023. Processo Administrativo nº 045/2023. Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos dos grupos A, B e E, provenientes da assistência de saúde da ALEPE. **Contratada:** BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA. **CNPJ:** 11.863.530/0001-80 **Valor:** R\$ 9.180,00 **Vigência:** 16/10/2023 a 15/10/2024.

Relatórios

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Antonio Moraes

MEMBROS TITULARES:
Deputado Romero Albuquerque - Vice-Presidente
Deputada Débora Almeida
Deputado João Paulo

Deputado Luciano Duque
Deputado Renato Antunes
Deputado Sileno Guedes
Deputado Waldemar Borges
Deputado William Brígido

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputado Diogo Moraes
Deputado Eriberto Filho
Deputado Fabrizio Ferraz
Deputado Joaquim Lira
Deputado Joãozinho Tenório
Deputado Kaio Maniçoba
Deputado Mário Ricardo
Deputado Romero Sales Filho

1. QUANTITATIVO NO ANO DE 2023

ANO	PROJETOS DISTRIBUÍDOS	PROJETOS VOTADOS	PROJETOS APROVADOS	PROJETOS REJEITADOS	REUNIÕES REALIZADAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
2023	1515	572	559	13	45	03

2. PROJETOS POR AUTOR NO ANO DE 2023

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS DISTRIBUÍDOS POR AUTOR (DURANTE O ANO DE 2023)	
DEPUTADOS	1450
EXECUTIVOS	50
TJ	10
TCE	1
PGJ	1
DEFENSORIA PÚBLICA	3
Total	1515

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO 1º SEMESTRE DE 2023**1. AUDIÊNCIA PÚBLICA****01) Assunto: Discutir o Projeto de Lei Ordinária nº 556/2023, de autoria da Governadora do Estado**

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, com a garantia da União.

Audiência Pública Conjunta da CCLJ - CFOT - CAP

Realizada em 25.04.2023

02) Assunto: Discutir o Projeto de Lei Complementar nº 712/2023, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco.

Fixa os novos valores nominais de vencimento base para os cargos públicos que indica.

Audiência Pública Conjunta da CCLJ - CFOT - CAP

Realizada em 22.05.2023

03) Assunto: Discutir o PLC 923/2023, de autoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Atualiza a organização do serviço extrajudicial do Estado de Pernambuco.

Audiência Pública Conjunta da CCLJ - CFOT - CAP - CAM

Realizada em 19.09.2023

PROJETOS RELEVANTES NO 1º SEMESTRE DE 2023**1. PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO****1. PLO 703/2023 - Governadora do Estado**

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a transferir, para a União, o domínio do fragmento de sua malha rodoviária correspondente ao trecho da BR-235 em Pernambuco (redenominado de PE-647) compreendido entre o entroncamento com a BR-407, no Município de Petrolina, e a divisa com o Estado da Bahia, com seus acessórios e benfeitorias.

2. PLO 740/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Cria o Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiênicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, nas situações que indica.

3. PLO 755/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, a fim de modificar as taxas relativas à criação amadora de passeriformes silvestres nativos.

4. PLO 945/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 18.151, de 4 de maio de 2023, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, com a garantia da União.

5. PLO 1075/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Modifica a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, relativamente à não incidência, às alíquotas, à tributação monofásica, ao ressarcimento, ao parcelamento e ao Programa de Autorregulização e Conformidade Tributária; a Lei nº 12.523, de 30 de dezembro de 2003, relativamente à não exigência de recolhimento do adicional de alíquota; a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, relativamente ao ICMS declarado pelo sujeito passivo, à ação de monitoramento realizada pela Secretaria da Fazenda, à lavratura automática de medidas fiscais, à atualização monetária e aos juros; a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, relativamente a multas aplicadas em razão do descumprimento de obrigação tributária principal e à redução do valor da multa pelo descumprimento de obrigação acessória; a Lei nº 13.178, de 29 de dezembro de 2006, relativamente à atualização monetária e aos juros; a Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009, relativamente ao parcelamento de crédito tributário do ICD; a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, relativamente a novo disciplinamento do IPVA e à concessão de benefícios fiscais; e as Leis nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, nº 12.234, de 26 de junho de 2002, nº 12.240, de 28 de junho de 2002, nº 12.430, de 29 de setembro de 2003, nº 12.523, de 30 de dezembro de 2003, nº 12.723, de 9 de dezembro de 2004, nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, nº 14.277, de 25 de março de 2011, e nº 14.721, de 4 de julho de 2012, relativamente ao ajuste de benefícios fiscais concedidos em função da alíquota interna.

6. PLO 1105/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui o Programa Estadual de Incentivo a Novas Turmas de Educação Infantil.

7. PLO 1106/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 13.463, de 9 de junho de 2008, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, a fim de reajustar os respectivos repasses financeiros de recursos aos Municípios parceiros.

8. PLO 1107/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 13.244, de 11 de junho de 2007, que institui o Programa Chapéu de Palha; a Lei nº 13.766, de 7 de maio de 2009, que institui o Programa Chapéu de Palha - Fruticultura Irrigada; e a Lei nº 14.492, de 29 de novembro de 2011, que institui o Chapéu de Palha - Pesca Artesanal.

9. PLO 1240/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 12.504, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

10. PLO 1338/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativamente à alíquota de motocicleta, ciclomotor, triciclo, quadriciclo, motoneta e similares.

11. PLO 1339/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui as gratificações dos agentes públicos que desempenham funções nos procedimentos de contratação pública regidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração direta, dos fundos, das fundações e das autarquias.

12. PLO 1481/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 30, de 2 de janeiro de 2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE e a Lei nº 11.925, de 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as atribuições e a estrutura do Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH-PE.

13. PLC 1482/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera o Anexo Único da Lei nº 13.232, de 23 de maio de 2007, que redefine o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

14. PLC 1484/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 520, de 30 de setembro de 2023, que institui o Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários relativos ao ICMS, ao IPVA e ao ICD, que concede redução de crédito tributário relativo aos mencionados impostos e da alíquota do ICD, e dispõe sobre a concessão de remissão e anistia de crédito tributário relativo ao IPVA e a Taxas de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos.

15. PLC 1485/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 340, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados que indica para realização de tarefas por prazo certo.

16. PLO 1486/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Fixa novos valores nominais das Bolsas-Auxílio de Formação Profissional constantes do Anexo Único da Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, e do Anexo Único da Lei nº 13.354, de 13 de dezembro de 2007.

17. PLO 1487/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui o "Bônus Livro" para os servidores efetivos e contratados por tempo determinado da Secretaria de Educação e Esportes.

18. PLC 1490/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera o art. 23 da Lei Complementar nº 119, de 26 de junho de 2008 que dispõe sobre a criação da Carreira de Controle Interno e seus cargos, fixa sua remuneração.

19. PLO 1491/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Dispõe sobre a criação das gratificações de representação exclusivas de direção, superintendência, gerência, coordenação e chefia dos Hospitais Regionais, de Grande Porte e Hospital do Servidor do Estado de Pernambuco.

20. PLO 1492/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Cria e extingue as gratificações que indica.

21. PLO 1493/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 17.976, de 12 de dezembro de 2022, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Pública Estadual do Hidrogênio Verde.

22. PLO 1494/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 13.244, de 11 de junho de 2007, que institui o Programa Chapéu de Palha, e a Lei nº 13.766, de 7 de maio de 2009, que institui o Chapéu de Palha - Fruticultura Irrigada.

23. PLO 1495/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual - SISCOR.

24. PLO 1496/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 13.235, de 24 de maio de 2007, que ratifica o Protocolo de Intenções celebrado entre o Estado de Pernambuco e os Municípios do Recife e de Olinda, visando à criação do consórcio público denominado Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM, para excepcionalmente prorrogar o mandato dos atuais membros do CSTM.

25. PLO 1497/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui o Programa de Cuidados em Família Extensa, destinado a crianças e adolescentes que estejam em situação de violação de direitos ou de risco social e pessoal, para a colocação em família extensa ou ampliada.

26. PLO 1498/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o uso do imóvel rural à Associação dos Moradores e Agropecuaristas do Distrito de Poção de Afrânio.

27. PLO 1509/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

28. PLO 1510/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Dispõe sobre a readequação dos termos finais de fruição de benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos prazos-limites de fruição previstos na Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e no Convênio ICMS 190/2017.

29. PLO 1511/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui, no Estado de Pernambuco, o Programa Família Acolhedora Pernambucana.

30. PLO 1512/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera o Anexo V da Lei nº 18.142, de 24 de abril de 2023, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual para o presente exercício e o Plano Plurianual 2020/2023 às modificações introduzidas pela Lei nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.

31. PLO 1513/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Institui o Programa Pernambuco Sem Fome.

32. PLC 1514/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre as áreas de atuação, a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo

2. PROJETOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**1) PLO 293/2023 - Tribunal de Justiça**

Ementa: Dispõe sobre o quadro de juizes leigos e juizas leigas, para atuação no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

2. PLO 22/2023 - Tribunal de Justiça

Ementa: Reajusta os subsídios da Magistratura Estadual.

3. PLC 923/2023 - Tribunal de Justiça

Ementa: Atualiza a organização do serviço extrajudicial do Estado de Pernambuco.

4. PLO 924/2023 - Tribunal de Justiça

Ementa: Dispõe sobre a criação e o tratamento tributário relativo à Taxa de Utilização dos Depósitos Públicos, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, e altera a Lei nº 14.989, de 29 de maio de 2013, que cria o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco - FERM-PJPE, e a Lei nº 17.116, de 4 de dezembro de 2020, que consolida o regime jurídico da taxa judiciária e das custas processuais devidas ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

5. PLO 952/2023 - Tribunal de Justiça

Ementa: Altera a Lei nº 13.332, de 7 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, define a nova Política de Valorização Funcional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, com o intuito de fixar a autorização de compensação de plantão ou sua indenização em pecúnia.

6. PLC 1394/2023 - Tribunal de Justiça

Ementa: Atualiza a Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007, a fim de modificar a denominação do cargo de Juiz de Direito Substituto de 2ª e 3ª entrâncias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

3. PROJETOS DA DEFENSORIA PÚBLICA**1. PLC 1476/2023 - Defensoria Pública**

Ementa: Modifica a Lei Complementar nº 20, de 9 de junho de 1998, que institui e organiza a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências, sem aumento de despesa.

2. PLC 1477/2023 - Defensoria Pública

Ementa: Cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.

3. PLC 1478/2023 - Defensoria Pública

Ementa: Dispõe sobre a criação e estrutura dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

3. PROJETOS DOS DEPUTADOS**1) PEC 01/2023 - Dep. Socorro Pimentel**

Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de acrescentar objetivos de assistência e amparo à mulher vítima de violência.

2) PEC 02/2023 - Dep. Simone Santana

Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre o direito a licença por motivo de maternidade ou paternidade dos ocupantes de cargos eletivos, no âmbito do Estado de Pernambuco

3) PEC 03/2023 - Dep. Simone Santana

Ementa: Acresce o art. 137-A à Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Criança.

4) PLO 01/2023 - Dep. Simone Santana

Ementa: Altera a Lei nº 16.471, de 27 de novembro de 2018, que confere prioridade de matrícula, na mesma unidade escolar da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, a irmãos de estudantes já matriculados, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de ampliar a previsão de prioridade para escolas próximas à residência dos estudantes.

Em conjunto com o

4.1) PLO 149/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Altera a Lei nº 16.471, de 27 de novembro de 2018, que confere prioridade de matrícula, na mesma unidade escolar da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, a irmãos de estudantes já matriculados, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de ampliar a previsão de prioridade para escolas próximas à residência dos estudantes.

5) PLO 16/2023 - Dep. João Paulo Costa

Ementa: Cria o programa estadual para o incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndrome e/ou transtorno do espectro autista (TEA).

6) PLO 48/2023 - Dep. João Paulo Costa

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência acerca da quantidade de Nitrato presente na água potável ofertada no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

7) PLO 51/2023 - Dep. João Paulo Costa

Ementa: Estabelece a doação de celulares, tablets e notebooks apreendidos pelas polícias civil e militar do Estado a alunos da rede pública de ensino e dá outras providências.

Em conjunto com o

7.1) PLO 206/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Institui o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco.

8) PLO 65/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Assegura o sigilo dos dados, que constam nos cadastros dos órgãos e secretarias do Estado de Pernambuco, das mulheres em situação de risco decorrentes de violência doméstica e familiar, bem como dos seus filhos e familiares.

9) PLO 85/2023 - João Paulo Costa

Ementa: Institui o Programa de Apoio às Vítimas de Abuso Sexual ou de Discriminação no Esporte no âmbito Estado de Pernambuco.

10) PLO 106/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Altera a Lei nº 12.045, de 17 de julho de 2001, que concede gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial e mental e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de iniciativa do Deputado João Paulo, a fim de vedar a exigência de novos atestados médicos como condição para a renovação do benefício às pessoas com deficiência irreversível.

Em conjunto com o

10.1) PLO 107/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Altera a Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013, que concede às pessoas com deficiência gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, e dá outras providências, a fim de vedar a exigência de novos laudos como condição para a renovação do benefício às pessoas com deficiência irreversível.

11) PLO 116/2023 - Dep. Romero Sales Filho

Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar a reserva de assentos próximos para crianças e seus responsáveis nos transportes públicos intermunicipais, no Estado de Pernambuco.

Em conjunto com o:

11.1) PLO 125/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar ao acompanhante da pessoa com autismo, o direito à gratuidade no transporte público metropolitano e intermunicipal, bem como determinar a inserção do símbolo da “fita quebra-cabeça”, nas placas de reservas de assentos gratuitos dos veículos de transporte de passageiros.

12) PLO 165/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Institui a Política de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 do Estado de Pernambuco.

13) PLO 194/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Assegura às mulheres vítimas de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares, o direito ao atendimento prioritário para emissão de novos documentos pessoais.

14) PLO 237/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Assegura inclusão de absorvente higiênico feminino em cestas básicas e kits de higiene pessoal doados pelo Poder Público às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômicas.

Em conjunto com o:

14.1) PLO 740/2023 - Governadora do Estado

Ementa: Cria o Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiênicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, nas situações que indica.

15) PLO 271/2023 - Dep. Romero Sales Filho

Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar, e dá outras providências.

16) PLO 273/2023 - Dep. Romero Sales Filho

Ementa: Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em banheiros infantis, no âmbito do Estado de Pernambuco, com informações sobre abuso sexual, na forma que indica.

17) PLO 319/2023 - Dep. William Brígido

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física em contratos de operação de crédito contratados por meio eletrônico ou telefônico, firmado por pessoas idosas.

18) PLO 366/2023 - Dep. Antônio Moraes

Ementa: Disciplina a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadoristas e criadores comerciais, e dá outras providências.

19) PLO 422/2023 - Dep. William Brígido

Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a cobrança de valor adicional pelo uso de equipamentos suplementares em leitos de hospitais, clínicas, maternidades e demais unidades congêneres.

20) PLO 456/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Institui o Programa de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres em Cárcere no Estado de Pernambuco.

21) PLO 567/2023 - Dep. Débora Almeida

Ementa: Altera a Lei nº 16.810, de 7 de janeiro de 2020, que veda o ingresso, circulação e permanência de veículos a combustão, no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, a fim de adequar o prazo para entrada de veículos a combustão no referido Distrito Estadual.

22) PLO 659/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso de Biomassa para a Geração de Energia no Estado de Pernambuco.

23) PLO 663/2023 - Dep. Antônio Moraes

Ementa: Altera a Lei nº 15.316, de 13 de junho de 2014, que dispõe sobre a presença de nutricionistas nas escolas particulares no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Betinho Gomes, a fim de instituir penalidades em caso de descumprimento.

24) PLO 934/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Dispõe sobre a Campanha Estadual de Vacinação em Escolas Públicas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

25) PLO 937/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Altera a Lei nº 18.107, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Criança e o Adolescente no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de ampliar a abrangência da política e de estabelecer o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes com pais ou responsáveis legais presos em regime fechado.

26) PLO 952/2023 - Dep. William Brígido

Ementa: Altera Lei nº 15.736, de 21 de março de 2016, que regulamenta a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e assemelhados, e de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso com estampidos, assim como a queima e soltura nos eventos e ambientes que especifica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de proibir a comercialização de fogos com classificação C e D.

27) PLO 973/2023 - Dep. João Paulo Costa

Ementa: Obriga os estabelecimentos que possuem banheiros família a inserir nas placas indicativas o Símbolo Mundial de Conscientização do Transtorno do Espectro Autista.

28) PLO 983/2023 - Dep. João Paulo Costa

Ementa: Dispõe sobre a prevenção, detecção e encaminhamento para tratamento da escoliose em crianças e adolescentes, no âmbito escolar no Estado do Pernambuco.

29) PLO 993/2023 - Dep. Doriel Barros

Ementa: Altera a Lei nº 18.085, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de incluir o fortalecimento da promoção da Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais no rol de objetivos dessa Política.

30) PLO 1002/2023 - Dep. Antônio Moraes

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de uma Interface de Programação de Aplicações (API) pelo Instituto Tavares Buriil, bem como altera a Lei nº 7.550 de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização de Utilização de Serviços Públicos - TFUSP, para prever a isenção da taxa no caso que especifica.

31) PLO 1015/2023 - Dep. Antônio Coelho

Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência.

32) PLO 1017/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção à Violência contra os Educadores do Magistério Público do Estado de Pernambuco.

33) PLO 1028/2023 - Dep. Simone Santana

Ementa: Institui o Programa Rota Escolar Amigável no Estado de Pernambuco, visando a segurança e o bem-estar das crianças nos trajetos diários realizados de casa para a escola e vice-versa, e dá outras providências.

34) PLO 1029/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Combate à Pedofilia no Estado de Pernambuco, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e dá outras providências.

35) PLO 1035/2023 - Dep. João Paulo da Costa

Ementa: Cria o Programa Amamentação Sem Dor no Estado do Pernambuco.

36) PLO 1048/2023 - Dep. Jeferson Timóteo

Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de aplicar penalidades aos agentes públicos em razão de atos praticados no exercício de suas atribuições pelo descumprimento ao disposto no art. 8º.

37) PLO 1059/2023 - Dep. Gilmar Júnior

Ementa: Obriga a divulgação nas escolas públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco, da cartilha institucional, “Consciência Negra - Racismo nas Palavras”, produzida pela Associação de Magistrados de Pernambuco - AMEPE.

38) PLO 1065/2023 - Dep. Pastor Cleiton Collins

Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Prática Esportiva para Prevenção e Tratamento de Dependência Química.

39) PLO 1085/2023 - Dep. Joãozinho Tenório

Ementa: Obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Secretaria de Saúde de Pernambuco, de Guia Intersetorial com material informativo e/ou educativo, com orientações para a Prevenção de doenças causadas pelo uso dos Cigarros Eletrônicos e dá outras providências.

40) PLO 1110/2023 - Dep. William Brígido

Ementa: Obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Secretaria de Saúde de Pernambuco, de Guia Intersetorial com material informativo e/ou educativo, com orientações para a Prevenção de doenças causadas pelo uso dos Cigarros Eletrônicos e dá outras providências.

41) PLO 1121/2023 - Dep. Gilmar Júnior

Ementa: Obriga a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco a disponibilizar no seu sítio eletrônico, conteúdo ou plataforma que indica quais alimentos tem potencial de desenvolvimento de cânceres, em conformidade com o rol de alimentos divulgados como prejudiciais pela Organização Mundial de Saúde - OMS, e dá outras providências.

42) PLO 1129/2023 - Dep. Romero Albuquerque

Ementa: Institui a Campanha Estadual de Combate ao Assédio e à Violência Sexual praticados contra crianças e adolescentes nos locais de prática desportiva e dá outras providências.

43) PLO 1141/2023 - Dep. Rosa Amorim

Ementa: Institui a Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino no âmbito do Estado de Pernambuco.

44) PLO 1142/2023 - Dep. Eriberto Filho

Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar prioridade de matrícula nos estabelecimentos de ensino de tempo integral ou de referência da rede pública do Estado de Pernambuco.

45) PLO 1147/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte no Estado de Pernambuco e dá outras Providências.

46) PLO 1148/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de Pernambuco.

47) PLO 1150/2023 - Dep. Henrique Queiroz Filho

Ementa: Altera a Lei nº 17.134, de 18 de dezembro de 2020, que disciplina o Fundo Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco - FEMAPE, a fim de incluir o fomento ao ecoturismo e turismo rural.

48) PLO 1153/2023 - Dep. Gilmar Junior

Ementa: Altera a Lei nº 11.253, de 20 de setembro de 1995, que dispõe sobre a Política de aleitamento materno para o Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Humberto Costa, a fim de ampliar a rede de banco de leite humano

49) PLO 1165/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Institui a Política de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão no âmbito do Estado de Pernambuco.

50) PLO 1172/2023 - Dep. Jeferson Timóteo

Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de coibir práticas e condutas abusivas em temporadas de compras no estilo Black Friday, nos estabelecimentos comerciais do estado de Pernambuco.

51) PLO 1183/2023 - Dep. Gilmar Junior

Ementa: Cria o Programa Exames da Boa Idade para Pessoa Idosa em Pernambuco e dá outras providências.

52) PLO 1196/2023 - Dep. Antonio Moraes

Ementa: Dispõe sobre exigências para a utilização de adubo orgânico no Estado de Pernambuco, disciplina a comercialização e o seu transporte

53) PLO 1198/2023 - Dep. Gilmar Junior

Ementa: Altera a Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002, que institui a meia-entrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer, entretenimento e esportivos, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gilvan Costa, a fim de acrescentar o mesmo benefício para os profissionais de enfermagem em Pernambuco.

54) PLO 1202/2023 - Dep. Socorro Pimentel

Ementa: Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de inserir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação continuada dos profissionais da educação.

55) PLO 1239/2023 - Dep. Simone Santana

Ementa: Altera a Lei nº 17.528, de 9 de dezembro de 2021, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Qualidade de Vida da Mulher em Climatério, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, a fim de estabelecer novas diretrizes.

56) PLO 1275/2023 - Dep. Henrique Queiroz Filho

Ementa: Cria o Programa de Incentivo ao Letramento Digital nas redes de ensino pública e particular no Estado de Pernambuco.

57) PLO 1301/2023 - Dep. Henrique Queiroz Filho

Ementa: Institui o Plano de Convivência Ética e Democrática nas Escolas Estaduais do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

58) PLO 1315/2023 - Dep. William Brígido

Ementa: Ficam aos postos revendedores, responsáveis por expor a informação de quais os combustíveis automotivos são menos poluentes do que a gasolina.

59) PLO 1320/2023 - Dep. Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Protagonismo das Mulheres na Ciência, no âmbito do Estado de Pernambuco.

60) PLO 1347/2023 - Dep. Gilmar Júnior

Ementa: Cria o Programa Gravidez Segura e Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), e dá outras providências.

61) PLO 1348/2023 - Dep. Eriberto Filho

Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a

selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de dispor sobre critério de desempate nos concursos públicos.

62) PLO 1350/2023 - Dep. Eriberto Filho

Ementa: Dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos administrativos que visem à investigação e apuração de crimes com resultado morte praticados contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco.

63) PR 1388/2023 - Dep. Mesa Diretora

Ementa: Altera a Resolução nº 1.892, de 18 de janeiro de 2023, que disciplina os prêmios, medalhas, títulos honoríficos e demais honorarias concedidas pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de criar Medalha Antirracista Marta Almeida.

64) PLO 1401/2023 - Dep. Waldemar Borges

Ementa: Altera a Lei nº 17.129, de 18 de dezembro de 2020, que institui o Marco Regulatório da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Educação, para ampliar o prazo do ato administrativo de credenciamento ou de credenciamento das instituições de ensino de educação básica.

Em, 20 de dezembro de 2023.

Antônio Moraes
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE - Deputada Débora Almeida

MEMBROS TITULARES:

Deputado Lula Cabral - Vice-Presidente
Deputado Claudiano Martins Filho
Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputado Diogo Moraes
Deputado Henrique Queiroz Filho
Deputado João de Nadege
Deputado Rodrigo Farias
Deputada Socorro Pimentel

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Aglailson Victor
Deputado Cléber Chaparral
Deputado Izaias Régis
Deputado João Paulo Costa
Deputado Kaio Maniçoba
Deputado Luciano Duque
Deputado Pastor Júnior Tércio
Deputado Renato Antunes
Deputado Sileno Guedes

1. Proposições Legislativas

Durante o ano de 2023, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação recebeu 492 proposições legislativas, das quais todas as 492 foram distribuídas e 113 foram discutidas. Das 492 proposições legislativas recebidas, 460 foram Projetos de Lei Ordinária, 21 Projetos de Lei Complementar, 8 Propostas de Emenda à Constituição, 2 Decretos Legislativos e 1 Veto.

2. Reuniões

Durante o ano de 2023, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou 33 reuniões, das quais foram 19 Reuniões Ordinárias (57,6% do total), 4 Reuniões Extraordinárias (15,2% do total) e 9 Audiências Públicas (27,3% do total).

3. Remanejamentos de Emendas Parlamentares

Durante o ano de 2023, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou 589 remanejamentos de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023.

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CFOT - 2023

Atividades	Total
Projetos Recebidos	492
Projetos Distribuídos	492
Projetos Discutidos	113
Reuniões Ordinárias	19
Reuniões Extraordinárias	4
Audiências Públicas	9
Remanejamentos de Emendas Parlamentares	589

Recife, 19 de dezembro de 2023.

DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
Presidente

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Joaquim Lira

MEMBROS TITULARES:

Deputado Rento Antunes - Vice-Presidente
Deputado Eriberto Filho
Deputado Jeferson Timóteo
Deputado Joãozinho Tenório
Deputado Rodrigo Farias
Deputado Romero Sales Filho

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Claudiano Martins Filho
Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputado Edson Vieira
Deputado Jarbas Filho
Deputado Luciano Duque
Deputada Simone Santana
Deputado Waldemar Borges

A Comissão de Administração Pública é composta por sete membros titulares e sete suplentes. Sob a presidência do Deputado Joaquim Lira e vice-presidência do Deputado Renato Antunes, o colegiado é responsável por analisar projetos que tratam de funcionalismo, previdência e outros temas da estrutura da gestão estadual.

1. REUNIÕES

Reuniões	Total
Reuniões Ordinárias	29
Reuniões Extraordinárias	3
Audiências Públicas	7

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- Gestão Compartilhada de Fernando de Noronha: Impactos na ilha e nos ilhéus (11.04.2023);
- Discussão para autorizar o Poder Executivo a contratar operação crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais (25.04.2023);
- Reajuste para os profissionais de educação (22.05.2023);
- Situação Administrativa e Financeira do SASSEPE (05.06.2023);
- Atualização da organização do serviço extrajudicial do Estado de Pernambuco (19.09.2023);
- Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores técnico-administrativos da UPE (03.10.2023);
- Apresentação do Balanço da Gestão 2023 da Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC) (29.11.2023).

3. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Proposições Distribuídas	Total
Autoria parlamentar	1.393
Propostas de Emenda à Constituição	15
Autoria de outros poderes	65
Autoria da Mesa Diretora	7
Autoria de Comissão Permanente	1

Proposições Aprovadas	Total
Autoria parlamentar	372
Propostas de Emenda à Constituição	5
Autoria de outros poderes	64
Autoria da Mesa Diretora	6
Autoria de Comissão Permanente	0

Projetos de lei de outros poderes aprovados na CAP	Total
Ministério Público	1
Tribunal de Contas	1
Defensoria Pública	2
Poder Executivo	50
Poder Judiciário	10

Tramitação das Proposições	Total
Retiradas de Pauta/Pedidos de Vistas	29
Proposições Aprovadas	447
Proposições Rejeitadas	0

Emendas e Substitutivos apresentados pela CAP	Total
Substitutivos	25
Emendas	2

O objetivo das modificações propostas pela comissão é ouvir os segmentos diretamente atingidos da sociedade civil, garantir a aplicabilidade das proposições legislativas, com o aperfeiçoamento das redações apresentadas, e promover o equilíbrio da relação do Poder Público com a iniciativa privada.

Como exemplo, a comissão apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei nº 663/2023. O projeto originalmente alterava a lei que versa sobre a presença de nutricionistas nas escolas, para incluir a aplicação de multa em caso de descumprimento.

Após análise e amplo debate com o autor do projeto, relator, representantes das escolas e nutricionistas, foi apresentado um substitutivo dando uma nova roupagem ao tema, revogando a lei anterior e criando a Política de Alimentação Balanceada Assistida (PABA).

Recife, 19 de dezembro de 2023.

DEPUTADO JOAQUIM LIRA
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado José Patriota

MEMBROS TITULARES:

Deputado Fabrizio Ferraz - Vice-Presidente
Deputado Cleber Chaparral
Deputado Izaias Régis
Deputado João Paulo

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Abimael Santos
Deputado Dannilo Godoy
Deputado Jeferson Timóteo
Deputado Joãozinho Tenório
Deputado Mário Ricardo

I - Atividades Desenvolvidas

Durante a primeira sessão legislativa da Vigésima Legislatura foram distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais (C.A.M.) da Assembleia Legislativa de Pernambuco 155 (cento e cinquenta e cinco) projetos de lei para serem apreciados, sendo 05 (cinco) propostas de emendas à constituição e 10 (dez) projeto de lei ordinárias desarquivados continuando sua tramitação, desses, 147 (setenta e quatro) foram provenientes de Deputados, 07 (sete) proveniente do Poder Executivo, 01 (um) projeto do Judiciário e 01 (um) Projeto foi arquivado, por ter recebido parecer pela rejeição da comissão de constituição, legislação e justiça e 32 (trinta e dois) foram apreciados e aprovados, sendo alguns com emenda, subemenda e substitutivo, tendo suas tramitações concluídas na Comissão de Assuntos Municipais.

Nesse período foram efetuadas 12 (doze) reuniões ordinárias, 06 (seis) audiências públicas e 01 (uma) reunião extraordinária, nas quais foram realizadas discussões sobre temas diversos concernentes às atribuições regimentais da Comissão, além do cumprimento dos trâmites legais de projetos de lei, emendas, subemendas e substitutivos submetidos à análise e parecer desse colegiado.

Registramos o acompanhamento das ações e programas governamentais para a melhoria dos serviços, equipamentos e infraestrutura dos Municípios para a sua população no Estado, bem como o acompanhamento da prestação de contas da qualidade dos serviços realizados nos Municípios que contaram com a parceria do Estado.

Como destaque na área legislativa, com grande relevância para o Estado, começando pelo projeto de iniciativa do Poder Executivo, podemos destacar a aprovação do seguinte Projeto de Lei: nº **740/2023**, que criou o Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiénicos às pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos casos indicados, o projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco, podemos destacar dado sua importância a sociedade Pernambuco nos termos do projeto de Lei: nº **923/2023**, o qual, busca a manutenção do melhor funcionamento das pequenas Serventias Registrais e Notarias do Estado, procurando otimizar o atendimento à população, com transparência, agilidade e retorno financeiro tanto para o responsável pela serventia quanto para o Tribunal de Justiça, objetivando a continuidade dessa prestação de serviço à sociedade Pernambucana e o projeto nº **1506/2023** de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada. O presente projeto visa reduzir o impacto financeiro, permitindo que os municípios de menor porte possam ter assegurados os seus índices percentuais conforme a norma legal em vigor, evitando-se prejuízos para o planejamento orçamentário e financeiro desses entes no ano subsequente.

Quanto aos Projetos de iniciativa dos Deputados, merece ênfase os seguintes Projetos de Lei, já aprovados: O Substitutivo ao projeto

de lei ordinária nº 163/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, que assegurou a gratuidade no transporte dos equipamentos auxiliares na locomoção das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos Sistemas de Transportes Públicos Intermunicipais e da Região Metropolitana do Recife; O Substitutivo que uniu os Projetos de Lei Ordinárias nº 441/2023, de autoria da Deputada Simone Santana e nº 458/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros, que criou a Política Estadual de Apoio às Sementes Crioulas e a Agrobiodiversidade, possibilitando garantir a segurança da produção agrícola de maneira livre de royalties; O substitutivo ao projeto de lei ordinária nº 335/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho, que criou a "Rota dos Vinhos" no Estado para fomentar o turismo nas cidades envolvidas; o projeto de Lei ordinária nº 390/2023, de autoria da Deputada Dani Portela, que instituiu a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Afrodescendente, para corrigir a exclusão e discriminação desse grupo da população no acesso aos serviços públicos de saúde; o projeto de lei ordinária de nº 686/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a prioridade para trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão no serviços e programas sociais por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco. O Substitutivo ao projeto de lei ordinária nº 411/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que Institui a Política Estadual de Combate à Fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional no Estado de Pernambuco e dá outras providências, o substitutivo ao projeto de lei ordinária nº 1196/2023, de autoria do Deputado Antônio Moraes, que dispõe sobre exigências para a utilização de adubo orgânico no Estado de Pernambuco, disciplina a comercialização e o seu transporte. Por fim, deliberação pela aprovação de elaboração do projeto de lei para ajustes entre os municípios de Venturosa e Alagoinha.

Além dessas questões apresentadas, a Comissão tem conduzido todos os temas que envolvem os Municípios inter-relacionados ao Estado adequadamente dentro da esfera de sua competência, preceituada nos art. 97 e art. 103 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, inclusive com a realização de debates sobre os assuntos pertinentes, seja por requisição de Parlamentares da Casa de Joaquim Nabuco, seja por demanda da sociedade ou por iniciativa da própria Comissão. Todas essas movimentações realizadas por este colegiado técnico podem ser acompanhadas pela internet, através da página www.alepe.pe.gov.br.

II - Considerações Finais

A Comissão de Assuntos Municipais, ao longo do ano, procurou cumprir com a sua missão regimental através de um trabalho incessante, abordando simultaneamente várias questões que afetam o desenvolvimento e a organização dos municípios e da sociedade do Estado de Pernambuco.

PROJETOS DE LEI ENCAMINHADOS À 4ª COMISSÃO NO ANO DE 2023

Quadro Resumo

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Total de Projetos Recebidos	150
Total de Propostas de Emenda à Constituição	06
Total de Projetos Desarquivados	13
Total de projetos provenientes dos Deputados	144
Total de projetos provenientes do Poder Executivo	06
Total de Projetos Arquivados por Rejeição da C.C.L.J.	01
Total de Projetos Aprovados	38

Recife, 20 de dezembro de 2023.

Deputado José Patriota
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Waldemar Borges

MEMBROS TITULARES:

Deputado João Paulo - Vice-Presidente
Deputado Kaio Maniçoba
Deputado Renato Antunes
Deputado Romero Albuquerque
Deputado Waldemar Borges

MEMBROS SUPLENTES:

Deputada Dani Portela
Deputado Izaías Régis
Deputado Pastor Cleiton Collins
Deputada Rosa Amorim
Deputado William Brígido

1. Reuniões

Ao todo, foram realizadas 15 reuniões ordinárias, uma reunião extraordinária, uma reunião solene e oito audiências públicas.

1.1 Reuniões Ordinárias:

- 1.1.1 Reunião Ordinária de 22 de março de 2023;
- 1.1.2 Reunião Ordinária de 12 de abril de 2023;
- 1.1.3 Reunião Ordinária de 26 de abril de 2023;
- 1.1.4 Reunião Ordinária de 10 de maio de 2023;
- 1.1.5 Reunião Ordinária de 31 de maio de 2023;
- 1.1.6 Reunião Ordinária de 14 de junho de 2023;
- 1.1.7 Reunião Ordinária de 28 de junho de 2023;
- 1.1.8 Reunião Ordinária de 03 de agosto de 2023;
- 1.1.9 Reunião Ordinária de 17 de agosto de 2023;
- 1.1.10 Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2023;
- 1.1.11 Reunião Ordinária de 21 de setembro de 2023;
- 1.1.12 Reunião Ordinária de 1º de novembro de 2023;
- 1.1.13 Reunião Ordinária de 23 de novembro de 2023;
- 1.1.14 Reunião Ordinária de 06 de dezembro de 2023;
- 1.1.15 Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2023.

1.2 Reunião Extraordinária

Apresentação do Relatório Anual de Indicadores relativo ao ano de 2022 / Lei de Responsabilidade Educacional, em 14 de novembro de 2023.

1.3 Reunião Solene

Entrega do Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca, em 20 de setembro de 2023.

1.4 Audiências Públicas

1.4.1. Tema: A reformulação do novo ensino médio

Data: 04 de abril

1.4.2. Tema: Sistema nacional de cultura e Lei Paulo Gustavo:

impacto sobre as políticas de cultura em nível estadual

Data: 17 de abril

1.4.3. Tema: O Proneira e os desafios da Educação do Campo em Pernambuco (Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural)

Data: 18 de abril

1.4.4. Tema: Projeto de Lei Complementar Nº 712/2023, de autoria do Governo do Estado, que fixa os novos valores nominais de vencimento base para cargos públicos que indica (Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação; Comissão de Administração Pública e Comissão de Educação e Cultura)

Data: 22 de maio

1.4.5. Tema: 71 anos do Cinema São Luiz: o que comemorar?

Data: 12 de junho

1.4.6. Tema: Ciclo Junino de 2023

Data: 19 de junho

1.4.7. Tema: Analfabetismo em Pernambuco - causas e efeitos

Data: 23 de agosto de 2023

1.4.8. Tema: "Políticas afirmativas para entrada e permanência na Universidade de Pernambuco"

Data: 10 de outubro de 2023

2. Resumo Anual de Atividades Legislativas da CEC

Atividades	Total
Projetos Distribuídos	613
Projetos Aprovados	227
Projeto Rejeitado	01
Aguardando parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação	85
Reuniões Ordinárias	15
Reunião Extraordinária	01
Reunião Solene	01
Audiências Públicas	08

3. Pedidos de Informação encaminhados ao Poder Executivo

3.1 Pedido de Informação ao Governo do Estado acerca dos investimentos na área da Cultura em Pernambuco (setembro de 2023);

3.2 Pedido de Informação ao Governo do Estado acerca do pagamento das bolsas de permanência dos estudantes da UPE (novembro de 2023).

Recife, 19 de dezembro de 2023.

Deputado Waldemar Borges
Presidente

COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Pastor Júnior Tércio

MEMBROS TITULARES:

João Paulo Costa - Vice-presidente
Diogo Moraes
João de Nadegi
Joãozinho Tenório

MEMBROS SUPLENTES:

Abimael Santos
Doriel Barros
Gilmar Júnior
Rodrigo Farias
Romero Albuquerque

1. Atividades

Tramitação:

101 Projetos Recebidos para Análise

35 Projetos Aprovados

0 Projetos Rejeitados

66 Projetos Aguardando Parecer da CCLJ

0 Projetos Retirados de Tramitação

08 Reuniões Ordinárias;

01 Reunião Extraordinária;

02 Audiências Públicas;

Objetivo: **Debater sobre os esportes equestres.**

Data: 04 de maio de 2023;

Local: Auditório Ênio Guerra.

Objetivo: **Debater as políticas públicas para os esportes.**

Data: 11 de maio de 2023;

Local: Auditório Sérgio Guerra.

01 Visita Técnica;

Objetivo: **Debater a situação dos clubes de futebol de Pernambuco.**

Local: Federação Pernambucana de Futebol (FPF);

Data: 13 de abril de 2023.

02 Participações em Eventos;

Objetivo: **Mostra MC. Metaverso Brasil.**

Local: **Parque e Centro Esportivo Santos Dumont, Boa Viagem.**

Data: **25, 26 e 27 de outubro de 2023.**

Objetivo: **Inauguração do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor (JETEP).**

Local: **Auditório da Uninassau, bairro das Graças.**

Data: **11 de dezembro de 2023.**

2. PROJETOS DE LEI E SUBSTITUTIVOS DISCUTIDOS.

2.1) Projeto de Lei Ordinária nº 06/2023 e Emenda Modificativa 01/2023 - Altera a Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento de academias de musculação e demais estabelecimentos de condicionamento físico, iniciação e prática esportiva, de ensino de esportes e de recreação esportiva, originada de Projeto de Lei do Deputado Augusto César, a fim de instituir penalidades em caso de descumprimento da Lei.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado João Paulo Costa.

Autoria da Emenda Modificativa: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

2.2) Projeto de Lei Ordinária nº 225/2023 - Estabelece a igualdade de premiações e benefícios entre atletas e paratletas em competições esportivas e paraesportivas realizadas, apoiadas e/ou patrocinadas por órgãos e entidades do Poder Público Estadual.

Autoria: Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

2.3) Projeto de Lei Ordinária nº 242/2023 - Altera a Lei nº 16.356/2018 que dispõe sobre a isenção, para atletas de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição em corridas, caminhadas e provas de ciclismo, realizadas em vias públicas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Bispo Ossesio Silva, a fim de ampliar o alcance da isenção para atletas e expectadores de baixa renda, em eventos esportivos realizados em áreas, vias, equipamentos ou estabelecimentos de domínio do Estado de Pernambuco, nos termos que indica.

Autoria: Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Relator: Deputado João de Nadegi.

2.4) Projeto de Lei Ordinária nº 343/2023 - Institui diretrizes para campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, eventos esportivos e culturais do Estado de Pernambuco, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Henrique Queiroz Filho e Romero Sales Filho, a fim de instituir regras para capacitação de profissionais e dá outras providências.

Autoria: Deputada Dani Portela.

Relator: Deputado João Paulo Costa.

2.5) Projeto de Lei Ordinária nº 541/2023 - Altera a Lei nº 12.258/2002 que institui a meia-entrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer, entretenimento e esportivos, a fim de acrescentar os professores autônomos, de academias e similares, que comprovem esta condição através da Cédula de Identidade Profissional (CIP) do Conselho Regional de Educação Física (CREF).

Autoria: Deputado William Brígido.

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

2.6) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 24/2023 e ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado 3590/2022 - Altera a Lei nº 15.882/2016 que estabelece normas complementares à Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, no tocante ao benefício do pagamento de meia-entrada para pessoas com deficiência em espetáculos artístico-culturais e esportivos no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti, a fim de incluir pessoas com doenças raras como beneficiárias da lei.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado João Paulo Costa;

Autoria do Projeto de Lei Desarquivado: Deputado Pastor Cleiton Collins.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado João de Nadegi.

2.7) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 80/2023 - Institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado João Paulo Costa.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado Doriel Barros.

2.8) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 85/2023 - Altera a Lei nº 11.443/1997, que institui o Sistema Estadual de Esportes e Lazer no Estado de Pernambuco e determina providências pertinentes, a fim de estabelecer regras adicionais de combate à discriminação no esporte.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado João Paulo Costa.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado Doriel Barros.

2.9) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 579/2023 - Altera a Lei nº 11.443/1997, que institui o Sistema Estadual de Esportes e Lazer no Estado de Pernambuco e determina providências pertinentes, a fim de estabelecer regras adicionais de combate à discriminação no esporte.

Autoria do Projeto de Lei: Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

2.10) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 761/2023 - Dispõe sobre a criação de sala sensorial adaptada para pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, Portadores de Síndrome de Down ou outras síndromes, transtornos ou doenças que acarretem hipersensibilidade sensorial em geral, em estádios e arenas esportivas, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado William Brígido.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado João Paulo Costa.

2.11) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 905/2023 - Altera a Lei nº 11.443/1997, que institui o Sistema Estadual de Esportes e Lazer no Estado de Pernambuco e determina providências pertinentes, a fim de estabelecer regras adicionais de combate à discriminação no esporte.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado Romero Albuquerque.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

2.12) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 916/2023 - Altera a Lei nº 16.124/2017, que obriga as academias de ginásticas, musculação e afins, a dispor, em local visível e adequado, de kits de primeiros socorros, incluindo tensiômetro digital e a disponibilizar profissional de educação física capacitado em noções básicas de primeiros socorros, originada de projeto de lei do Deputado Professor Lupércio, a fim de inserir dispositivos que protejam seus frequentadores, proprietários e funcionários dos estabelecimentos.

Autoria do Projeto de Lei: Deputado Gilmar Júnior.

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

2.13) Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2023 e 1147/2023 - Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo às mulheres no Esporte no Estado de Pernambuco.

Autoria do Projeto de Lei: Deputada Rosa Amorim e Deputada Socorro Pimentel;

Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

Relator: Deputado Joãozinho Tenório.

Recife, 19 de dezembro de 2023.

Deputado Pastor Júnior Tércio
Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

Presidente: Deputado Romero Sales Filho

MEMBROS TITULARES:

Deputada Luciano Duque - Vice-Presidente

Deputado Dannilo Godoy

Deputado Henrique Queiroz Filho

Deputado Nino De Enoque

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Abimael Santos

Deputado Diogo Moraes

Deputado Doriel Barros

Deputado João Paulo

Deputado Jeferson Timoteo

No primeiro ano legislativo da Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal - CMASPA, se reuniu de forma ordinária em 11 (onze) oportunidades para distribuição e discussão de projetos de leis, além disso, promoveu a Semana Mundial do Meio Ambiente, que foi realizada entre os dias 05 de junho e 09 de junho e ainda atividades externas e audiências públicas que mobilizaram mais de 900 (novecentas) pessoas durante os debates.

As ações desenvolvidas pela comissão foram diversas com a participação dos deputados membros e da sociedade civil, durante o ano teve a seguinte composição inicial com os **membros titulares**: Dannilo Godoy (PSB), Deputado Henrique Queiroz Filho (PP), Deputado Luciano Duque (SOLIDARIEDADE), Deputado Nino de Enoque (PL), e Deputado Romero Sales Filho (UNIÃO), e, **os membros suplentes**: Abimael Santos (PL), Doriel Barros (PT), Jeferson Timoteo (PP), Deputado João Paulo (PT), Deputado Rodrigo Novaes (PSB).

Em decorrência da saída do Ex-Deputado Rodrigo Novaes, houve a indicação do Deputado Diogo Moraes (PSB), para participar como membro suplente desta comissão.

Sem mais delongas, passamos ao relatório:

● REUNIÕES ORDINÁRIAS:

Nº	Data	Objetivo e resumo
1	21 de março de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 25 (vinte e cinco) projetos de leis.
2	18 de abril de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 17 (dezesete) projetos de leis e discussão de 02 (dois) projetos.
3	02 de maio de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 17 (dezesete) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
4	16 de maio de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 10 (dez) projetos de leis e discussão de 07 (sete) projetos.
5	30 de maio de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 08 (oito) projetos de leis e discussão de 03 (três) projetos.
6	20 de junho de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 12 (doze) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 10 (três) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
7	18 de agosto de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 27 (vinte e sete) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 02 (duas) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
8	12 de setembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 18 (dezoito) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 03 (três) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
9	26 de setembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 13 (treze) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 03 (três) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
10	06 de novembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 17 (dezesete) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 05 (cinco) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
11	12 de dezembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 15 (quinze) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 03 (três) matérias, entre Proposta de Emenda à Consti tuição e Projetos de Leis.

● AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ATIVIDADES EXTERNAS.

A comissão realizou ao total 08 (oito) atividades entre audiências públicas e visitas técnicas, que discutiram temas relevantes ao meio ambiente, inclusive em conjunto com outras comissões, as quais destacamos abaixo:

A primeira audiência pública da comissão, que teve como tema “SITUAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PERNAMBUCO”, teve uma abordagem com foco na gestão de resíduos sólidos e a inclusão de catadores de materiais recicláveis no processo. Foram discutidos assuntos como a necessidade de revisão e adequação de decretos e leis estaduais, a realização de visitas técnicas para melhor entendimento de processos e condições de trabalho, a implementação de políticas de incentivo e a criação de um grupo de trabalho para discussão constante sobre estas questões. As deliberações tomadas deverão ser executadas durante o segundo semestre do ano corrente e ao longo do biênio da comissão.

A segunda audiência pública discutiu a possível privatização da COMPESA, empresa de abastecimento de água em Pernambuco. Os participantes, incluindo deputados, sindicalistas e acadêmicos, expressaram preocupações sobre a qualidade do serviço, o impacto nos preços e a capacidade da empresa privada de atender áreas de difícil acesso. Eles também mencionaram a experiência negativa de Alagoas com a privatização do abastecimento de água. A maioria dos participantes defendeu que a COMPESA deve permanecer como uma empresa pública e que a água é um direito público, não uma mercadoria. Além disso, foi sugerida a necessidade de uma discussão mais ampla com a sociedade, incluindo a possibilidade de um plebiscito.

A Audiência Pública sobre os “Novos investimentos e impactos socioambientais na região do Complexo Industrial e Portuário de Suape” destacou a importância do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Os impactos socioambientais do complexo foram discutidos, incluindo desequilíbrio ecológico, aumento da temperatura e diminuição da iluminação solar na água. Também foram discutidos os impactos sociais, como a migração de indivíduos, desemprego e déficit habitacional. A necessidade de capacitação e qualificação para os pernambucanos, a implementação de programas habitacionais, infraestrutura adequada e políticas sociais inclusivas foram enfatizadas. A discussão também destacou a importância de considerar os impactos na segurança e bem-estar das mulheres e na saúde e segurança dos trabalhadores.

A Audiência Pública Conjunta discutiu os impactos socioambientais da Reserva Tatu Bola, com ênfase na necessidade de coexistência entre preservação ambiental e atividades agrícolas. Vários participantes, incluindo deputados, prefeitos, vereadores e representantes de associações, expressaram preocupações sobre a falta de consulta à comunidade local e os impactos negativos da reserva na vida dos agricultores. Foi acordado que um estudo será realizado e, após a conclusão, serão realizados encontros com a comunidade para conciliar a preservação ambiental com as necessidades sociais. O acompanhamento das ações do governo nos próximos 60 dias foi estabelecido como um encaminhamento da audiência.

A audiência pública conjunta sobre a “Engorda das Praias do Litoral Norte de Pernambuco” discutiu a erosão costeira e a necessidade de intervenções para preservar as praias e apoiar o turismo e a economia local. Os participantes enfatizaram a necessidade de mudanças na legislação ambiental, a criação de um programa de engorda de praia e a formação de uma comissão técnica para lidar com o problema. A audiência também destacou a importância da cooperação entre os governos locais, estaduais e federais para encontrar soluções permanentes.

A audiência pública “Energia Eólica e o Ecossistema: Impactos e Soluções” realizada em 4 de dezembro de 2023 na ALEPE discutiu os impactos socioambientais da implementação de parques eólicos. Os participantes destacaram problemas como alterações no lençol freático, perda de habitat animal, erosão, ruído excessivo e problemas de saúde mental em indivíduos que vivem perto das torres eólicas. A necessidade de regulamentação adequada e a busca por soluções que minimizem os impactos negativos, respeitando o meio ambiente e os seres humanos diretamente afetados, foram enfatizadas. A audiência concluiu com o compromisso de buscar ações efetivas para resolver os problemas apresentados.

Nº	Data e Local	TEMA
1	05 de junho de 2023 - Auditório Ênio Guerra	“Situação da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em Pernambuco”
2	06 de junho de 2023 - Aterro Sanitário do Ipojuca, Estada do Engenho Água Fria, Nossa Senhora do Ó, Ipojuca -PE	Visita Técnica a “Central da Sustentabilidade de Ipojuca”
3	07 de junho de 2023 - Vitória de Santo Antão	Visita Técnica Ao Rio Tapacurá no Trecho de Vitória de Santo Antão
4	14 de agosto de 2023 - Local: Auditório Sergio Guerra.	Audiência Pública “Privatização da Compesa”.
5	21 de setembro de 2023; Local: PORTO DE SUAPE	Audiência Pública Conjunta sobre os “Novos Investimentos e Impactos Socioambientais na Região do Complexo Industrial e Portuário de Suape”, com a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
6	23 de outubro de 2023 Local: Auditório Sergio Guerra	Audiência Pública sobre “Os Impactos Socioambientais Decorrentes da Reserva Tatu Bola” Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
7	31 de outubro de 2023 Local: Auditório Sergio Guerra	Audiência Pública sobre a “Engorda das Praias do Litoral Norte de Pernambuco” conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo
8	04 de dezembro de 2023; Local: Auditório Ênio Guerra	Audiência Pública Energia Eólica e o Ecossistema: Impactos e Soluções

● MATÉRIAS LEGISLATIVAS EM DESTAQUES (PROJETOS DE LEIS, DE RESOLUÇÃO E PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO).

Os projetos de lei que foram distribuídos e voados na comissão, abrangem várias questões, principalmente relacionadas ao meio ambiente, a sustentabilidade, os direitos dos animais e à saúde pública aplicadas ao Meio Ambiente.

Inicialmente destacamos o PLO 1493/2023 altera a Lei nº 17.976, de 12 de dezembro de 2022, que institui a Política Pública Estadual do Hidrogênio Verde no Estado de Pernambuco, de autoria da Governadora Raquel Lyra. Dada a natureza recente do Hidrogênio Verde, o conhecimento sobre o tema está se atualizando constantemente. Reconhecendo que a Política Estadual foi um avanço legislativo conquistado pelo Estado em dezembro de 2022, mas precisa de atualização para se tornar mais consistente, o Projeto de Lei anexo propõe as modificações fundamentais para melhor implementar a política prevista.

Por exemplo, a PEC 8/2023, proposta por Rodrigo Novaes, busca garantir a continuidade do Sistema Integrado de Saneamento Rural em Pernambuco, incorporando-o ao núcleo essencial da Administração Estadual. Alguns projetos visam alterar leis existentes para melhorar a proteção e o bem-estar dos animais, como o PLO 000005/2023, proposto por Romero Albuquerque, que visa garantir o fornecimento de alimentos e água para animais de rua, e o PLO 000022/2023, proposto por João Paulo Costa, que propõe que os agressores que maltratam animais sejam responsáveis pelos custos do tratamento veterinário.

Há também várias propostas para melhorar a gestão ambiental e a sustentabilidade em Pernambuco, como o PLO 000042/2023, proposto por Romero Sales Filho, que propõe a implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente para empresas que contratam com a Administração Pública, e o PLO 000057/2023, também proposto por Romero Sales Filho, que propõe a instalação de painéis solares em vários estabelecimentos para promover a energia renovável.

Por fim, alguns projetos focam na melhoria da saúde e da segurança pública, como o PLO 000048/2023, proposto por João Paulo Costa, que visa aumentar a transparência sobre a quantidade de nitrato na água potável, e o PLO 000081/2023, também proposto por João Paulo Costa, que propõe diretrizes para a sanitização de ambientes para prevenir a propagação de doenças infecciosas.

● EXTRATO CONSOLIDADO:

TIPO	NÚMERO (ATIVIDADES)
REUNIÕES ORDINÁRIAS	11
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ATIVIDADES EXTERNAS	08
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	178
PROJETOS VOTADOS	38
Total	235

● CONCLUSÃO

No decorrer do primeiro semestre de 2023, a CMASPA demonstrou um compromisso significativo com a promoção de políticas de sustentabilidade e de proteção ao meio ambiente, através de diversas ações.

A comissão se reuniu ordinariamente em seis ocasiões, onde foram distribuídos e discutidos um total de 178 projetos de lei. Destes, 38 receberam aprovação, evidenciando o empenho dos membros da comissão em promover a legislação que aborda questões ambientais críticas e contribui para o desenvolvimento sustentável do estado.

A CMASPA também tomou a iniciativa de realizar duas visitas técnicas. Estas visitas, realizadas na Central de Sustentabilidade de Ipojuca e no município de Vitória de Santo Antão, permitiram aos membros da comissão avaliar em primeira mão as condições de saneamento e o estado do Rio Tapacurá, fornecendo uma visão direta e valiosa que informará futuras decisões e políticas.

Além disso, a comissão organizou seis audiências públicas, algumas delas em colaboração com outras comissões. Estas audiências abordaram uma variedade de temas, desde a gestão de resíduos sólidos urbanos até os impactos socioambientais de grandes projetos industriais. Através destas audiências, a comissão não só foi capaz de reunir uma multiplicidade de perspectivas sobre questões ambientais chave, mas também de promover um diálogo aberto e construtivo com outras comissões, especialistas e o público em geral.

Em resumo, o trabalho realizado pela CMASPA durante o primeiro semestre de 2023 reflete um compromisso sério com a proteção do meio ambiente e a promoção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. É evidente que, através de suas ações, a comissão está desempenhando um papel vital na forma como o estado de Pernambuco aborda as questões ambientais, e é esperado que continue a fazer essa importante contribuição nos próximos semestres.

Recife, 15 de dezembro de 2023.

Deputado Romero Sales filho
Presidente

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL RELATÓRIO ANUAL - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Doriel Barros

MEMBROS TITULARES:

Deputado Claudiano Martins Filho - Vice Presidente
Deputado Edson Vieira
Deputado France Hacker
Deputado Nino de Enoque

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Debora Almeida
Deputado Fabrizio Ferraz
Deputado Luciano Duque
Deputada Rosa Amorim
Deputada Socorro Pimentel

1. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO - 01 (UMA)

1.1 - Reunião Extraordinária Do Dia 13.03.2023.

2. REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS - 10 (DEZ)

- 2.1 - Reunião Ordinária Do Dia 04.04.2023;
2.2 - Reunião Ordinária Do Dia 09.05.2023;
2.3 - Reunião Ordinária Do Dia 31.05.2023;
2.4 - Reunião Ordinária Do Dia 20.06.2023;
2.5 - Reunião Ordinária Do Dia 08.08.2023;
2.6 - Reunião Ordinária Do Dia 05.09.2023;
2.7 - Reunião Ordinária Do Dia 26.09.2023;
2.8 - Reunião Ordinária Do Dia 31.10.2023;
2.9 - Reunião Ordinária Do Dia 29.11.2023;
2.10 - Reunião Ordinária Do Dia 12.12.2023.

PROPOSIÇÕES NA CAPDR - 2023	
Proposições	Quantitativo
RECEBIDAS	96
DISTRIBUÍDAS	96
A SEREM DISTRIBUÍDAS	00
APROVADAS	26
REJEITADAS	0

PROJETOS DE LEI NA CAPDR - 2023	
Projetos de Lei	Quantitativo
RECEBIDOS	95
DISTRIBUÍDOS	95
A SEREM DISTRIBUÍDOS	00
APROVADOS	25
REJEITADOS	0

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NA CAPDR - 2023	
Propostas de Emenda à Constituição	Quantitativo
RECEBIDAS	01
DISTRIBUÍDAS	01
A SEREM DISTRIBUÍDAS	00
APROVADAS	01
REJEITADAS	0

3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS - 06 (SEIS)

- 3.1 - "25 anos do PRONERA e os desafios da Educação do Campo em Pernambuco" - 18.04.2023;
3.2 - "Influenza aviária" - 09.08.2023;
3.3 - "Atual situação da bacia leiteira de Pernambuco" - 22.09.2023;
3.4 - "Os impactos socioambientais decorrentes da Reserva Tatu Bola" (Audiência conjunta com a comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade) - 23.10.2023;
3.5 - "A violência contra a pessoa idosa no campo" - 25.10.2023;
3.6 - "Em defesa da economia solidária, para avançar na luta! Vinte anos da economia solidária em Pernambuco" - 13.12.2023.

4. GRUPO DE TRABALHO: 01 (UM)

Sobre a educação do campo em Pernambuco, derivado da audiência pública: "25 anos do PRONERA e os desafios para educação do campo em Pernambuco", ocorrida em 18/04/2023.

5. PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO: 01 (UM)

Sobre o descumprimento da Lei Federal nº 11.947/2009, especificamente no que concerne ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, que obrigatoriamente deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

6. DESTAQUES NO PERÍODO

LEI Nº 18.358/2023 - Altera a Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior, a fim de reservar percentual de bolsas a estudantes indígenas, pertencentes a comunidades quilombolas ou oriundos de famílias vinculadas à atividade rural.

PROJETO DE LEI Nº 993/2023 - Altera a Lei nº 18.085, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política de Valorização da Mulher no Campo, a fim de incluir o fortalecimento da promoção da Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais no rol de objetivos dessa Política.

QUANTIDADE ANUAL

1. Reuniões Extraordinárias: 01;
2. Reuniões Ordinárias: 10;
3. Audiências Públicas: 06;
4. Grupo de trabalho: 01;
5. Pedido de Informações ao governo do Estado: 01;
6. Nº de Projetos de Lei Distribuídos: 95;
7. Nº de Projetos de Lei Aprovados: 25;
8. Nº de Projetos de Lei Rejeitados: 0;
9. Nº de Propostas de Emenda à Constituição Estadual Distribuídas: 01;

10. Nº de Propostas de Emenda à Constituição Estadual Aprovadas: 01;
11. Nº de Propostas de Emenda à Constituição Estadual Rejeitadas: 0;

Sala da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, Recife, 19 de dezembro de 2023.

Deputado Doriel Barros
Presidente

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Adalto Santos

MEMBROS TITULARES:

Deputado Sileno Guedes - Vice-Presidente
Deputado Cleber Chaparral
Deputado Gilmar Junior
Deputado Izaias Régis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Abimael Santos
Deputado Joel da Harpa
Deputado Luciano Duque
Deputada Simone Santana
Deputada Socorro Pimentel

Em 13 de março de 2023, foi realizada a 1ª reunião para instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social-CSAS, (9ª Comissão), para primeira e a segunda Sessões Legislativas, da Vigésima Legislatura (biênio 2023/2024), às 10 horas e 15 minutos, no Plenarinho III - Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/nº, Boa Vista.

No ano de 2023, o Colegiado realizou 15 Reuniões Ordinárias para distribuição e discussão de 621 (seiscentos e vinte e um) Projetos de Lei. No mesmo período, a CSAS realizou também 07 Audiências Públicas, solicitadas por diversos parlamentares, com a participação de cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis para tratar de questões de interesse público relevante. Os temas abordados foram:

- Soluções para os Hospitais Getúlio Vargas (HGV) e da Restauração (HR). Audiência Pública conjunta com a Comissão Especial em
- Defesa dos Profissionais de Enfermagem;
- Alusão ao Dia Estadual do Ostromizado;
- "Importância e Distribuição de Medicamentos à Base de Canabidiol da Rede SUS";
- Crise no Setor de Hemodiálise no Estado de Pernambuco;
- Prestação de Contas - Apresentação dos Relatórios de Gestão de Saúde do Estado de Pernambuco, referentes ao Terceiro Quadrimestre do ano de 2022 e aos Primeiro e Segundo Quadrimestre do ano de 2023, apresentadas pela Secretária Estadual, Dra. Zilda Cavalcanti

A Comissão de Saúde e Assistência Social tem por competência a análise da Prestação de Contas do Relatório de Gestão em Saúde no Estado, por meio de Audiência Pública. O Relatório Quadrimestral é um importante instrumento de planejamento e acompanhamento da gestão da saúde, que o gestor do SUS está obrigado a apresentar aos Órgãos de Controle Interno e Externo, atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Federal Nº 141/2012, a qual determina que o relatório deve ser enviado aos Conselhos de Saúde para apreciação e apresentado na Casa Legislativa pelo gestor do SUS.

O referido relatório discorre sobre: I - Caracterização do Estado; II - Montante e fonte dos recursos aplicados no período - a Lei estabelece que os estados devem investir 12% em saúde; III - Auditorias realizadas no período; IV - Rede de Atenção à Saúde do Estado; V - Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada; VI - Ouvidoria; VII - Indicadores de qualidade de estabelecimentos da rede estadual; VIII - Principais ações realizadas no período.

As Audiências Públicas realizadas para análise e aprovação das prestações de contas, atenderam aos prazos estabelecidos pela LC 141/2012, e seguindo a transparência adotada por esta Casa Legislativa.

15 Reuniões Ordinárias

07 Audiências Públicas

Quadro Demonstrativo das Reuniões Ordinárias

DATA	PROJETOS DE LEI	
	DISTRIBUÍDOS	DISCUTIDOS
13.03.2023	Reunião de Instalação	
12.04.2023	207	00
19.04.2023	50	00
10.05.2023	31	18
31.05.2023	35	21
13.06.2023	22	13
28.06.2023	15	13
09.08.2023	33	06
23.08.2023	39	04
13.09.2023	54	08
04.10.2023	44	06
18.10.2323	23	03
25.10.2323	20	03
22.11.2023	31	10
06.12.2023	17	23

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Projetos de Lei Recebidos - **631**
Projetos de Lei Distribuídos - **621**
Projetos de Lei retirados de tramitação - **10**
Projetos de Lei Discutidos - **128**
Projetos de Lei Aprovados - **128**
Projetos Desarquivados - **27**
Projetos de Lei Arquivados pela CCLJ - **16**
Projetos de Lei em Tramitação Conjunta - **39**
Projetos de Lei Rejeitados - **00**
Projetos de Lei aguardando parecer - **439**

Comissão de Saúde e Assistência Social, dezembro de 2023.

Deputado Adalto Santos
Presidente

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputada Simone Santana

MEMBROS TITULARES:

Deputado João, de Nadegi - Vice-Presidente
Deputado Cleber Chaparral
Deputado Joel da Harpa
Deputado Kaio Maniçoba

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalto Santos
Deputado Edson Vieira
Deputado Pastor Júnior Tércio
Deputado Lula Cabral
Deputado Sileno Guedes

Em 13 de março de 2023, foi realizada a 1ª reunião para instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação - CCTI (10ª Comissão), para primeira e a segunda Sessões Legislativas, da Vigésima Legislatura (biênio 2023/2024), às 10 horas e 15 minutos, no Plenarinho III - Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/nº, Boa Vista.

No ano de 2023, o Colegiado realizou 10 Reuniões Ordinárias para distribuição e discussão de 305 (trezentos e cinco) Projetos de Lei. No mesmo período, a CCTI realizou também 04 (quatro) Visitas Técnicas, cujas abordagens visaram apresentar os objetivos desta comissão, trocar experiência nas áreas de tecnologia e inovação, e sobretudo conhecer trabalhos e programas desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, pelos alunos da Escola Técnica Estadual Ginásio Pernambucano e pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital, com o fim de esta Comissão Técnica poder desenvolver os seus trabalhos calcada pela experiência vivenciada no nosso Estado e considerar as necessidades mais urgentes no tocante a uma legislação que apoie, incentive e proteja o desenvolvimento científico no Estado de Pernambuco.

Uma importante modificação foi realizada na denominação desta Comissão Técnica, através de Projeto de Resolução de autoria da Deputada Simone Santana, Presidente deste colegiado técnico, foi originada a Resolução nº 1899 de 02 de maio de 2023, quando esta comissão passou a ser denominada de Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, adequando-se à realidade mais atual e abrindo o leque de atuação desta comissão em razão do olhar para uma atividade científica inovadora, visionária e, sobretudo, concomitante com o pensar tecnológico e científico do nosso tempo, que busca inovação em todas as suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Em outubro do ano em tela, foi realizada a sessão solene de homenagem póstuma aos notáveis cientistas de Pernambuco, que realizada anualmente, tem por finalidade principal, além da justa homenagem aos ícones do desenvolvimento científico pernambucano, o incentivo ao despertamento do interesse científico nos nossos jovens alunos, em razão da publicação do livro de referências biográficas e históricas dos cientistas homenageados, cujo título da publicação é MEMORIAL NOTÁVEIS CIENTISTAS DE PERNAMBUCO - Edição 2022-2023.

Durante a primeira sessão legislativa da vigésima legislatura, também foram realizadas algumas reuniões com entidades e pessoas ligadas ao interesse do desenvolvimento científico do nosso Estado, o que em muito contribuiu para uma melhor e maior compreensão da realidade e das dificuldades enfrentadas pelos desenvolvedores de Ciência.

Ademais, a atividade legislativa da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, em muito contribui com a emissão de pareceres estritamente técnicos com vistas em apoiar toda e qualquer iniciativa salutar de desenvolvimento tecnológico e científico em Pernambuco e, acima de tudo, desenvolver o papel atribuído e esta comissão com denodo e compromisso, o que os parlamentares que compõem este colegiado realizamos a contento.

Passamos a relacionar todas as atividades realizadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no ano de 2023:

1. REUNIÕES

1.1 Reuniões Ordinárias:

- 13/03/2023 - Reunião de Instalação.
- 22/03/2023 - Distribuição de Proposições.
- 19/04/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 17/05/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 06/06/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 28/06/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 23/08/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 04/10/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 22/11/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 13/12/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.

1.2 Outras Reuniões

1. 14/08/2023 - Reunião na ALEPE com os alunos da Escola de Referência Francisco Siqueira em Lagoa do Carro, para tratar de Ciência e Tecnologia.

2. 28/08/23 - Reunião com a Comissão de Mérito dos Notáveis Cientistas de Pernambuco no Espaço Ciência.

3. 21/11/2023 - Reunião com Dra. Maria Fernanda Pimentel Avelar, Diretora Presidente da FACEPE e com a Dra. Helen Jamil Khoury, **Diretora** Científica da FACEPE.

2. Visitas Técnicas:

● 29/03/2023 - Visita à Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Exma. Sra. Luciana Santos, para entrega de pauta e troca de experiências.

● 11/05/2023 - Visita à Secretária de Ciência Tecnologia e Inovação de Pernambuco, Exma. Sra. Mauricélia Vidal Montenegro, com objetivo de conhecer os Projetos e Atividades desenvolvidos pela Secretaria.

● 11/05/2023 - Visita ao Espaço 4.0 na Escola Técnica Estadual Ginásio Pernambucano, com objetivo de conhecer os trabalhos desenvolvidos por alunos da Rede Pública de Ensino nas áreas de Programação, Robótica e Informática.

● 11/05/2023 - Visita ao Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), com objetivo de conhecer a Estrutura e os Programas desenvolvidos no Porto.

3 - REQUERIMENTOS:

● **Requerimento de Voto de Aplauso nº 1052/2023**, ao **Dr. Antônio Carlos da Silva Miranda**, Professor de Física da UFRPE e Coordenador do Projeto de Astronomia Desvendando o Céu Austral; da **Professora Raquel Maria dos Santos**, da Disciplina Tópicos da História da Astronomia de PE da Escola Ginásio Pernambucano, acompanhada dos alunos do 1º ano, e do Sr. **Arthur Lima**, coordenador de Astronomia do Espaço Ciência.

● **Requerimento de Reunião Solene nº 1053/2023**, para prestar homenagem póstuma aos Notáveis Cientistas de Pernambuco no dia 10 de outubro de 2023.

● **Requerimento de Voto de Aplauso nº 1503/2023** à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) pela passagem do seu aniversário de 34 anos de fundação, comemorado no dia 26 de dezembro.

4. DESTAQUE NO PERÍODO

● **Dia 20 de setembro** - Foi comemorado o Dia da Astronomia em Pernambuco, onde ocorreu **observação do Sol com telescópio** em frente ao Prédio da ALEPE, onde contamos com as presenças do **Dr. Antônio Carlos da Silva Miranda**, Professor da UFRPE e Coordenador do Projeto de Astronomia Desvendando o Céu Austral; da **Professora Raquel Maria dos Santos**, da Disciplina Tópicos da História da Astronomia de PE da Escola Ginásio Pernambucano, acompanhada dos alunos do 1º ano, e do Sr. **Arthur Lima**, coordenador de Astronomia do Espaço Ciência.

● **Dia 10 de outubro** - Foi realizada uma Reunião Solene com objetivo de prestar homenagem póstuma aos notáveis cientistas de Pernambuco, onde neste ano foram alvo da homenagem os seguintes cientistas:
O Geólogo Adusumilli Bhaskara Rao;
O Geólogo Jannes Markus Mabesoone;
A Escritora e Jornalista Clarice Lispector;
O Médico, Romancista e Memorialista Waldenio Florencio Porto;
O Médico Othon Coelho Bastos Filho e
O Médico Raimundo de Barros Coelho.

5. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CCTI em 2023

Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação - Dezembro de 2023.

Deputada Simone Santana
Presidente

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	305
Projetos Distribuídos	303
Projeto Rejeitado pela CCLJ - Arquivado	001
Projetos Retirado de tramitação antes da distribuição	001
Projetos Discutidos e Aprovados	049

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Cleiton Collins
Deputado João Paulo
Deputado Rodrigo Farias
Deputado Romero Sales
Deputado William Brigido

1. REUNIÕES

1.1 Reuniões Ordinárias:

- 05/04/2023 - Reunião de Instalação.
- 19/04/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 03/05/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 17/05/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 31/05/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 14/06/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 02/08/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 24/08/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 13/09/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 03/10/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 18/10/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 01/11/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 22/11/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.
- 05/12/2023 - Distribuição e Discussão de Proposições; Informes.

1.2 Reunião Extraordinária

1. 01/09/2023 - Escuta de John Shipton, ativista pelos Direitos Humanos e pai do jornalista Julian Assange, fundador do *Wikileaks*.

1.3 Audiências Públicas

1. 18/05/2023 - "DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES";

2. 20/06/2023 - "MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E NÃO REPETIÇÃO: COMO ESTÃO ESSAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERNAMBUCO?";

3. 28/06/2023 - "10 ANOS DO PROJETO DA BACIA DO FRAGOSO: PARA QUEM CHEGOU A URBANIZAÇÃO?";

4. 29/06/2023 - "DIREITO À MORADIA: COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DOS HABITACIONAIS EM PERNAMBUCO?";

5. 31/08/2023 - "CONDIÇÕES E RISCOS NO TRABALHO DE ENTREGA PARA EMPRESAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO";

6. 05/10/2023 - "AS OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OS IMPACTOS NA VIDA DAS PESSOAS DE PERNAMBUCO";

7. 14/11/2023 - "A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO";

8. 16/11/2023 - "O AUMENTO DA VIOLÊNCIA LETAL E A SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO";

9. 29/11/2023 - "A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS E APOSENTADAS COMO GARANTIA DE SEUS DIREITOS EM PERNAMBUCO";

10. 06/12/2023 - "GARANTIA DO DIREITO DE GREVE NO ESTADO DE PERNAMBUCO".

1.4 Visitas Técnicas

a) **Pontal de Maracáipe, Ipojuca/PE**: 19/07/2023, 27/07/2023 e 27/09/2023 - Assunto: As marisqueiras e barraqueiras vem sofrendo ameaças e retaliações por parte da família fragoso, que se diz dona de 70% de Maracáipe.

b) **Ocupação “Fazendinha”, Ilha de Itamaracá/PE**: 07/11/2023 e 09/11/2023 - Assunto: Violação dos direitos de cidadania.

c) **Arquivo Público Estadual, Recife/PE**: 30/05/2023 - Assunto: Visita por motivo de denúncias de precarização do equipamento.

d) **Memorial da Democracia, Recife/PE**: 06/06/2023 - Assunto: Instrumento sem equipe de funcionários e sem verba para sua manutenção.

e) **Obras na Bacia do Rio Fragoso, Olinda/PE**: 04/10/2023 - Assunto: Fiscalização de parte das obras.

f) **Conjunto Beira Mar, Paulista/PE**: 26/10/2023 - Assunto: Desabamento dos Edifícios e situação dos moradores que ainda estão habitando o condomínio.

g) **Complexo Prisional do Curado, Recife/PE**: 17/10/2023 - Assunto: Caravana dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos.

1.5 Seminários

a) **Todo Sagrado deve ser respeitado**: o papel do legislativo no enfrentamento ao racismo religioso. Ocorreu no dia 18 de maio de 2023.

b) 06 Seminários Regionais do **Plano Plurianual (PPA) Participativo e Popular**: Recife, Condado, Serra Talhada, Pesqueira, Palmares, e Paudalho. Aconteceram respectivamente nos dias: 03, 05, 11, 19, 26 de agosto e 02 de setembro. Nestes seminários colhemos sugestões da população para o que desejariam ver no Projeto do Plano Plurianual por região do Estado.

c) 06 Seminários de Encontros Temáticos do **Plano Plurianual (PPA) Participativo e Popular**: Direito à Cidade, Saúde, Educação, Segurança Pública, Cultura e Agroecologia. Aconteceram respectivamente nos dias: 08, 24, 29, 31 de agosto e 05 e 12 de setembro. Nestes seminários colhemos sugestões da população para o que desejariam ver no Projeto do Plano Plurianual, no Recife, por tema.

1.6 Proposições

a) **Projeto de Lei** propondo a Alteração da Lei que institui o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

b) **Pedidos de informação**:

- Ao Governo de Pernambuco, à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, à Secretaria da Casa Civil de Pernambuco, e ao Comando Geral da Polícia Militar, para que sejam respondidos os questionamentos sobre o procedimentos administrativos de policiais militares solicitando a revisão das exonerações ex officio que sofreram ainda no fim da Ditadura Militar;

- À Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH) para que sejam respondidos questionamentos sobre o cercamento privado do manguezal do Pontal de Maracáipe, inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Estuarina dos rios Sirinhaém e Maracáipe;

- À Prefeitura de Ipojuca e as respectivas secretarias: Meio Ambiente e Controle Urbano, Turismo, e à Agência Municipal de Meio Ambiente para que sejam respondidos questionamentos sobre o cercamento privado do manguezal do Pontal de Maracáipe, inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Estuarina dos rios Sirinhaém e Maracáipe;

- À Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH) para que sejam respondidos, de maneira mais direta, questionamentos sobre o cercamento privado do manguezal do Pontal de Maracáipe;

- À Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado (FUNASE) para que sejam respondidos questionamentos sobre o cumprimento das diretrizes do Sistema Nacional de Socioeducação no cumprimento das medidas em meio fechado.

2. DESTAQUE NO PERÍODO

O Plano Plurianual (PPA) Participativo e Popular 2024-2027 foi pensado a fim de promover a participação popular, através de seminários e encontros realizados pela CCDHPP, que tiveram como propósito ampliar a cultura política de participação social das redes, fóruns, coletivos, movimentos e conselhos estaduais nesse processo de elaboração e aprovação dessa peça orçamentária tão importante. Outro objetivo foi contribuir na formação política da população pernambucana para o conhecimento do ciclo orçamentário, (composto pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)) do Governo do Estado de Pernambuco, e por fim, acolher propostas da sociedade e dos movimentos sociais para as peças em elaboração.

As propostas foram colhidas em seis seminários regionais e seis encontros temáticos que contaram com a participação de mais de 800 (oitocentas) pessoas de forma presencial. Mais de 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) propostas foram recebidas através do formulário online (disponibilizado no portal da Alepe), 339 (trezentos e trinta e nove) propostas escritas foram colhidas nos encontros presenciais, além de 123 (cento e vinte e três) propostas feitas oralmente.

Nesses quase dois meses de escutas populares muitos diálogos foram feitos e muitas propostas foram recebidas. Com apoio da mesa diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, pudemos andar pelo estado, do litoral ao sertão, para possibilitar que os pernambucanos e pernambucanas de cada mesorregião de nosso estado pudessem se sentir ouvidos e representados, e acima de tudo, pudessem sentir o Poder Público mais próximo do seu cotidiano.

Enfrentamos o desafio de mostrar que o debate público, a discussão do orçamento, de um estado tão grande e tão diverso como o nosso, não é e nem deve ser complicado. Pudemos comprovar e apontar, neste documento, que o povo está mais do que preparado para participar ativamente da política, exercendo a democracia plena, e não apenas com o exercício do voto nos períodos eleitorais. Trabalhadoras e trabalhadores, que estão no centro das lutas diárias da sociedade, do trabalho, do estudo, famílias que lutam diariamente para viver, criar seus filhos e filhas e que sonham com um mundo mais justo e igualitário. É justamente esse povo que mais sabe sobre onde alocar o orçamento público, e quais as diretrizes que esse orçamento deve seguir para impactar de forma positiva em suas vidas.

Ao final, o documento foi entregue à Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, a fim de que ela pudesse incorporar ao PPA 2024-2027 o conjunto das proposições apresentadas, valorizando não só o trabalho do Poder Legislativo, mas especialmente do esforço das pessoas e dos movimentos sociais participantes do processo.

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR RELATÓRIO ANUAL - ANO 2023

PRESIDENTA: Deputada Dani Portela

MEMBROS TITULARES:

Deputado Júnior Tércio - Vice-presidente
Deputado Joel da Harpa
Deputado Luciano Duque
Deputada Rosa Amorim

3. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CCDHPP - 2023

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	1.141
Projetos Aprovados	235
Projetos Rejeitados	
Projetos Aguardando Parecer da CCLJ	
Projeto Rejeitado pela CCLJ - Arquivado	
Aguardando parecer da CFOT	
Projeto Rejeitado pela CFOT - Arquivado	
Projeto Retirado de Tramitação	
Reuniões Ordinárias	14
Reuniões Extraordinárias	01
Audiências Públicas	10
Visitas Técnicas	07
Seminários	13
Proposições	07

Recife, 15 de dezembro de 2023.

Deputada Dani Portela
Presidenta

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Mário Ricardo

MEMBROS TITULARES:

Abimael Santos - Vice-presidente
Edson Vieira
Henrique Queiroz Filho
Rodrigo Farias

MEMBROS SUPLENTE:

Débora Almeida
Doriel Barros
France Hacker
France Hacker
Romero Sales Filho

1. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CDET - 2023

Atividades	Total
Total de Projetos Recebidos para Análise	561
• Projeto de Lei Ordinária	529
• Projeto de Emenda Constitucional	01
• Projeto de Lei Ordinária Desarquivado	30
• Projeto de Lei Complementar Desarquivado	01
Total de Projetos Distribuídos	549
Total de Projetos Aprovados	103
• Projeto de Lei Ordinária	31
• Substitutivos	68
• Emendas	02
Projetos Rejeitados	-
Substitutivos e emendas propostas	02
Projetos Aguardando Parecer da CCLJ	424
Projeto Rejeitado pela CCLJ - Arquivado	03
Projeto Retirado de Tramitação	02
Reuniões Ordinárias	12
Reuniões Extraordinárias	01
Audiências Públicas	05
Visita Técnica	01

2. Audiências Públicas

2.1 Data: 04/05/2023

Local: Auditório da Fiepe em Caruaru

Tema: Aspectos econômicos, financeiros e sociais das Feiras do Polo de Confeções do Agreste.

A audiência, solicitada pelo Deputado Abimael Santos, teve como objetivo principal aproximar a Assembleia Legislativa de Pernambuco dos setores econômicos do Polo de Confeções do Agreste para articular soluções com o Poder Estadual e os Municípios que de forma integrada cooperam para o desenvolvimento da economia local e para o turismo de negócios desenvolvidos na região.

Demandas e Encaminhamentos:

- Conclusão das obras da BR-104 entre Toritama e Santa Cruz do Capibaribe e requalificação das estradas;
- Fornecimento regular de água para a Região do Agreste;
- Criação de cursos nas Escolas Técnicas da região voltados para a profissionalização do corte e costura;
- Aumento na segurança nos dias de feira;
- Soluções para o transporte e estacionamentos nas cidades do Polo em dias de feira;
- Estruturação da Feira da Sulanca, com a instalação de banheiros públicos.

2.2 Data: 26/06/2023

Local: Auditório Énio Guerra, Anexo 01 - Alepe.

Tema: Tombamento das Ruínas do Sítio Histórico de São Bento em Abreu e Lima.

Solicitada pelo Deputado Mário Ricardo, a Audiência Pública reuniu representantes dos Governos Municipal, Estadual e Federal, Universidade Federal, Igreja Católica e da sociedade civil com o objetivo de viabilizar o tombamento do Sítio Histórico de São Bento, em Abreu e Lima, que está em ruínas. A discussão sobre o Sítio envolve aspectos históricos, de resgate da memória; ecológicos, de preservação natural; e econômicos, de disputa territorial.

Demandas e Encaminhamentos:

- Encaminhamento de proposta de tombamento à Fundarpe - Em 15/12/2023, a Fundarpe abriu Processo de Tombamento das Ruínas do Sítio Histórico de São Bento, conforme propositura do presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Identificação da propriedade do terreno;
- Destinação de recursos para a restauração e preservação do Sítio;
- Importância da promoção de desenvolvimento econômico, turístico, ecológico, cultural e social no local;
- Criação de Frente Parlamentar na Câmara Municipal de Abreu e Lima para discutir o tema e os aspectos relacionados.

2.3 Data: 21/09/2023

Local: Auditório do Centro Administrativo de Suape.

Tema: Novos investimentos e impactos socioambientais na região do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

A audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal, solicitada pelo Deputado Jefferson Timóteo, debateu com cerca de 165 pessoas o desenvolvimento sustentável dos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape. A Audiência contou com a participação de gestores municipais, vereadores, Fiepe, SENAI e representantes da sociedade civil organizada.

Foi enfatizada a importância de que os municípios da região sejam favorecidos com a geração de novos empregos com a chegada dos novos investimentos anunciados pelo Governo Federal e a necessidade de se garantir políticas relacionadas à qualificação profissional, moradia, saneamento e segurança pública para evitar que os prejuízos sociais e ambientais ocorridos nos anos 2000 se repitam.

Demandas e Encaminhamentos:

- Qualificação e capacitação profissional da população local;
- Compatibilização do desenvolvimento econômico com o social;
- Priorização do desenvolvimento sustentável;
- Implantação de programas habitacionais, infraestrutura adequada e políticas sociais inclusivas.

2.4 Data: 31/10/2023

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe.

Tema: Engorda das praias do Litoral Norte de Pernambuco.

A audiência pública, solicitada pelo Deputado Mário Ricardo, foi realizada de forma conjunta pelas comissões de Desenvolvimento Econômico e Turismo e de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal, tendo como base para a discussão um estudo para o alargamento de trechos de praia nos municípios de Olinda, Paulista, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Goiana. O tema foi discutido com os Governos municipais, Governo estadual e com a sociedade civil. Além da questão da engorda e do desenvolvimento econômico nas áreas afetadas, foram tratados os possíveis impactos ambientais e sociais, pensando na vida das pessoas que vivem e trabalham perto da praia.

Demandas e Encaminhamentos:

- Realização de planejamento de longo prazo para recuperação permanente das faixas de areia;
- Monitoramento das áreas de engorda das praias;
- Decreto de emergência com relação às praias do Litoral Norte de Pernambuco;
- Criação de Grupo de Trabalho, com representações do Poder Legislativo e Executivo estaduais e municipais e da sociedade civil.

2.5 Data: 05/12/2023

Local: Auditório da Enoteca, em Lagoa Grande - PE.

Tema: Produção de uvas, vinhos e o Enoturismo.

A Comissão foi até o Sertão do São Francisco para realizar uma audiência pública sobre produção de uvas, vinhos e enoturismo, no município de Lagoa Grande. O evento contou com a presença de prefeitos e vereadores da região, da Sudene, e com representantes de órgãos como Sebrae, Senac, Fiepe, Governo de Pernambuco e outros. Na ocasião, a principal reivindicação apresentada foi o aumento do incentivo ao enoturismo na região, por meio da melhoria da infraestrutura e da atração de empreendimentos como hotéis e novas rotas aéreas para um aumento na oferta de serviços, aquecimento da economia local e melhoria na vida das pessoas da região.

Demandas e Encaminhamentos:

- Ampliação dos investimentos e realização de parcerias entre o setor público e a sociedade civil para fomentar o enoturismo na região;
- Incentivos para ampliação da rede hoteleira e infraestrutura para que a região se torne um destino turístico;
- Necessidade de ampliar as conexões entre o Vale do São Francisco e outras localidades do Brasil;
- Isenção de ICMS para empresas aéreas que operam dentro do estado de Pernambuco.

3. Visita Técnica

Data: 09/10/2023

Local: Polo Automotivo da Jeep

A Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo realizou uma Visita Técnica para o Polo automotivo da Jeep em Goiana, onde os membros presentes tiveram a oportunidade de conversar com a equipe, conhecer a realidade do polo e sua importância para Pernambuco, ouvir as demandas apresentadas pelo grupo, bem como visitar a fábrica e conhecer o processo produtivo. Foram discutidos temas como o desenvolvimento regional, formação de mão de obra local, e busca por novos fornecedores, o arco metropolitano, para melhorar o escoamento da produção e o recebimento de insumos, a geração de empregos, dentre outros temas relevantes para o fortalecimento do parque automobilístico e da economia pernambucana.

4. Destaques no período:

4.1 Audiência Pública sobre o Tombamento das Ruínas do Sítio Histórico de São Bento em Abreu e Lima, em 26/06/12: Como resultado da audiência pública, o Deputado Mário Ricardo encaminhou a documentação para abertura do processo de tombamento das ruínas do Sítio Histórico de São Bento ao IPHAN, à Secretaria Estadual de Cultura e à Fundarpe. Em 15/12/2023, a Fundarpe abriu o Processo de Tombamento das Ruínas do Sítio Histórico de São Bento, localizadas no município de Abreu e Lima, conforme propositura do presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Os remanescentes históricos e arqueológicos dessa localidade apresentam grande relevância sociocultural na construção da memória e história do Estado de Pernambuco. Sua materialidade constitui o registro do crescimento político e econômico da região durante o período colonial, no século XVII, como um dos primeiros núcleos de povoamento deste Estado. Em consequência do ato, fica assegurado aos bens em comento, o mesmo regime de preservação dos bens tombados até a sua efetiva inscrição no competente Livro de Tombo.

4.2 PLO 19/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa - O projeto de lei dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco, para fins de facilitação de inserção delas no mercado de trabalho e pretende elevar o nível de vida e bem-estar da pessoa com deficiência. O Banco de Dados será voltado à empregabilidade e empreendedorismo e deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

4.3 Substitutivo ao PLO 97/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho e ao **PLO nº 577/2023,** de autoria da Deputada Débora Almeida - O Substitutivo pretende proibir a nomeação, pela administração pública, de pessoas que tenham sido condenadas por uma série de crimes que indica, inclusive aqueles previstos na Lei Maria da Penha, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso. A proposição vai no sentido de combater a prática desses crimes, pois procura acrescentar uma punição econômica aos infratores que tenham sido efetivamente condenados, com trânsito em julgado.

4.4 PLO 335/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho -O projeto de lei cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a "Rota dos Vinhos" para fins de implantação e desenvolvimento de programas de estímulo do empreendedorismo econômico e sustentável e de incentivo ao turismo nos municípios de: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Garanhuns. A propositura busca incentivar o desenvolvimento social e econômico por meio do turismo na região A Rota do Vinho Pernambucano visa estimular toda a cadeia produtiva envolvida, além da inserção em outros setores, como a hotelaria e o comércio. Desta forma, pretende possibilitar o incremento do turismo, a ampliação da geração de emprego, renda e de arrecadação para o estado.

4.5 PLO 659/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel - A propositura tem a finalidade de instituir a Política Estadual de Incentivo ao Uso de Biomassa para a Geração de Energia no Estado de Pernambuco, tendo como objetivos a diversificação da matriz energética, o fomento ao uso sustentável dos recursos naturais, o desenvolvimento econômico e social, entre outros. As diretrizes da mencionada Política de Incentivo são a sustentabilidade ambiental, social e econômica; o desenvolvimento e a adoção de tecnologias limpas e eficientes; o aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis; o fomento à economia circular, entre outras.

4.6 PLO 709/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo - O projeto dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, a fim de incluir a prioridade de contratação de mão-de-obra egressa de programas de geração de emprego, renda, qualificação técnica e profissional para trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão a fim de oferecer oportunidade a essa categoria sendo critério de distinção justificado perante o ordenamento jurídico em razão da grave situação de vulnerabilidade e exclusão social vivida por tais pessoas.

4.7 PLO 1150/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho - A iniciativa em exame tem a intenção de valorizar o turismo sustentável e fortalecer o compromisso do Estado de Pernambuco com a preservação ambiental ao permitir que uma parte dos recursos do FEMA-PE seja destinada para o desenvolvimento de projetos voltados à preservação e recuperação de áreas naturais, à capacitação de comunidades locais e à infraestrutura turística sustentável.

4.8 PLO 1165/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel - O projeto busca enviar esforços para o combate efetivo ao trabalho análogo à escravidão no Estado de Pernambuco, dada a gravidade e a persistência deste problema em diversas regiões, contribuindo para a promoção da justiça social, o respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. O trabalho análogo à escravidão, problema tão presente em nossa realidade, é uma violação grave dos direitos humanos e representa um retrocesso no desenvolvimento social e econômico. Além disso, este tipo de exploração laboral fomenta a desigualdade social e perpetua ciclos de pobreza entre as populações mais vulneráveis.

Sala de Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Deputado MÁRIO RICARDO
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS RELATÓRIO ANUAL - 2023

PRESIDENTE: Deputado Lula Cabral

MEMBROS TITULARES:

Deputado Jarbas Filho - Vice-Presidente
Deputado Joaquim Lira
Deputado Nino de Enoque
Deputado William Brígido

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Diogo Moraes
Deputado Izaías Régis
Deputado João Paulo
Deputado Joãozinho Tenório
Deputado Joel da Harpa

1. REUNIÕES, EVENTOS E AÇÕES

Ao todo, foram realizadas três reuniões: uma reunião extraordinária de instalação e duas reuniões ordinárias.

1.1 Reunião Extraordinária

13 de março de 2023

Reunião Extraordinária com os seguintes assuntos:
1) Instalação da Comissão;

2) Realização da eleição de Presidente e Vice-presidente da Comissão
Resultado: foram eleitos o Deputado Lula Cabral como Presidente e o Deputado Jarbas Filho, como Vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais.

1.2 Reuniões Ordinárias

17 de maio de 2023

Reunião Ordinária com os seguintes assuntos:
1) Eleição da Comissão de Avaliação do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco - Edição 2023

2) Distribuição dos Projetos recebidos relativos a indicação do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco Edição 2023:
Resultado:
1) Foram eleitos como componentes da Comissão de Avaliação do prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, os seguintes deputados: Deputado Lula Cabral, Deputado Jarbas Filho e o Deputado Joaquim Lira;

2) Foram atribuídos os seguintes relatores aos projetos apresentados:
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 276/2023 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco aos Países Baixos (Holanda), de autoria do Deputado Rodrigo Farias;
Relator Deputado Jarbas Filho

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 303/2023 que concede o Prêmio internacional País Amigo de Pernambuco a Confederação Suíça, de autoria do Deputado Nino de Enoque;
Relator Deputado Lula Cabral

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 565/2023 que concede o Prêmio internacional País Amigo de Pernambuco a República Italiana de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho;
Relator Deputado Lula Cabral

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 616/2023 que concede o Prêmio internacional País Amigo de Pernambuco ao Reino da Espanha de autoria do Deputado Eriberto Filho;
Relator Deputado Joaquim Lira

09 de agosto de 2023

Reunião Ordinária com os seguintes assuntos:
1) Anúncio do País vencedor da Edição 2023 do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco;
2) DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 616/2023 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco ao Reino da Espanha de autoria do Deputado Eriberto Filho, tendo como relator o Deputado Joaquim Lira.
Resultado:

1) Anúncio como País vencedor da Edição 2023 do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, o Reino da Espanha, que foi indicado pelo Projeto de Resolução Nº 616/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho;
Aprovado por Unanimidade.

1.3 Apresentação de Requerimentos de Congratulações

Estes requerimentos foram destinados a diversos países com consulado em Pernambuco, em comemoração às suas datas nacionais durante este ano de 2023: Itália, Suécia, Portugal, Eslovênia, EUA, Cabo Verde, Venezuela, Colômbia, Argentina, França, Bélgica, Países Baixos, Suíça, Costa do Marfim, Equador, Chipre, Senegal, Uruguai, Guatemala, Honduras, Nicarágua, México, Malta, China, Alemanha, Espanha, Áustria, República Tcheca, Albânia, Finlândia, Japão, entre outras datas especiais.

1.4 Visitas Consulares

Abril
19 de abril - JAPÃO - Visita do Consul Geral do Japão em Recife

Recebemos na Presidência da Alepe o Consul Geral do Japão em Recife, Hiroaki Sano;

Agosto
14 de agosto - Vista da Embaixadora da Espanha no Brasil

A Alepe recebeu a visita da embaixadora da Espanha no Brasil, Mar Fernández-Palácios, acompanhada pelo cônsul honorário da Espanha no Recife, Marcelo Álvarez de Lucas Simon, e pela diretora do Instituto Cervantes, Rosa Sanches, veio agradecer pessoalmente a concessão do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, Edição 2023 a ser concedido pela Alepe, através da Comissão de Assuntos Internacionais.

22 de agosto - JAPÃO - Visita do comandante-geral da Esquadra de Treinamento da Força Marítima de Autodefesa do Japão
O segundo secretário da Alepe, deputado Pastor Cleiton Collins (PP), e o presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Casa, Deputado Lula Cabral (Solidariedade), receberam o comandante-geral da Esquadra de Treinamento da Força Marítima de Autodefesa do Japão, contra-almirante Yasushige Konno, durante visita de cortesia à Assembleia. Também participaram do encontro, acontecido na Primeira Secretaria da Alepe, o cônsul-geral do Japão na capital pernambucana, Hiroaki Sano, o adido militar da Embaixada do Japão no Brasil, Hiroyuki Fujita, o cônsul-geral adjunto, Masami Ohno, e o deputado Antonio Coelho (União).

23 de agosto - JAPÃO - Jantar à bordo do navio Kashima da Esquadra de Treinamento da Força Marítima de Autodefesa do Japão.
Participação do Presidente Lula Cabral, do presidente da Alepe e vários outros deputados, no jantar oferecido pelo Consul Geral do Japão em Recife e pelo comandante-geral da Esquadra de Treinamento da Força Marítima de Autodefesa do Japão à bordo do navio Kashima

24 de agosto - ARGENTINA - Visita da Consul Geral da Argentina em Recife
A cônsul da Argentina no Recife, Julieta Grande, fez uma visita institucional à Alepe Há pouco mais de um mês no cargo, a representante foi recebida pelo vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais, deputado Jarbas Filho (MDB), pelo deputado Eriberto Filho (PSB) e pelo superintendente parlamentar Álvaro Mendonça. Na conversa, foram apresentadas propostas que visam estreitar as relações entre Pernambuco e a Argentina.

29 de agosto - MALTA - Visita do Embaixador de Malta no Brasil acompanhado do cônsul de Malta em Recife
A Alepe recebeu, na manhã desta terça-feira (29), a visita do embaixador de Malta no Brasil, John Aquilina. O diplomata, que já foi parlamentar durante vários anos no seu país de origem, veio ao Estado para estreitar laços e viabilizar parcerias com órgãos públicos e empresas pernambucanas. Acompanhado do cônsul honorário de Malta no Recife, Thales Castro, ele foi recepcionado pelo presidente da Alepe, Álvaro Porto (PSDB), e pelos deputados João Paulo (PT), Mário Ricardo (Republicanos), Simone Santana (PSB) e Dani Portela (PSol)

Dezembro

04 de Dezembro - Visita do Embaixador da Suíça no Brasil
O embaixador da Suíça no Brasil, Pietro Lazzeri, visitou a sede da Alepe, nesta segunda-feira (4). Ele estava acompanhado od cônsul honorário da Suíça em Recife, Rodolfo Fehr e foi ciceroneado pelo presidente do Poder Legislativo, o deputado Álvaro Porto (PSDB), e pelos parlamentares Lula Cabral (Solidariedade) Nino de Enoque (PL) respectivamente presidente e membro da Comissão de Assuntos Internacionais, o diplomata veio receber o Voto de Aplauso concedido pela Assembleia Legislativa ao seu país por requerimento do Deputado Nino de Enoque.

1.5 Reuniões Solenes

1) Reunião Solene realizada no dia 14 de junho de 2023 comemorativa aos 105 anos da presença japonesa em Pernambuco
A CAI prestigiou esta Reunião Solene, que foi solicitada pelo Deputado Antônio de Moraes para celebrar a chegada dos primeiros imigrantes japoneses a Pernambuco.

2) Reunião Solene realizada no dia 31 de outubro de 2023 para a Entrega do Prêmio País Amigo de Pernambuco, Edição 2023
Em reunião solene realizada na última terça (31), a Alepe concedeu à Espanha o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco 2023. Conferida pela Comissão de Assuntos Internacionais, a premiação é anual e, desde 2018, reconhece práticas e projetos de nações que beneficiem o Estado nas áreas ambiental, cultural, educacional, comercial ou social.

3) Reunião Solene realizada no dia 29 de novembro de 2023 para celebrar o Dia da Amizade Brasil-Argentina
O Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina é comemorado anualmente em 30 de novembro. A data, que visa fortalecer as relações diplomáticas e comerciais entre os dois países vizinhos, foi celebrada pela Alepe nesta última quarta-feira (29). Presidida pelo deputado Henrique Queiroz Filho (PP), a sessão solene teve origem em requerimento apresentado pelo parlamentar Lula Cabral (Solidariedade), presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Alepe, e reuniu autoridades, diplomatas e representantes de instituições brasileiras e argentinas no Auditório Sérgio Guerra.

1.6 Visita Técnica
Visita Técnica realizada à Colômbia do Presidente da CAI, deputado Lula Cabral, e do Deputado João Paulo, integrante da CAI, e de outros parlamentares

O Deputado Lula Cabral, Presidente da CAI integrou comitiva em missão oficial à Colômbia com a finalidade de conhecer o modelo de segurança pública adotado naquele país. Além de Lula Cabral (Solidariedade), fizeram parte da missão oficial os deputados João Paulo (PT), Coronel Alberto Feitosa (PL), Eriberto Filho (PSB) e Débora Almeida (PSDB).

2. DESTAQUES NO PERÍODO

2.1 - Coordenação e Concessão do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco (Edição 2023)
O Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco objetiva reconhecer e estimular boas práticas e projetos por parte dos países que através dos seus consulados promovam ações que beneficiem o Estado de Pernambuco, nas áreas ambientais, culturais, educacionais, comerciais ou sociais, bem como estreitar os laços entre o Poder Legislativo e os entes consulares creditados em Recife. Ele foi instituído pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), por meio da Resolução nº 1434/2017, alterado pela Resolução 1560/2018 e foi proposto pelo Deputado Joaquim Lira, ex-presidente desta Comissão.

A Comissão de Assuntos Internacionais - CAI, é responsável regimentalmente pela escolha final de até no máximo, dois países que serão contemplados anualmente, com este prêmio. Para isto, é constituída uma comissão de avaliação para análise das indicações recebidas que é soberana para escolher critérios, quantidade de países contemplados dentro do limite regimental e escolha final de cada Edição do prêmio. A comissão de avaliação para o biênio 2023-2024 é composta pelos Deputados Lula Cabral, Jarbas Filho e Joaquim Lira.

Este ano por deliberação soberana da Comissão de Avaliação, foi escolhido o Reino da Espanha como único vencedor desta Edição de 2023, em virtude de sua forte atuação no Estado. Concorreram ainda, a Itália indicada pelo debutado Henrique de Queiroz Filho, a Suíça, indicada pelo deputado Nino de Enoque e os Países Baixos, indicados pelo Deputado todos com expressivas contribuições em diversas áreas para o desenvolvimento do Estado e bem-estar do povo pernambucano.

O Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, Edição 2023, composto de uma medalha e um diploma, foi entregue em uma festiva Reunião Solene no dia 31 de outubro com a presença do Cônsul Honorário da Espanha em Recife, Marcelo Simon e da gestora do instituto Cervantes em Recife, Rosa Sanches. A solenidade foi comandada pelo deputado Lula Cabral (Solidariedade), presidente do colegiado, e contou com a participação dos parlamentares Jarbas Filho (MDB), vice-presidente da Comissão, e Eriberto Filho (PSB), autor da proposição que concedeu o prêmio à Espanha., que segundo ele é uma “Belíssima e estimada nação, que tem uma longa e profunda relação com Pernambuco, surgida ainda durante o período colonial, e que vem se intensificando cada vez mais no decorrer do tempo, contribuindo, de maneira significativa, para o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado, bem como para o fortalecimento dos laços entre os nossos povo, ressaltando que por essa e outras razões, o país sagrou-se, merecidamente, vencedor do Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, em 2023. A solenidade foi prestigiada por diversos cônsules de vários outros países e outras autoridades do Estado bem como convidados da Espanha e do deputado proponente.

2.2 - Atividades Consulares e de Relações Internacionais Diversas

A Comissão divulgou, apoiou e participou de eventos consulares ativamente, especialmente, às comemorações de datas nacionais cívicas de países amigos, com destaque para a já tradicional festa do Dia de Portugal, Dia da Independência da Itália, Dia do Consul em Pernambuco, Dia do Diplomata, Feira Japonesa e o Dia da Imigração Japonesa, endo o Presidente da CAI e outros deputados participado de jantar a bordo do navio da marinha japonesa em visita ao Estado e ao jantar comemorativo ao aniversário de fundação da China.

Foram apresentados ainda requerimento de congratulações pelas datas nacionais da Suécia, Portugal, Eslovênia, EUA, Cabo Verde, Venezuela, Colômbia, Argentina, França, Bélgica e Países Baixos, Suíça, Costa do Marfim, Equador, Chipre, Senegal, Uruguai, Guatemala, Honduras, Nicarágua, México, Malta, China, Alemanha, Espanha, Áustria, República Tcheca, Albânia, Finlândia, Japão, entre outras datas especiais.

3. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CAI - 2023

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	06
Projetos Aprovados	01
Projetos Arquivados	03
Projetos Aguardando Parecer da CCLJ	02
Reuniões Ordinárias	02
Reuniões Extraordinárias	01
Reuniões Internas de Trabalho	04
Reuniões Solenes	03
Voto de Aplauso e/ou Congratulações	35
Visitas Consulares e/ou convites recebidos	09
Visitas Técnicas	01

3. Agenda Prevista para 2024

1) Visitas Consulares;
2) Articulação e parceria com a área de RI da Vice Prefeitura do Recife;
3) Articulação e parceria com a Secretária de RI da Assessoria do Governo de PE;
4) Consolidação Grupos de Cooperação Parlamentar Internacionais;
5) Visita ao Instituto Pernambuco, em Porto, Portugal e outras demandas e projetos.

Sala de Reuniões, Dezembro 2024.
Deputado Lula Cabral Presidente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

MEMBROS TITULARES: Deputada Socorro Pimentel - Vice-Presidente Deputada Dani Portela Deputada Rosa Amorim Deputada Simone Santana

PRESIDENTE: Deputada Delegada Gleide Ângelo

MEMBROS TITULARES:
Deputada Socorro Pimentel - Vice-Presidente
Deputada Dani Portela
Deputada Rosa Amorim
Deputada Simone Santana

MEMBROS SUPLENTES:
Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputada Débora Almeida
Deputado Gilmar Júnior
Deputado João Paulo
Deputado Kaio Maniçoba

ATIVIDADES REALIZADAS - PRIMEIRO SEMESTRE

● REUNIÕES ORDINÁRIAS

DATA	PROPOSIÇÕES	
	DISTRIBUÍDAS	DISCUTIDAS
21/03/2023	<ul style="list-style-type: none">Projetos de Lei: 73	0
09/05/2023	<ul style="list-style-type: none">Proposta de Emenda à Constituição: 01 Projetos de Lei: 31 Desarquivadas: 04	<ul style="list-style-type: none">Projetos de Lei: 04 Emendas / Substitutivos: 06
13/06/2023	<ul style="list-style-type: none">Projetos de Lei: 21	<ul style="list-style-type: none">Projetos de Lei: 05 Emendas / Substitutivos: 09
27/06/2023	<ul style="list-style-type: none">Projetos de Lei: 06	<ul style="list-style-type: none">Projetos de Lei: 02 Emendas / Substitutivos: 01

27 de março de 2023

Reunião da Comissão Avaliadora para Análise das Indicações ao Prêmio Prefeitura Amiga da Mulher - 2023 e Definição dos Vencedores

● A Comissão Avaliadora, foi composta por seis integrantes: Presidente: Deputada Delegada Gleide Ângelo; Membros: Deputada Debora Almeida e Deputada Rosa Amorim; 02 (dois) membros representantes da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco: Sra. Geraldina Ferreira Lins, Ouvidora, e Sra. Gisele Souza Lopes, Assistente Administrativa da Diretoria Geral de Enfrentamento à Violência e Gênero e 01 representante da sociedade civil, Sra. Betânia Ribeiro, Coordenadora da Câmara Temática da Mulher do Comagsul (Consórcio dos Municípios do Agreste e da Mata Sul);

● Foi estabelecido pela Comissão que seria considerado 50% da pontuação para a primeira parte do questionário e 50% para as práticas inovadoras;

● Este ano, a Comissão contou com 12 (doze) municípios concorrendo ao PAM, sendo 06 (seis) indicados por Deputados e 06 (seis) inscritos na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sendo considerados vencedores:

FAIXA POPULACIONAL	MUNICÍPIO	INDICAÇÃO OU INSCRIÇÃO
Até 25.000 hab	Carnaíba	Indicado pelo Deputado Lucas Ramos
De 25.001 até 50.000 hab	Toritama	Inscrito na CDDM
De 50.001 até 100.000 hab	Serra Talhada	Indicado pela Deputada Teresa Leitão
Acima de 100.001 hab	Paulista	Inscrito na CDDM

25 de abril de 2023

Audiência Pública “Tolerância Zero para a Violência contra a Mulher”

● Realizada no dia 25 de abril, sob a presidência da Deputada Delegada Gleide Ângelo, teve como objetivo debater o tema “Tolerância Zero para a Violência contra a Mulher”;

● Estiveram presentes, compondo a mesa, a Deputada Socorro Pimentel - Vice-presidente da CDDM, as Deputadas Dani Portela, Rosa Amorim e Simone Santana - membros titulares da CDDM, Deputado Gilmar Júnior - membro suplente da CDDM, Professora Regina Célia Barbosa - Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco, Dra. Bianca Stella - Promotora de Justiça do Ministério Público, Dra. Virgínia Moury Fernandes - Defensora Pública do Estado de Pernambuco, Dra. Luciana Marinho Pereira de Carvalho - Juíza da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Delegada Fabiana Ferreira Leandro - Gestora do Departamento de Polícia da Mulher e Coronel Cristiane - Diretora de Articulação Social e Direitos Humanos - MPPE.

● Foram tirados diversos encaminhamentos onde citamos alguns deles: - Nomeação de todas as coordenadoras de área da Secretaria Estadual da Mulher, em especial a Zona da Mata Norte, onde estão acontecendo muitos casos de violência; - Policial Civil feminino em todas as Delegacias de Polícia Distritais nas cidades de Pernambuco onde não há DEAMs para atendimento as mulheres vítimas de violência; - Capacitação para as polícias civil, militar e guardas municipais no atendimento às mulheres vítimas de violência; - Fortalecimento do Núcleo de Apoio a Mulher do Ministério Público com promoção de ações mais capilarizadas e ampliação das promotorias especializadas para todas as regiões do Estado de Pernambuco; - Ampliação das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, do Tribunal de Justiça de Pernambuco para as demais Regiões de Desenvolvimento, especialmente no interior do Estado.

26 de abril de 2023

Reunião Solene: Cerimônia de Apresentação dos Municípios Vencedores e Entrega do Prêmio Institucional da Alepe “Prefeitura Amiga das Mulheres” - PAM 2023

● O Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres 2023 foi entregue pela Assembleia Legislativa de Pernambuco aos prefeitos de Toritama, Edilson Tavares; de Serra Talhada, Márcia Conrado; de Paulista, Yves Ribeiro; e de Carnaíba, Anchieta Patriota

29 de maio de 2023

Comissão Itinerante da Mulher - CIM no município de Goiana

● Goiana, foi o primeiro município a sediar a Audiência Pública da Comissão Itinerante da Mulher - CIM, após o período da pandemia; ● O encontro foi presidido pela Deputada Delegada Gleide Ângelo com o objetivo de debater o tema “ Violência contra a Mulher e a prevenção ao Feminicídio”; ● Realizado na Câmara Municipal, contou com as participações: Deputada Dani Portela - membro titular da CDDM, Dra. Patrícia Ramalho de Vasconcelos - Primeira Promotora Cível de Goiana - MPPE, Sra. Simone Maia - Coordenadora da Mulher de Goiana, Delegada Priscila Dantas - Delegada da Mulher de Goiana; ● Foi registrado também a presença do Vice-Prefeito do município de Goiana - Sr. Fernando Veloso, os Vereadores de Goiana Sr. Ramon Aranha e Sr. Alexandre Carvalho e ainda, representando a Vereadora Ana Diamante, a Sra. Camila Helena, entre tantas outras autoridades que prestigiaram o evento; ● Pela sociedade civil, contamos com cerca de 110 mulheres e homens de Goiana e municípios vizinhos; ● Os principais encaminhamentos registrados na Audiência foram: - Criação da Secretaria da Mulher de Goiana, com recursos voltados para ações da Mulher; - Criação de um Centro de Referência, com psicólogo e outros profissionais em Goiana; - Criação da Vara de Violência Doméstica em Goiana; - Ampliação do horário da Delegacia da Mulher para 24h e finais de semana.

CONSOLIDAÇÃO DE DADOS - Período 2023.1

Expedientes da CDDM	Quantitativo
Reunião Ordinária	04
Reunião Diversa	01
Audiência Pública	01
Sessão Solene	01
Comissão Itinerante da Mulher - CIM	01

Análises de Proposições	Quantitativo
Projetos Recebidos	145
Projetos Distribuídos	136
Projetos Discutidos	27
Projetos Aprovados	27
Projetos Reprovados	0
Aguardando parecer da CCLJ	96
Rejeitados na CCLJ	02
Retirados de Tramitação	09
Projetos para Distribuição no 2º semestre	09
Projetos para Discussão no 2º semestre	01

ATIVIDADES REALIZADAS - SEGUNDO SEMESTRE

● REUNIÕES ORDINÁRIAS

DATA	PROPOSIÇÕES	
	DISTRIBUÍDAS	DISCUTIDAS
29/08/2023	● Projetos de Lei: 21	● Projetos de Lei: 04 ● Emendas / Substitutivos: 04
03/10/2023	● Projetos de Lei: 24	● Projetos de Lei: 01 ● Emendas / Substitutivos: 07
24/10/2023	● Projetos de Lei: 13	● Emendas / Substitutivos: 02
21/11/2023	● Projetos de Lei: 08	● Projetos de Lei: 02 ● Emendas / Substitutivos: 01
12/12/2023	● Projetos de Lei: 06	● Projetos de Lei: 03 ● Emendas / Substitutivos: 01 ● Retirado de Pauta: 02

07 de agosto de 2023

Audiência Pública “A Importância da Marcha das Margaridas para o Enfrentamento da Violência de Gênero em Pernambuco”

● No dia 07 de agosto de 2023 foi realizada no Auditório Sérgio Guerra, sob a presidência da Deputada Delegada Gleide Ângelo, e teve como objetivo debater o tema “A importância da Marcha das Margaridas para o enfrentamento da violência de gênero em Pernambuco”

● Estiveram presentes, compondo a mesa, Sra. Maria Oliveira - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/PE; Sra. Adriana Nascimento - Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas no Estado de Pernambuco - FETAPE; Sra. Jorgiane Araújo - Secretária de Mulheres da CUT; Sra. Carol Braga - Representante do MST; Senadora Federal Teresa Leitão; Deputado Federal Pedro Campos; Sra. Judith Botafogo - prefeita do município de Lagoa do Carro e Secretária da Mulher da AMUPE.

● Foram tirados diversos encaminhamentos onde citamos alguns deles: - **01** - Registro da ausência de representação da Secretaria da Mulher do Governo do estado de Pernambuco na audiência; **02** - Fiscalização do funcionamento da Ouvidoria da Secretaria da Mulher de Pernambuco; **03** - Fiscalização, por parte da Alepe, do orçamento do Estado destinado à educação, saúde e transporte; **04** - Definições de posicionamentos para o fim do preconceito com as mulheres muçulmanas em Pernambuco; **05** - Fortalecimento dos movimentos sociais no Estado; **06** - Realização de ações de conscientização para as mulheres das periferias sobre violência doméstica e familiar; **07** - Ampliação do número de Delegacias Especializadas da Mulher, bem como a necessidade urgente que estas funcionem 24h todos os dias.

13 de setembro de 2023

Comissão Itinerante da Mulher - CIM no município de Carpina

● O município de Carpina foi o segundo a sediar a audiência pública da Comissão Itinerante da Mulher, no ano de 2023. O encontro foi realizado na Escola Técnica Estadual Maria Eduarda Ramos de Barros e foi presidido pela Deputada Delegada Gleide Ângelo em conjunto com o Primeiro Secretário da Alepe, Deputado Gustavo Gouveia.

● Estiveram presentes formando a mesa: Presidente da Câmara Municipal de Carpina, Vereador Eraldo José do Nascimento - Dedé Lanches; Vereadora de Carpina, Sra. Anne Karolyne dos Santos Amorim; Vereadora de Carpina, Sra. Cássia do Moinho; Vereadora de Carpina, Sra. Emanuela Rosa Araújo Pinto Lapa; Vereadora de Carpina, Sra. Wedja Oliveira de Souza; Secretária da Mulher de Carpina, Sra. Isaura Pessoa; Juiz de Direito do Fórum de Carpina, Dr Marcelo Marques Cabral; Juiz da Vara Criminal da Comarca de Carpina, Dr. André Rafael de Paula Batista; Delegado da Polícia Civil de Carpina - Dr. Bruno Bezerra.

● Foi registrada presença de Vereadores e Secretárias da Mulher de diversos municípios, que junto a representantes da sociedade civil discutiram o tema “**O município de Carpina discute Violência Doméstica contra a Mulher**”

07 de novembro de 2023

Comissão Itinerante da Mulher - CIM no município de Agrestina

● Agrestina foi o terceiro município do Estado a realizar audiência pública da Comissão Itinerante da Mulher - CIM no ano de 2023, sob a presidência da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Desta vez o encontro foi em parceria com o Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL e abordou o tema “ **Violência contra a Mulher e a prevenção ao Feminicídio**”

● Contou com a participação de cerca de 140 (cento e quarenta) lideranças, estudantes, representantes da sociedade civil, gestores(as) e autoridades públicas em níveis local e estadual.

● Estiveram presentes compondo a mesa: **Sr. Orlando José da Silva** - Prefeito do Município de Altinho, Presidente do COMAGSUL e representante da Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE; **Sr. Marciano Lopes Filho** - Secretário de Administração do município de Agrestina, representando Sr. Josué Mendes, Prefeito do Município; **Sr. Saulo Batista** - Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Agrestina; **Sra. Emília Fernandes** - Vereadora de Agrestina; **Sra. Renata Santos** - Representando a Sra. Áurea Brito, Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Agrestina; **Sra. Jaqueline Castro** - Secretária da Mulher do Município de Altinho.

CONSOLIDAÇÃO DE DADOS - Período 2023

Expedientes da CDDM	Quantitativo
Reunião Ordinária	09
Reunião Diversa	01
Audiência Pública	02
Sessão Solene	01
Comissão Itinerante da Mulher - CIM (Goiana / Carpina / Agrestina)	03

Análises de Proposições	Quantitativo
Projetos Recebidos	203
Projetos Distribuídos	203
Projetos Discutidos	57
Projetos Aprovados	57
Projetos Reprovados	0
Aguardando parecer da CCLJ	117
Rejeitados na CCLJ	03
Retirados de Pauta	13

Sala da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 19 de dezembro de 2023.

Deputada Delegada Gleide Ângelo
Presidente

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2023

PRESIDENTE: Deputado Fabrizio Ferraz

MEMBROS TITULARES:

Deputado Antônio Moraes - Vice-Presidente
Deputada Delegada Gleide Ângelo
Deputado Joel Da Harpa
Deputado Romero Albuquerque

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Abimael Santos
Deputado Adalto Santos
Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputado Eriberto Filho
Deputada Socorro Pimentel

1. REUNIÕES:

Ao todo, foram realizadas 13 reuniões, sendo:
- 8 reuniões ordinárias (04/04, 12/04, 25/04, 10/05, 14/06, 15/08, 18/10 e 06/12);
- 1 reunião extraordinária (05/06);
- 4 audiência pública (21/06, 23/08, 13/09 e 16/11).

2. DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS:

Ao todo, foram distribuídos 319 projetos, sendo:
- 295 Projetos de Lei Ordinária;
- 5 Projetos de Emenda à Constituição;
- 6 Projetos de Lei Complementar;
- 13 Projetos de Lei Desarquivados.

Dos 319 projetos distribuídos, 64 (originais e substitutivos) estavam aptos à discussão e foram aprovados.

3. Quadro Resumo de Atividades Legislativas Anual da CSPDS - 2023:

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	319
Projetos Aprovados	64
Projetos Rejeitados	0
Projetos Aguardando Parecer da CCLJ	255
Projetos de Lei Ordinária	295
Projetos de Lei Complementar	6
Projetos de Lei Desarquivados	13
Projetos de Emenda à Constituição	5
Reuniões Ordinárias	8
Reuniões Extraordinárias	1
Audiências Públicas	4
Visitas Técnicas	0
Seminários	0

Sala da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social, dezembro de 2023.

Deputado Fabrizio Ferraz
Presidente**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
RELATÓRIO DO ANUAL - 2023****PRESIDENTE:** Deputado João Paulo Costa**MEMBROS TITULARES:**Deputado Kaio Maniçoba
Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputado Diogo Moraes
Deputado Henrique Queiroz Filho**MEMBROS SUPLENTE:**Deputado Jeferson Timóteo
Deputado João Paulo
Deputado Rodrigo Farias
Deputado Sileno Guedes
Deputada Socorro Pimentel

Inicialmente, é importante destacar que a Comissão de Defesa do Consumidor, na ALEPE, foi instituída neste ano, através da Resolução nº 1.895/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa. Apesar de sua recente criação, realizou diversas atividades legislativas, como reuniões ordinárias, distribuições e discussões de projetos, além de diversas audiências públicas sobre uma ampla variedade de temas relacionados ao Direito do Consumidor.

As ações desenvolvidas pela comissão foram diversas com a participação dos deputados membros e da sociedade civil. Depois de algumas mudanças durante o ano, a comissão conta com a seguinte composição: Deputado João Paulo Costa, como **Presidente** e o Deputado Kaio Maniçoba, como **Vice-presidente**, além dos Deputados Coronel Alberto Feitosa, Diogo Moraes e Henrique Queiroz Filho como **membros titulares** e os Deputados Jeferson Timóteo, João Paulo, Rodrigo Farias, Sileno Guedes e Socorro Pimentel como **suplentes**.

Sem mais delongas, passamos ao relatório:

● REUNIÕES ORDINÁRIAS:

Nº	Data	Objetivo e resumo
1	18 de abril de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de instalar a Comissão, com a eleição do Deputado João Paulo Costa como presidente e o Deputado Kaio Maniçoba, como Vice-presidente.
2	16 de maio de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 15 (quinze) projetos de leis.
3	28 de junho de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 14 (quatorze) projetos de leis.
4	18 de agosto de 2023.	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 20 (vinte) projetos de leis e projetos de resolução, além da discussão de 01 (uma) matéria, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
5	26 de setembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 20 (vinte) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 05 (cinco) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
6	24 de outubro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 12 (doze) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 04 (quatro) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
7	22 de novembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 05 (cinco) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 04 (quatro) matérias, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.
8	24 de novembro de 2023	Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir 06 (seis) projetos de leis e projeto de resolução, além da discussão de 01 (um) matéria, entre Proposta de Emenda à Constituição e Projetos de Leis.

● AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ATIVIDADES EXTERNAS.

A comissão realizou ao total 04 (quatro) audiências públicas que discutiram temas relevantes ao consumidor e ao consumo em Pernambuco, inclusive em conjunto com outras comissões, as quais destacamos abaixo:

A primeira audiência pública da comissão, foi realizada no dia 6 de junho de 2023. Ela discutiu a precariedade das instalações do Procon em Pernambuco. A audiência contou com a participação de gerentes do PROCON/PE, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Consumidor e membros da OAB/PE. A audiência ressaltou a necessidade de uma nova sede do PROCON, que seja facilmente acessível para a população. Também foram discutidos temas como a importância de uma relação ética entre profissionais e consumidores, a necessidade de melhorar a comunicação interna entre as unidades do PROCON e a falta de fiscais. A sugestão de um PROCON Municipal foi levantada. A reunião terminou com a confirmação de que o orçamento do Fundo de Defesa do Consumidor está sendo utilizado para beneficiar o próprio órgão.

O segundo evento da CDC-PE, ocorreu em parceria com a Comissão de Defesa do Consumidor da Unale, realizado no dia 19 de setembro de 2023, o II Seminário da Comissão de Defesa do Consumidor da Unale discutiu o "Direito à Informação nas relações consumeristas: Superendividamento". Entre os participantes estavam representantes da UNALE, OAB, PROCON/PE, Estudantes e Estudiosos da matéria. Os temas abordados incluíram a importância do direito à informação no contexto do superendividamento, a necessidade de educação financeira e a Lei 14.181/2021. Também foi discutido o programa do Governo Federal, Desenrola Brasil, que visa renegociar dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Ressaltou-se que 81% das famílias pernambucanas estão endividadadas e 77% já estão em colapso financeiro, deste modo para contribuir no combate as questões financeiras dos pernambucanos, houve também o lançamento da Cartilha "Superendividamento e o Programa Desenrola Brasil".

A **Audiência Pública sobre o Direito dos Consumidores na Black Friday**, realizada em 6 de novembro de 2023 pela Comissão de Defesa do Consumidor, abordou os direitos do consumidor durante o evento de vendas. A reunião contou com a presença de diversos especialistas, incluindo representantes do Procon e da OAB. Durante a discussão, foram mencionadas práticas abusivas frequentes na Black Friday e a importância da proteção de dados do consumidor. A necessidade de educação dos consumidores sobre seus direitos e a utilidade de ferramentas como o aplicativo "menor preço" também foram destacadas. A audiência enfatizou a importância de denunciar práticas enganosas e abusivas para garantir a proteção dos direitos do consumidor, tendo sido lançado ao final uma cartilha com o tema "Os Direitos do Consumidor na Black Friday".

A audiência pública sobre o projeto de lei ordinária 1397/2023 foi um importante debate sobre a proteção e os direitos das pessoas com Epidermólise Bolhosa em Pernambuco, na qual discutimos como este projeto de lei impactará os estabelecimentos educacionais e de saúde, enfatizando a necessidade de garantir a adequada assistência e proteção para esses indivíduos. Esta audiência foi um passo crucial para entender melhor os desafios enfrentados pelas pessoas com Epidermólise Bolhosa e como podemos aliviar essas dificuldades através de medidas legislativas, a audiência contou com a participação de personalidades públicas a exemplo do menino Guilherme Gandra e sua família, além da Sra. Maria de Fátima Correia, Presidente da Associação de Epidermólise Bolhosa.

Nº	Data e Local	TEMA
1	06 de junho de 2023. Local: Auditório Sergio Guerra	"Precariedade das Instalações do PROCON Em Pernambuco ."
2	19 de setembro de 2023. Local: Auditório Sergio Guerra	II Seminário de Defesa do Consumidor: Direito à Informação nas Relações Consumeristas com Foco no Superendividamento .
3	06 de novembro de 2023. Local: Auditório Ênio Guerra	"Direitos do Consumidor na Black Friday"
4	20 de dezembro de 2023; Local: Auditório Sergio Guerra	Os impactos do Projeto de Lei nº 1397/2023, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com epidermólise bolhosa no Estado de Pernambuco e dá outras providências, nos estabelecimentos educacionais e de saúde em Pernambuco.

● MATÉRIAS LEGISLATIVAS EM DESTAQUES (PROJETOS DE LEIS, DE RESOLUÇÃO E PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO).

Os projetos de lei que foram distribuídos e votados na comissão, abrangem várias questões, principalmente alterações ao Código Estadual de Defesa do Consumidor, bem como, projetos que visam aumentar os direitos dos consumidores e o seu acesso à informação, bem como, a fiscalização de estabelecimentos comerciais que devem se adequar a legislação vigente.

Inicialmente destacamos o **Projeto de Lei Ordinária 982/2023, de autoria do Dep. João Paulo Costa**, propõe a obrigatoriedade das revendedoras de veículos usados e seminovos em custear vistorias técnicas, realizadas por mecânicos ou especialistas em

automóveis indicados pelo consumidor. Este profissional deverá emitir um laudo confirmando a condição do veículo e justificando quais partes não foram inspecionadas. Se a empresa não cumprir, o consumidor poderá desistir da compra e receber o valor de volta. Além disso, a empresa infratora estará sujeita à multa. A lei entrará em vigor 60 dias após sua publicação. O objetivo deste projeto é garantir que o consumidor tenha um meio de verificar a procedência e a condição do veículo usado que pretende comprar, protegendo-se contra possíveis vícios de origem.

De igual forma, o **projeto de lei nº 1172/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo**, busca coibir práticas abusivas durante temporadas de compras como a Black Friday. A proposta é que os estabelecimentos comerciais, físicos ou não, forneçam informações verdadeiras e claras sobre os produtos em promoção, principalmente sobre o preço sem o desconto. A lei proíbe o aumento falso dos preços para valorizar descontos de forma ilusória. O descumprimento resultará em multa. A motivação para a alteração da lei é a necessidade de proteger o consumidor, considerado o lado mais frágil das relações de consumo, de práticas comerciais enganosas.

O **projeto de lei nº 650/2023, de autoria do Dep. Eriberto Filho**, que visa alterar a Lei nº 16.605, de 9 de julho de 2019 trazendo a obrigatoriedade das agências de turismo em disponibilizar profissional capacitado em Libras para acompanhar grupos ou excursões que possuam entre as participantes pessoas com deficiência auditiva. As agências de turismo deverão ser informadas sobre a presença de pessoas com deficiência auditiva no ato da contratação. Além disso, grupos ou excursões provenientes de outros estados deverão agendar previamente um guia de turismo regional de Pernambuco. A proposta tem como objetivo promover a integração social das pessoas com deficiência e incentivar o turismo no estado de Pernambuco.

● EXTRATO CONSOLIDADO:

TIPO	NÚMERO (ATIVIDADES)
REUNIÕES ORDINÁRIAS	07
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	04
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	92
PROJETOS VOTADOS	15
Total	118

● CONCLUSÃO

Em conclusão, a Comissão de Defesa do Consumidor da ALEPE, instituída em 2023, desempenhou um papel significativo na promoção de diversas atividades legislativas e na defesa dos direitos do consumidor. Através das oito reuniões ordinárias realizadas, foram distribuídos e votados vários projetos de lei significativos. Além disso, a realização de quatro audiências públicas permitiu uma discussão aprofundada sobre temas relevantes ao consumidor e ao consumo em Pernambuco.

A participação ativa dos membros da comissão e da sociedade civil demonstrou o compromisso contínuo em melhorar a proteção dos consumidores e em garantir que as práticas comerciais sejam justas e transparentes. Continuará a ser crucial para a Comissão manter este momentum no futuro, a fim de continuar a promover os direitos dos consumidores.

Recife, 21 de dezembro de 2023.

Deputado João Paulo Costa
Presidente**FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL
COM APENAS ALGUNS CLIQUES**

Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

CLIQUE E CONFIRA